

CULTURA, ESPORTES E LAZER



Assembleia Legislativa
de São Paulo



SEADE
Fundação Sistema
Estadual de Análise
de Dados





Presidente
Deputado Vanderlei Macris
Vice-Presidente
Deputado Sidney Beraldo
Relator Geral
Deputado Arnaldo Jardim

GRUPO TEMÁTICO	DEPUTADOS
Cidadão do Século XXI	Alberto Calvo • Luiz Carlos Gondim
Cidadania	Claury Alves da Silva • Dimas Ramalho
Educação	César Callegari • Edson Aparecido
Saúde	Pedro Tobias • Roberto Gouveia
Habitação e Desenvolvimento Urbano	Caldini Crespo • Paulo Teixeira
Cultura, Esportes e Lazer	Hamilton Pereira • Paschoal Thomeu
Segurança	Carlos Sampaio • Zuza Abdul Massih
Terceiro Setor	Geraldo Vinholi • Newton Brandão
Trabalho e Emprego	Jamil Murad • Vanderlei Siraque
Agricultura e Agronegócios	Aldo Demarchi • Duarte Nogueira
Indústria	José Rezende • Jorge Caruso
Turismo e Serviços	Nabi Abi Chedid • Paulo Julião
Ciência, Tecnologia e Comunicações	Carlos Zarattini • Edmur Mesquita
Transportes e Energia	Edir Sales • Sidney Beraldo
Recursos Naturais e Meio Ambiente	Jilmar Tatto • Rodolfo Costa e Silva
Reforma do Estado	Maria Lúcia Prandi • Pedro Mori



Mário Covas
Governador do Estado
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-Governador
André Franco Montoro Filho
Secretário de Economia e Planejamento

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Pedro Paulo Martoni Branco

Diretor Executivo

Amara Angrisano

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Felicia Reicher Madeira

Diretor Adjunto de Análise Socioeconômica

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor Adjunto de Produção de Dados

Conselho de Curadores

Adroaldo Moura da Silva (Presidente)

Ana Maria Alonso Ferreira Bianchi

Antonio Márcio Fernandes Costa

Carlos Antonio Luque

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

Hélio Nogueira da Cruz

Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Michael Zeitlin

Conselho Fiscal

Caioce Ishiquirama

Daniela Micioni

Sandra Lucia Fernandes Marinho

CULTURA

Os Desafios para o Século XXI

Das datas e comemorações que marcam o fim deste século, destaca-se o 12º ano da promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, em especial o artigo 215, da seção II, que confirma a presença da cultura no elenco de direitos e deveres que se combinam no exercício da cidadania.

Ao assumir a abrangência das questões culturais e estendê-las ao contexto histórico da sociedade, o país inicia um movimento para sua recuperação, embora esses assuntos ainda sejam considerados secundários na ordem hierárquica das urgências nacionais.

Hoje é impossível não situar a cultura – assim como qualquer outra questão de interesse nacional – no contexto da globalização, considerada aqui não só como a “mundialização do capital”, mas como um processo de natureza histórico-cultural que torna “porosas” as fronteiras tradicionais, que gera novas práticas e novas relações entre as comunidades.

Nesse contexto, até mesmo os direitos dos cidadãos tendem a se transformar em grandes causas comuns da humanidade, multiplicando-se fóruns supranacionais de discussão e luta, muitas vezes conduzidos por organizações da própria sociedade. Mas também cresce cada vez mais o temor pela uniformização ou pela homogeneização.

As questões culturais assumem nos dias de hoje caráter estratégico no processo de afirmação das identidades coletivas de cada comunidade ou de cada nação, no reconhecimento da diversidade como fator primordial e indissociável dessa nova universalidade, acelerada pelos meios de comunicação.

Somente um processo contínuo de construção e afirmação cultural poderá definir claramente o papel dos interlocutores de uma nova ordem de diálogos globais, que deverão decidir não só quais são os problemas comuns, mas também como serão abordados.¹

Contudo, o maior desafio após o reconhecimento oficial do direito de produzir cultura e de ter acesso aos bens culturais é a afirmação da diversidade cultural na construção de sociedades sustentáveis, considerando-se como uma ação culturalmente sustentável aquela que “a partir de peculiaridades de cada local, busca projetar, participativamente, um futuro apropriado às expectativas, necessidades e características de sua população”.

Nas sociedades culturais sustentáveis, “os processos produtivos, tecnologias, modalidades de consumo e formas de vida são questionados, planejados e implementados dentro de uma perspectiva de reforçar os vínculos de identificação do indivíduo com o seu grupo, entre eles e o meio ambiente e o da sociedade com as gerações futuras”.² No entanto, a utilização de uma definição abrangente de cultura – sendo tudo o que caracteriza a população humana³ – somada às suas características intrínsecas de relativismo, dinamismo e diversidade, tem dificultado a eleição de prioridades e o planejamento de ações na área, além de vir provocando discussões conceituais

1. JELIN, Elizabeth. *Cidadania e alteridade: o reconhecimento da pluralidade*, e ARANTES, Antonio Augusto, “Cultura e Cidadania”, in: *Revista do Patrimônio* n. 24, IPHAN, Rio de Janeiro, 1996, p. 18.

2. SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente, in: *O município no século XXI: cenários e perspectivas*, Fundação Faria Lima – Cepam, São Paulo, 1999, p. 189.

3. SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1999.

acaloradas sobre o assunto. Muitas vezes, o caráter abrangente de cultura limita o campo de trabalho ou amplia o seu universo de atuação, a ponto de inviabilizar muitos projetos.

No seu sentido mais amplo, a cultura é “todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre a própria existência”.⁴ Isso também inclui as formas de expressão simbólica desse conhecimento através de idéias, construção de objetos, práticas e rituais, as quais se tornam os focos privilegiados das políticas públicas.

Nesse âmbito concreto, em que cumpre “definir o conjunto de iniciativas que visam promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico”,⁵ é possível identificar algumas ações cuja combinação facilitaria o enfrentamento dos desafios colocados pelo direito cultural: formação e sensibilização (do público em geral e dos produtores e atores); tutelas, subsídios e estímulos; promoção, difusão, divulgação e distribuição; pesquisa, documentação, produção de inventários, mapeamentos e reconhecimentos; proteção, salvaguarda e preservação.

Tal dinâmica de ações combinadas poderia, por exemplo, associar a recuperação de equipamentos culturais e a restauração de bens tombados à promoção de eventos, cursos, festas ou visitas guiadas que os valorizassem e os legitimassem; estimular o turismo cultural como alternativa de educação, valorizar os sítios histórico-culturais e criar novas oportunidades de trabalho; associar o incentivo à produção de filmes e gravações à distribuição, à exibição e à defesa dos direitos autorais; criar centros culturais integrados a projetos de programação e formação de quadros de funcionários, de público, de artistas, entre outras possibilidades.

Porém, dentre todas as ações culturais, a formação impõe-se como prioritária, formação entendida no seu sentido mais amplo e mais competente. O Ministério da Educação nunca eliminou a Cultura de sua sigla (MEC), talvez porque tenha hesitado em dissociar do ensino a sua dimensão cultural.

O grande desafio das próximas décadas será implementar um projeto cultural e educacional interdisciplinar, voltado à pesquisa e à informação, ao estímulo da inventividade e da criatividade, à produção de diferentes expressões culturais e à preservação do patrimônio cultural, criando meios para que o cidadão reflita sobre sua realidade particular, relacione-a com outras realidades, de seu país e do mundo, e que a transforme com o desempenho do seu trabalho.

No contexto da globalização, essa será a única ação eficaz, capaz de filtrar o volume de informação disponibilizada pelos meios de comunicação, evitando o seu consumo indiscriminado e desprovido de críticas ou a identificação de armadilhas cada vez mais sofisticadas da indústria cultural de massa, com seus “parques temáticos” e “supermercados” culturais.

Finalmente, apontamos a necessidade de implementar, e, sobretudo, financiar ações culturais, como o principal desafio para as próximas décadas. O sucesso dessas iniciativas dependerá da articulação de redes, de parcerias entre Estado, iniciativa privada, organizações não-governamentais e comunidade.

O Estado não pode arcar sozinho com o ônus do financiamento da cultura, mas precisa promover o debate e garantir seu papel de interlocutor das comunidades, atuando e financiando diretamente a pesquisa, os projetos de formação, as manifestações experimentais ou de vanguarda, além de apontar as linhas gerais de investimento de maior interesse público para a iniciativa privada.

4. Idem, p. 41.

5. COELHO, José Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*, Editora Iluminuras, São Paulo, 1999, p.293.

Por sua vez, utilizando-se dos benefícios das leis de isenção fiscal, a iniciativa privada já começou a associar-se à promoção da cultura, aumentando o dinamismo das produções, criando novos mercados e novas oportunidades de trabalho, beneficiando-se sempre de substancial retorno de imagem.

Além do Estado e da iniciativa privada, as entidades não-governamentais também estão atuando nas questões relacionadas à cultura, como mediadoras nas parcerias ou em projetos de interesse da comunidade.

As tabelas a seguir foram analisadas levando-se em consideração as diferenças populacionais e de número de municípios de uma região para outra. Os percentuais citados no texto foram obtidos a partir de análise feita em separado de cada região e seus resultados em relação ao total. Não há homogeneidade nas bases de dados entre as regiões.

Equipamentos e Atividades Culturais

Os principais tipos de equipamentos culturais e as atividades mais relevantes, no campo da cultura, desenvolvidas no Estado de São Paulo serão a seguir analisados. Foram utilizados os dados da Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997. Realizada pela primeira vez em 1992, a PMU levanta informações em todas as municipalidades do Estado sobre um conjunto de temas que abarcam mais de mil questões.

Em cada tema analisado serão apresentadas duas tabelas e um mapa. A primeira tabela traz informações sobre a existência do evento analisado em cada Região Administrativa. Para melhor compreensão são apresentados a população residente e o número de municípios que apresentam o recurso em questão, bem como aqueles que não possuem o evento analisado. Como, nem sempre, todos os municípios do Estado respondem a todas as perguntas da PMU, foi acrescentada uma coluna com os municípios para os quais não se dispõe daquela informação. A segunda tabela mostra as mesmas informações agrupadas segundo algumas faixas de tamanho de municípios. A análise conjunta das duas tabelas pode mostrar que, além de diferenciações regionais, os equipamentos e atividades culturais se concentram em municípios de maior porte. Por fim é apresentado um mapa com as mesmas informações plotadas para cada município paulista. Os critérios, em relação a tabelas, mapas e fontes – PMU 1997 – são válidos também para as duas outras unidades deste texto, que versam sobre o esporte e o lazer.

Teatros

No Estado de São Paulo, 79,5% dos municípios não possuem teatros; entretanto, 70% da população paulista vive em cidades onde existe esse equipamento. Os dados mostram que os teatros estão concentrados nos grandes centros urbanos, onde a densidade populacional é maior.

Na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, 89% da população reside em cidades onde há teatros. A Região Administrativa de Registro apresenta somente 11% de sua população com acesso a teatros em seus municípios de residência.

Além da RA de Registro, outras cinco regiões têm mais da metade de seus habitantes residindo em municípios que não possuem teatros: Santos, Sorocaba, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente.

A presença de teatros nos municípios do Estado é diretamente proporcional ao número de habitantes. Entre os municípios com mais de 200 mil habitantes, 84% possuem teatros e cerca de 90% dos municípios existentes no Estado com até 20 mil habitantes não os possuem.

Mapa 1
Divisão Político-Administrativa
1999

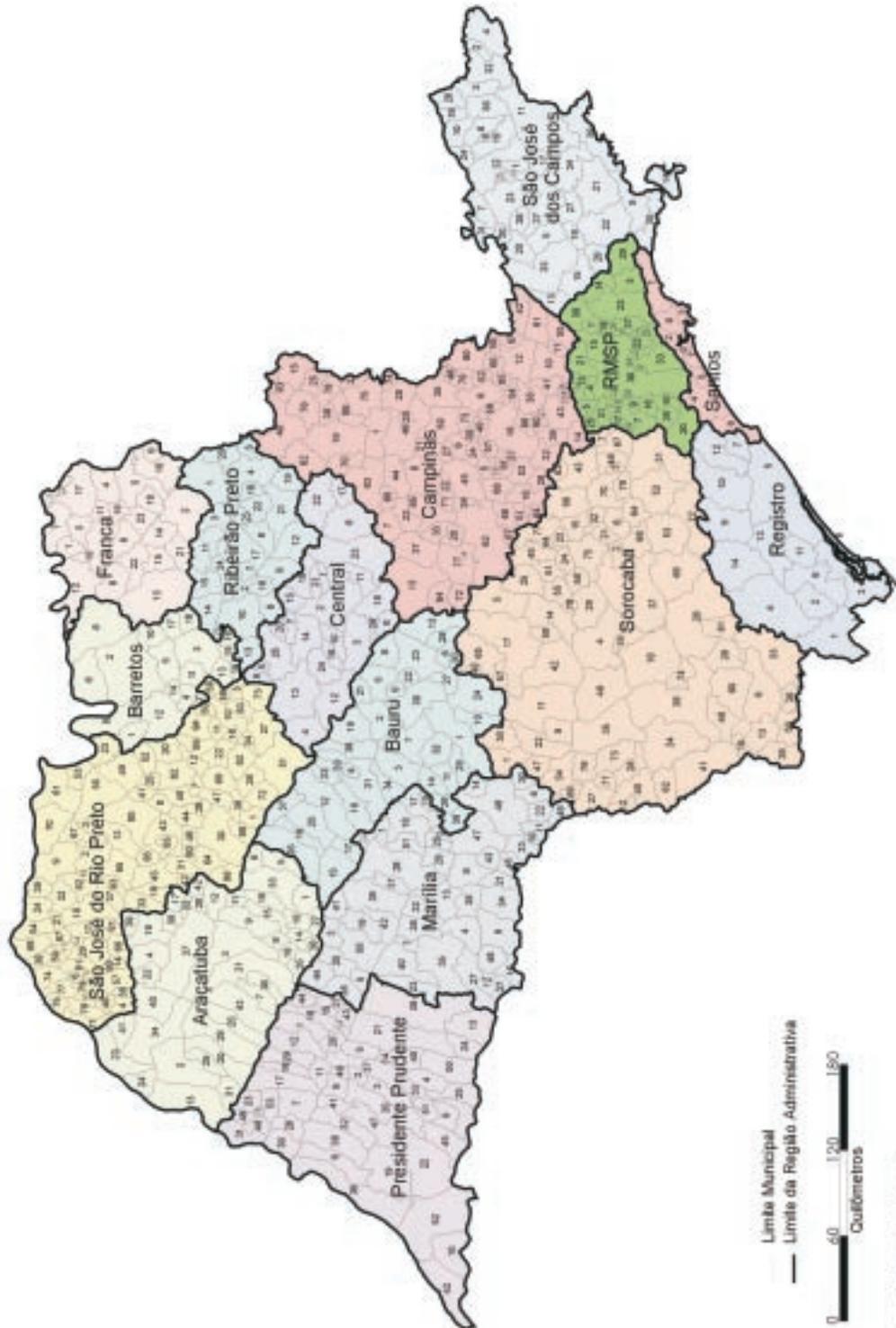


Tabela 1
População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Teatros
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os}	24.203.30	103	9.726.830	513	651.705	29	34.581.838	645
	Abs.	3							
	%	69,99	15,97	28,13	79,53	1,88	4,50	100,00	100,00
RMSP	N ^{os}	14.911.60	18	1.849.141	19	31.587	2	16.792.329	39
	Abs.	1							
	%	88,80	46,15	11,01	48,72	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os}	26.116	1	208.866	12	7.238	1	242.220	14
	Abs.								
	%	10,78	7,14	86,23	85,71	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os}	640.705	2	684.454	7	-	-	1325159	9
	Abs.								
	%	48,35	22,22	51,65	77,78	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os}	871.309	5	762.073	29	184.834	5	1.818.216	39
	Abs.								
	%	47,92	12,82	41,91	74,36	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os}	957.106	11	1.274.628	65	30.594	3	2.262.328	79
	Abs.								
	%	42,31	13,92	56,34	82,28	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os}	3.060.190	21	1.671.090	63	228.695	6	4.959.975	90
	Abs.								
	%	61,70	23,33	33,69	70,00	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os}	601.651	4	309.321	18	67.034	3	978.006	25
	Abs.								
	%	61,52	16,00	31,63	72,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os}	531.179	6	375.510	33	-	-	906689	39
	Abs.								
	%	58,58	15,38	41,42	84,62	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os}	555.681	5	657.610	88	20.122	3	1.233.413	96
	Abs.								
	%	45,05	5,21	53,32	91,67	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os}	295.184	4	352.092	38	4.339	1	651.615	43
	Abs.								
	%	45,30	9,30	54,03	88,37	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os}	239.297	4	494.993	46	25.203	3	759.493	53
	Abs.								
	%	31,51	7,55	65,17	86,79	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os}	442.040	6	403.664	45	-	-	845704	51
	Abs.								
	%	52,27	11,76	47,73	88,24	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os}	402.099	4	351.861	20	52.059	2	806.019	26
	Abs.								
	%	49,89	15,38	43,65	76,92	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os}	228.527	5	159.558	14	-	-	388085	19
	Abs.								
	%	58,89	26,32	41,11	73,68	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os}	440.618	7	171.969	16	-	-	612587	23
	Abs.								
	%	71,93	30,43	28,07	69,57	0,00	0,00	100,00	100,00

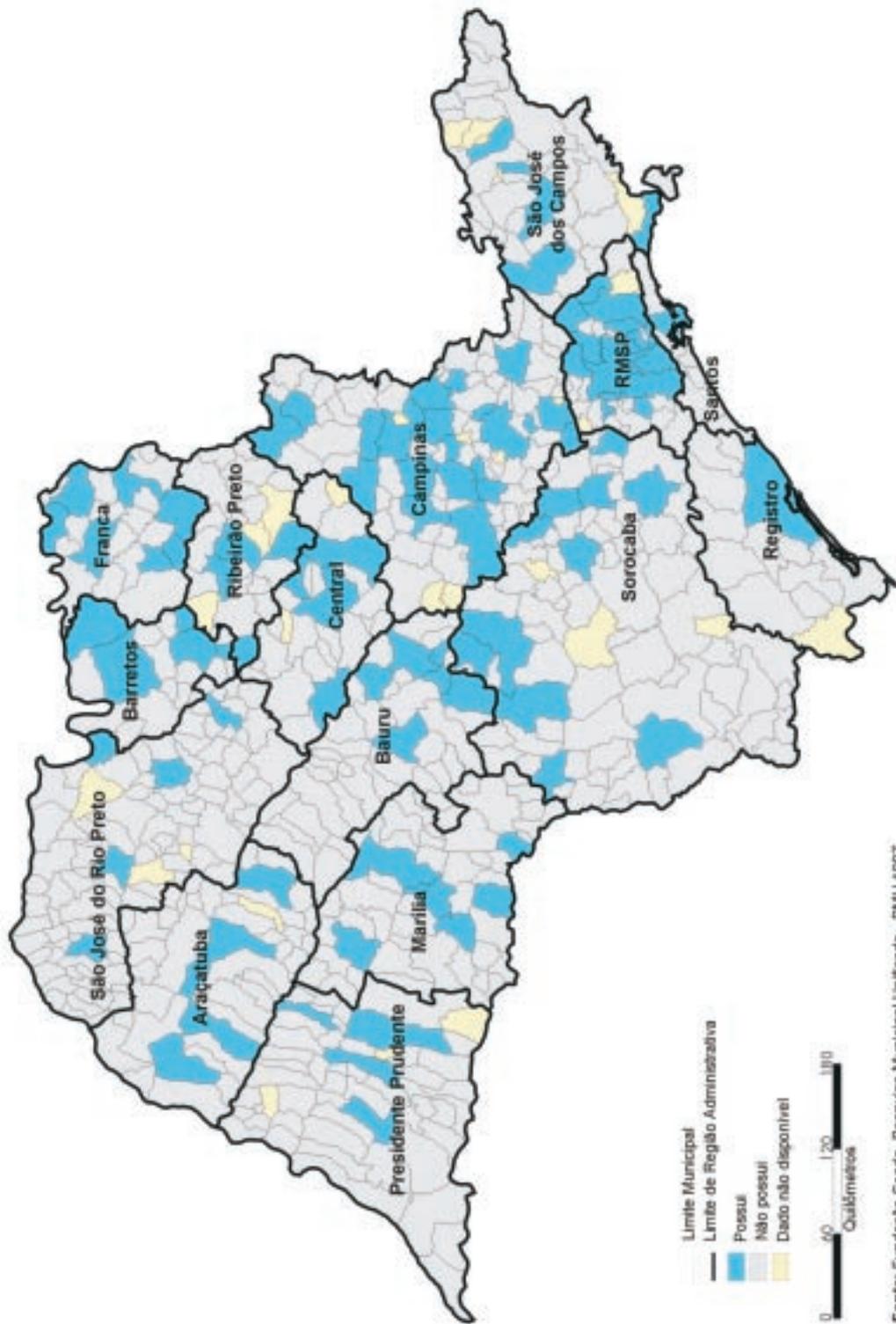
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 2
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Teatro,
segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	103	15,97	513	79,53	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	5	1,65	283	93,40	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	8	6,78	105	88,98	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	29	24,79	83	70,94	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	20	40,82	26	53,06	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	20	60,61	12	36,36	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	21	84,00	4	16,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 2
Existência de Teatros
1997



Bibliotecas Públicas

Há no Brasil uma carência de bibliotecas públicas, e é fato já exaustivamente comentado a pouca familiaridade dos brasileiros com o hábito da leitura.

Mesmo considerando que o mercado editorial vem apresentando grande crescimento nos últimos anos no país, os livros são, muitas vezes, considerados itens de consumo supérfluo pela grande maioria da população. Segundo artigo de Maria Delith Balaban – “Os Indicadores Quantitativos da Cultura” –, o consumo de livros não-didáticos *per capita* é de apenas 0,8 livro ao ano.

As bibliotecas públicas, que viabilizam o acesso público aos livros, não se encontram disponíveis em 40% dos municípios brasileiros, os quais reúnem 22 milhões de habitantes. Esse quadro reflete uma carência cultural nacional.

No Estado de São Paulo, de todos os equipamentos culturais, a biblioteca pública é o mais presente; entretanto, dos municípios do Estado, 24% não as possuem. Nesses municípios residem 2% dos habitantes paulistas.

Na RMSP, praticamente 100% da população reside em municípios onde há bibliotecas. Em algumas regiões, no entanto, o acesso é menor. Nas regiões administrativas de Registro, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, 10%, pelo menos, da população residem em municípios sem nenhuma biblioteca pública – uma incidência bastante superior à média estadual.

Esses dados, porém, só mostram a existência ou não de biblioteca pública no município, não quantificando a oferta do equipamento, nem tampouco avaliando a qualidade do acervo.

Outro grande desafio está em proporcionar uma proximidade do público com as bibliotecas no sentido de despertar o desejo e o hábito pela leitura. Não basta existir um número considerável de bibliotecas, é necessário promover atividades e condições – como é o caso de alguns projetos já existentes na cidade de São Paulo como o Bosque da Leitura e as Bibliotecas Ambulantes –, que atraiam o público em geral e aquele que se localiza na periferia dos municípios do Estado.

Nas cidades com até 10 mil habitantes é menos freqüente a existência de bibliotecas: apenas cerca de 48,5% as possuem. Nas demais, ou seja, nas cidades com mais de 10 mil habitantes, há presença de bibliotecas em pelo menos 87% delas.

Tabela 3
População e Número de Municípios,
por Situação de Existência de Bibliotecas Gerais Públicas
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os} Abs.	33.123.619	461	806.514	155	651.705	29	34.581.838	645
	%	95,78	71,47	2,33	24,03	1,88	4,50	100,00	100,00
RMSP	N ^{os} Abs.	16.760.742	37	-	-	31.587	2	16.792.329	39
	%	99,81	94,87	0,00	0,00	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	200.018	11	34.964	2	7.238	1	242.220	14
	%	82,58	78,57	14,43	14,29	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	1.325.159	9	-	-	-	-	1325159	9
	%	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	1.614.187	30	19.195	4	184.834	5	1.818.216	39
	%	88,78	76,92	1,06	10,26	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	2.068.495	54	163.239	22	30.594	3	2.262.328	79
	%	91,43	68,35	7,22	27,85	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	4.659.650	74	71.630	10	228.695	6	4.959.975	90
	%	93,95	82,22	1,44	11,11	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	888.268	17	22.704	5	67.034	3	978.006	25
	%	90,82	68,00	2,32	20,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	831.225	26	75.464	13	-	-	906689	39
	%	91,68	66,67	8,32	33,33	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	1.091.369	61	121.922	32	20.122	3	1.233.413	96
	%	88,48	63,54	9,88	33,33	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	575.530	22	71.746	20	4.339	1	651.615	43
	%	88,32	51,16	11,01	46,51	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	656.864	32	77.426	18	25.203	3	759.493	53
	%	86,49	60,38	10,19	33,96	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	797.709	39	47.995	12	-	-	845704	51
	%	94,32	76,47	5,68	23,53	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	711.142	17	42.818	7	52.059	2	806.019	26
	%	88,23	65,38	5,31	26,92	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	367.002	15	21.083	4	-	-	388085	19
	%	94,57	78,95	5,43	21,05	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	576.259	17	36.328	6	-	-	612587	23
	%	94,07	73,91	5,93	26,09	0,00	0,00	100,00	100,00

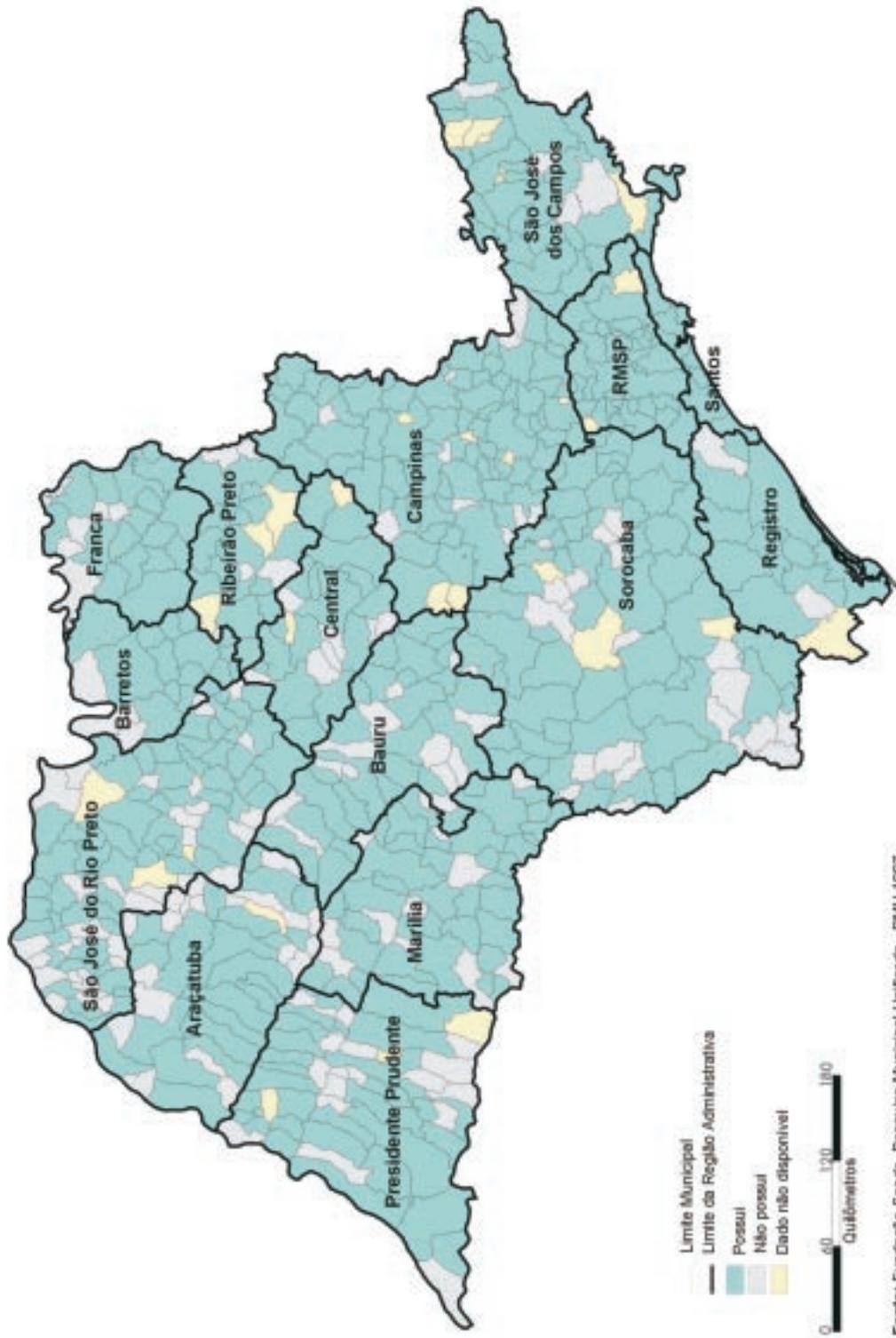
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 4
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de
Bibliotecas Gerais Públicas, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	461	71,47	155	24,03	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	147	48,51	141	46,53	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	103	87,29	10	8,47	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	108	92,31	4	3,42	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	46	93,88	-	-	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	32	96,97	-	-	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	25	100,00	-	-	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 3
Existência de Bibliotecas Gerais Públicas
1997



Centros Culturais/Casas de Cultura

Apenas 37% dos municípios paulistas possuem centros culturais ou casas de cultura. Porém, nesses municípios reside a grande maioria da população paulista: 79%. Na RMSP, chega a quase 90% a parcela da população que vive em cidades onde há esses equipamentos culturais.

A Região de Registro é onde há a menor incidência de centros ou casas de cultura: apenas 30% de seus habitantes têm acesso a eles em seus municípios de residência.

A Região Administrativa de Santos é a segunda região com menor incidência de centros ou casas de cultura, permitindo acesso de 43% de seus habitantes a esses equipamentos nos municípios em que residem. Nas demais regiões, mais da metade da população residente possui acesso em seus próprios municípios.

Tabela 5
População e Número de Municípios, por Situação de Existência de
Centros Culturais/Casas de Cultura
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total		
	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	
Estado de São Paulo	N^{abs} Abs.	27.195.558	236	6.323.048	379	1.063.232	29	34.581.838	644
	%	78,64	36,65	18,28	58,85	3,07	4,50	100,00	100,00
RMSP	N ^{abs} Abs.	14.971.979	22	1.788.763	15	31.587	2	16.792.329	39
	%	89,16	56,41	10,65	38,46	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{abs} Abs.	72.541	5	162.441	8	7.238	1	242.220	14
	%	29,95	35,71	67,06	57,14	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{abs} Abs.	568.423	5	345.209	3	411.527	-	1.325.159	8
	%	42,89	62,50	26,05	37,50	31,05	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{abs} Abs.	1.338.281	20	295.101	14	184.834	5	1.818.216	39
	%	73,60	51,28	16,23	35,90	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{abs} Abs.	1.763.206	32	468.528	44	30.594	3	2.262.328	79
	%	77,94	40,51	20,71	55,70	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{abs} Abs.	3.808.845	44	922.435	40	228.695	6	4.959.975	90
	%	76,79	48,89	18,60	44,44	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{abs} Abs.	641.073	9	269.899	13	67.034	3	978.006	25
	%	65,55	36,00	27,60	52,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{abs} Abs.	592.815	13	313.874	26	-	-	906.689	39
	%	65,38	33,33	34,62	66,67	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{abs} Abs.	849.217	25	364.074	68	20.122	3	1.233.413	96
	%	68,85	26,04	29,52	70,83	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{abs} Abs.	450.325	9	196.951	33	4.339	1	651.615	43
	%	69,11	20,93	30,23	76,74	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{abs} Abs.	399.984	16	334.306	34	25.203	3	759.493	53
	%	52,66	30,19	44,02	64,15	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{abs} Abs.	571.494	12	274.210	39	-	-	845.704	51
	%	67,58	23,53	32,42	76,47	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{abs} Abs.	553.458	10	200.502	14	52.059	2	806.019	26
	%	68,67	38,46	24,88	53,85	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{abs} Abs.	201.507	7	186.578	12	-	-	388.085	19
	%	51,92	36,84	48,08	63,16	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{abs} Abs.	412.410	7	200.177	16	-	-	612.587	23
	%	67,32	30,43	32,68	69,57	0,00	0,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Assim como acontece com os demais equipamentos culturais, os centros ou casas de cultura também estão mais presentes nos municípios mais populosos. Nos municípios com mais de 50 mil habitantes, mais de 70% possuem esses equipamentos, enquanto nas cidades com menos de 10 mil habitantes, apenas 16,5% apresentam instalações dessa natureza.

Tabela 6

Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Centro Cultural/Casas de Cultura, segundo Estrato Populacional Estado de São Paulo 1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} -Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} -Abs.	%	N ^{os} -Abs.	%
Total	236	36,59	379	58,76	30	4,65	645	100,00
Até 10.000	50	16,50	238	78,55	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	41	34,75	72	61,02	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	66	56,41	46	39,32	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	35	71,43	11	22,45	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	24	72,73	8	24,24	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	20	80,00	4	16,00	1	4,00	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Museus

Em comparação com os Estados Unidos e os países europeus, o Brasil está muito distante da excelência nessa área. Porém, esse ponto fraco, largamente reconhecido pelos intelectuais brasileiros, vem assumindo crescente importância e não apenas nas discussões acadêmicas. Algumas iniciativas de melhoria dos museus já foram tomadas e são visíveis hoje, depois das obras realizadas, por exemplo, na Pinacoteca do Estado de São Paulo, no MAM paulista, entre outros.

Não chega a um quarto a quantidade de municípios do Estado de São Paulo que possuem museus (24%). Nesses municípios residem 76% dos habitantes do Estado.

A RMSP é, também nesse item, a mais profícua dentre todas, pois possui uma parcela populacional acima da média estadual (87%) que reside em cidades onde há museus. Na região de Registro, apenas 24% da população residem em cidades em que há algum museu – muito abaixo da média estadual. As regiões de Araçatuba e Presidente Prudente também apresentam reduzida incidência de museus para seus habitantes nos próprios municípios de residência: 45% e 35%, respectivamente.

Entre os municípios com menos de 50 mil habitantes a presença de museus é menos frequente do que nos municípios de maior porte. Dos numerosos municípios do Estado que têm até 10 mil habitantes, não chega a 5% a participação daqueles que possuem esse equipamento. Nos municípios com mais de 50 mil habitantes, a proporção dos que possuem museus é majoritária.

Tabela 7
População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Museus
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os} Abs.	26.371.221	157	7.558.912	459	651.705	29	34.581.838	645
	%	76,26	24,34	21,86	71,16	1,88	4,50	100,00	100,00
RMSP	N ^{os} Abs.	14.614.115	15	2.146.627	22	31.587	2	16.792.329	39
	%	87,03	38,46	12,78	56,41	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	57.102	3	177.880	10	7.238	1	242.220	14
	%	23,57	21,43	73,44	71,43	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	936.812	5	388.347	4	-	-	1325159	9
	%	70,69	55,56	29,31	44,44	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	1.352.305	14	281.077	20	184.834	5	1.818.216	39
	%	74,38	35,90	15,46	51,28	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	1.535.664	21	696.070	55	30.594	3	2.262.328	79
	%	67,88	26,58	30,77	69,62	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	3.762.707	37	968.573	47	228.695	6	4.959.975	90
	%	75,86	41,11	19,53	52,22	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	632.777	7	278.195	15	67.034	3	978.006	25
	%	64,70	28,00	28,45	60,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	541.610	8	365.079	31	-	-	906689	39
	%	59,73	20,51	40,27	79,49	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	633.774	9	579.517	84	20.122	3	1.233.413	96
	%	51,38	9,38	46,98	87,50	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	295.184	4	352.092	38	4.339	1	651.615	43
	%	45,30	9,30	54,03	88,37	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	268.746	6	465.544	44	25.203	3	759.493	53
	%	35,38	11,32	61,30	83,02	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	575.966	10	269.738	41	-	-	845704	51
	%	68,10	19,61	31,90	80,39	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	471.686	7	282.274	17	52.059	2	806.019	26
	%	58,52	26,92	35,02	65,38	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	275.401	6	112.684	13	-	-	388085	19
	%	70,96	31,58	29,04	68,42	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	417.372	5	195.215	18	-	-	612587	23
	%	68,13	21,74	31,87	78,26	0,00	0,00	100,00	100,00

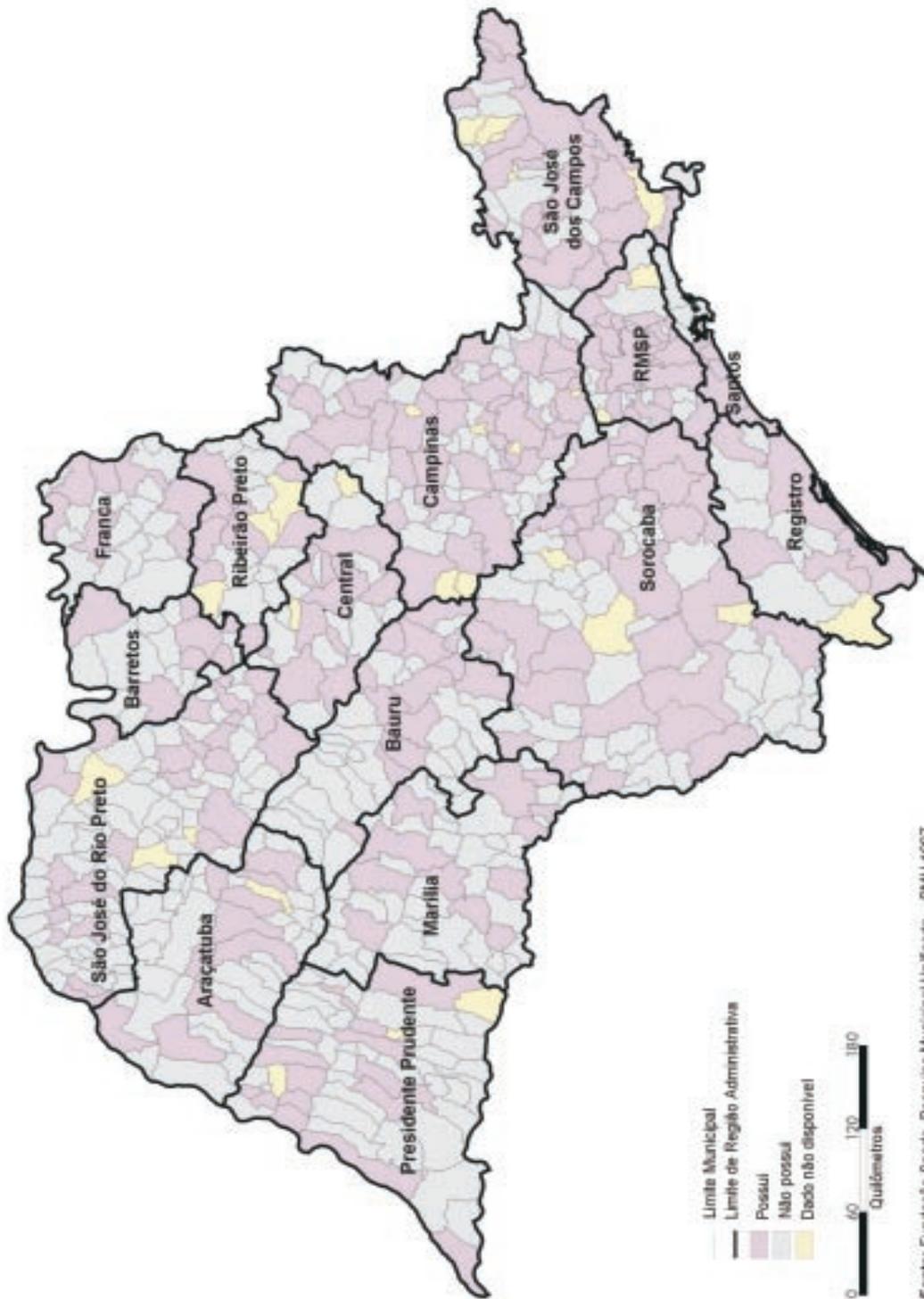
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 8
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Museus,
segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

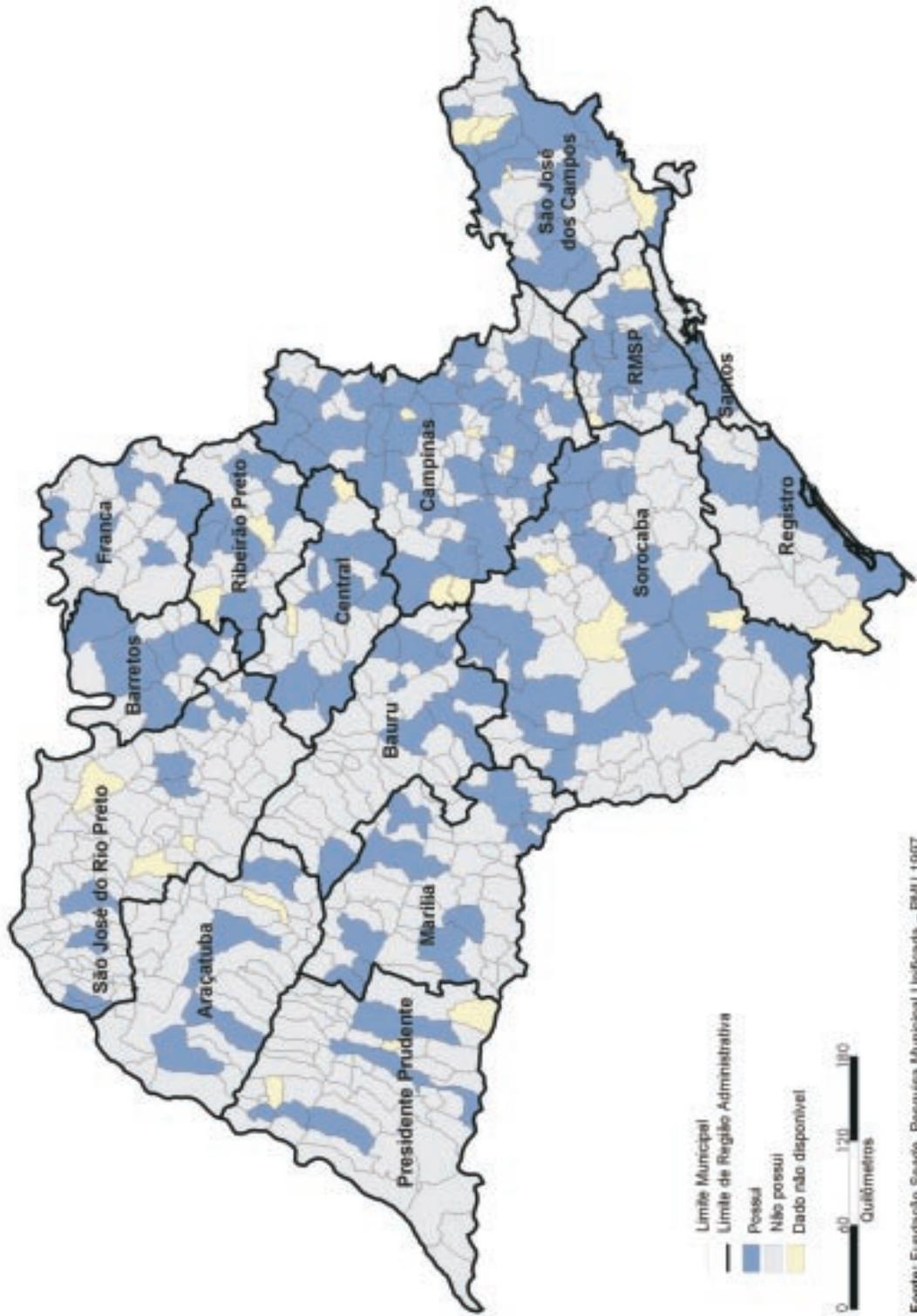
Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	157	24,34	459	71,16	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	14	4,62	274	90,43	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	18	15,25	95	80,51	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	49	41,88	63	53,85	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	32	65,31	14	28,57	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	21	63,64	11	33,33	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	23	92,00	2	8,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 4
Existência de Centros Culturais/Casas de Cultura
1997



Mapa 5
Existência de Museus
1997



Cinemas

Em todo o país, existem pouco mais de mil salas de cinema, concentrando-se a maioria nas grandes cidades, segundo Maria Delith Balaban em seu artigo “Os Indicadores Quantitativos da Cultura”.

Há, contudo, no país hoje uma política de reversão desse quadro, representada pelo programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) que tem por meta viabilizar a ampliação do número de salas de exibição de forma a se alcançar a relação de uma sala para cada 50 mil habitantes.

Atualmente são muito poucos os municípios que possuem cinema no Estado de São Paulo: apenas 11% do total de municípios. Também pode ser considerada reduzida a parcela da população do Estado que tem acesso a cinemas em seus municípios de residência (apenas 65%).

A RMSP está bem acima da média estadual quanto à presença de cinemas: 83% de sua população têm acesso em suas próprias cidades. Nas regiões de Registro e Presidente Prudente o acesso a cinemas é extremamente baixo: apenas 20% e 28%, respectivamente, de suas populações vivem em cidades onde há cinemas. Nas regiões de Sorocaba e Araçatuba, as proporções não atingem 40%, e nas regiões de Bauru, São José do Rio Preto, Marília, RA Central, Barretos e Franca, menos da metade da população vive em cidades onde não há sequer um cinema.

Tabela 9
População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Cinemas
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os} Abs.	22.507.269	73	11.011.337	542	1.063.232	30	34.581.838	645
	%	65,08	11,32	31,84	84,03	3,07	4,65	100,00	100,00
RMSP	N ^{os} Abs.	13.922.177	11	2.838.565	26	31.587	-	16.792.329	37
	%	82,91	29,73	16,90	70,27	0,19	0,00	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	49.256	1	185.726	12	7.238	2	242.220	15
	%	20,34	6,67	76,68	80,00	2,99	13,33	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	528.109	3	385.523	5	411.527	1	1.325.159	9
	%	39,85	33,33	29,09	55,56	31,05	11,11	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	1.066.647	6	566.735	28	184.834	1	1.818.216	35
	%	58,66	17,14	31,17	80,00	10,17	2,86	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	751.888	4	1.479.846	72	30.594	5	2.262.328	81
	%	33,24	4,94	65,41	88,89	1,35	6,17	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	2.925.130	20	1.806.150	64	228.695	3	4.959.975	87
	%	58,97	22,99	36,41	73,56	4,61	3,45	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	579.322	4	331.650	18	67.034	6	978.006	28
	%	59,24	14,29	33,91	64,29	6,85	21,43	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	403.536	2	503.153	37	-	3	906.689	42
	%	44,51	4,76	55,49	88,10	0,00	7,14	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	616.193	7	597.098	86	20.122	-	1.233.413	93
	%	49,96	7,53	48,41	92,47	1,63	0,00	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	244.086	3	403.190	39	4.339	3	651.615	45
	%	37,46	6,67	61,88	86,67	0,67	6,67	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	212.264	2	522.026	48	25.203	1	759.493	51
	%	27,95	3,92	68,73	94,12	3,32	1,96	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	354.571	3	491.133	48	-	3	845.704	54
	%	41,93	5,56	58,07	88,89	0,00	5,56	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	399.401	3	354.559	21	52.059	-	806.019	24
	%	49,55	12,50	43,99	87,50	6,46	0,00	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	174.908	2	213.177	17	-	2	388.085	21
	%	45,07	9,52	54,93	80,95	0,00	9,52	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	279.781	2	332.806	21	-	-	612.587	23
	%	45,67	8,70	54,33	91,30	0,00	0,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Apenas entre as poucas cidades com mais de 100 mil habitantes é que a existência de cinemas é mais freqüente. Mais da metade delas possui salas de cinema (61% das cidades que possuem entre 100 e 200 mil habitantes e 76% das cidades com mais de 200 mil habitantes).

Tabela 10
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Cinema,
segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	73	11,32	542	84,03	30	4,65	645	100,00
Até 10.000	2	0,66	286	94,39	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	2	1,69	111	94,07	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	13	11,11	99	84,62	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	17	34,69	29	59,18	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	20	60,61	12	36,36	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	19	76,00	5	20,00	1	4,00	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Bandas e Fanfarras

A existência de bandas e fanfarras, diferentemente do que acontece com outras atividades culturais, não é prerrogativa dos grandes centros urbanos. Essa atividade representa uma oportunidade para a construção de carreiras artísticas a serem ainda mais exploradas.

Em apenas um terço dos municípios paulistas existem bandas ou fanfarras. Porém, esses municípios aglutinam 80% de toda a população paulista.

A RMSP mais uma vez se destaca, apresentando uma proporção de habitantes que residem em municípios com bandas e fanfarras acima da média estadual. Também a Região de Campinas apresenta uma proporção acima da média: 84%. A Região de Registro apresenta novamente uma proporção muito abaixo da média: apenas 26% de sua população vive em cidades onde há bandas e fanfarras.

A relação entre a existência de bandas e fanfarras e o tamanho, em termos populacionais, dos municípios não é tão significativa quanto a alguns outros equipamentos e atividades culturais. Somente nas cidades com menos de 10 mil habitantes é que a presença de bandas e fanfarras fica muito abaixo da média do Estado. Nas cidades com 10 a 20 mil habitantes, a proporção já passa a ser semelhante à média estadual, e nas cidades mais populosas a proporção cresce gradativamente.

Tabela 11
População e Número de Municípios,
por Situação de Existência de Bandas e Fanfarras
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os} Abs.	27.780.595	211	5.738.011	404	1.063.232	30	34.581.838	645
	%	80,33	32,71	16,59	62,64	3,07	4,65	100,00	100,00
RMS	N ^{os} Abs.	14.754.191	17	2.006.551	20	31.587	2	16.792.329	39
	%	87,86	43,59	11,95	51,28	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	63.372	3	171.610	10	7.238	1	242.220	14
	%	26,16	21,43	70,85	71,43	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	867.911	6	45.721	2	411.527	1	1.325.159	9
	%	65,49	66,67	3,45	22,22	31,05	11,11	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	1.381.725	16	251.657	18	184.834	5	1.818.216	39
	%	75,99	41,03	13,84	46,15	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	1.692.033	32	539.701	44	30.594	3	2.262.328	79
	%	74,79	40,51	23,86	55,70	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	4.156.978	44	574.302	40	228.695	6	4.959.975	90
	%	83,81	48,89	11,58	44,44	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	719.738	8	191.234	14	67.034	3	978.006	25
	%	73,59	32,00	19,55	56,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	710.006	14	196.683	25	-	-	906689	39
	%	78,31	35,90	21,69	64,10	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	727.345	12	485.946	81	20.122	3	1.233.413	96
	%	58,97	12,50	39,40	84,38	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	457.885	8	189.391	34	4.339	1	651.615	43
	%	70,27	18,60	29,06	79,07	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	451.940	14	282.350	36	25.203	3	759.493	53
	%	59,51	26,42	37,18	67,92	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	487.471	13	358.233	38	-	-	845704	51
	%	57,64	25,49	42,36	74,51	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	623.198	10	130.762	14	52.059	2	806.019	26
	%	77,32	38,46	16,22	53,85	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	236.674	6	151.411	13	-	-	388085	19
	%	60,99	31,58	39,01	68,42	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	450.128	8	162.459	15	-	-	612587	23
	%	73,48	34,78	26,52	65,22	0,00	0,00	100,00	100,00

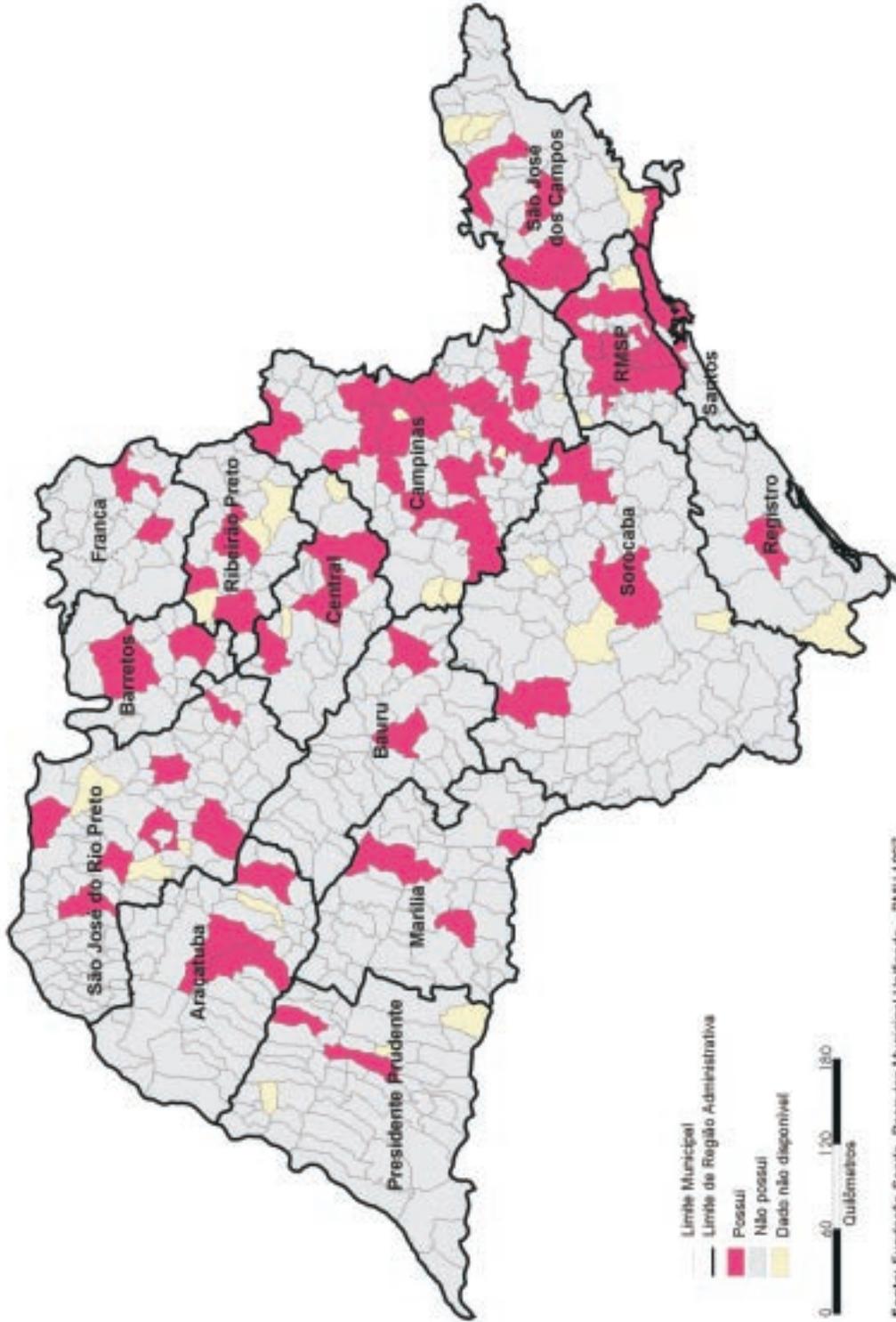
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 12
Distribuição Percentual dos Municípios,
por Situação de Existência de Bandas e Fanfarras
segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
TOTAL	211	32,71	404	62,64	30	4,65	645	100,00
Até 10.000	22	7,26	266	87,79	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	39	33,05	74	62,71	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	66	56,41	46	39,32	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	36	73,47	10	20,41	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	26	78,79	6	18,18	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	22	88,00	2	8,00	1	4,00	25	100,00

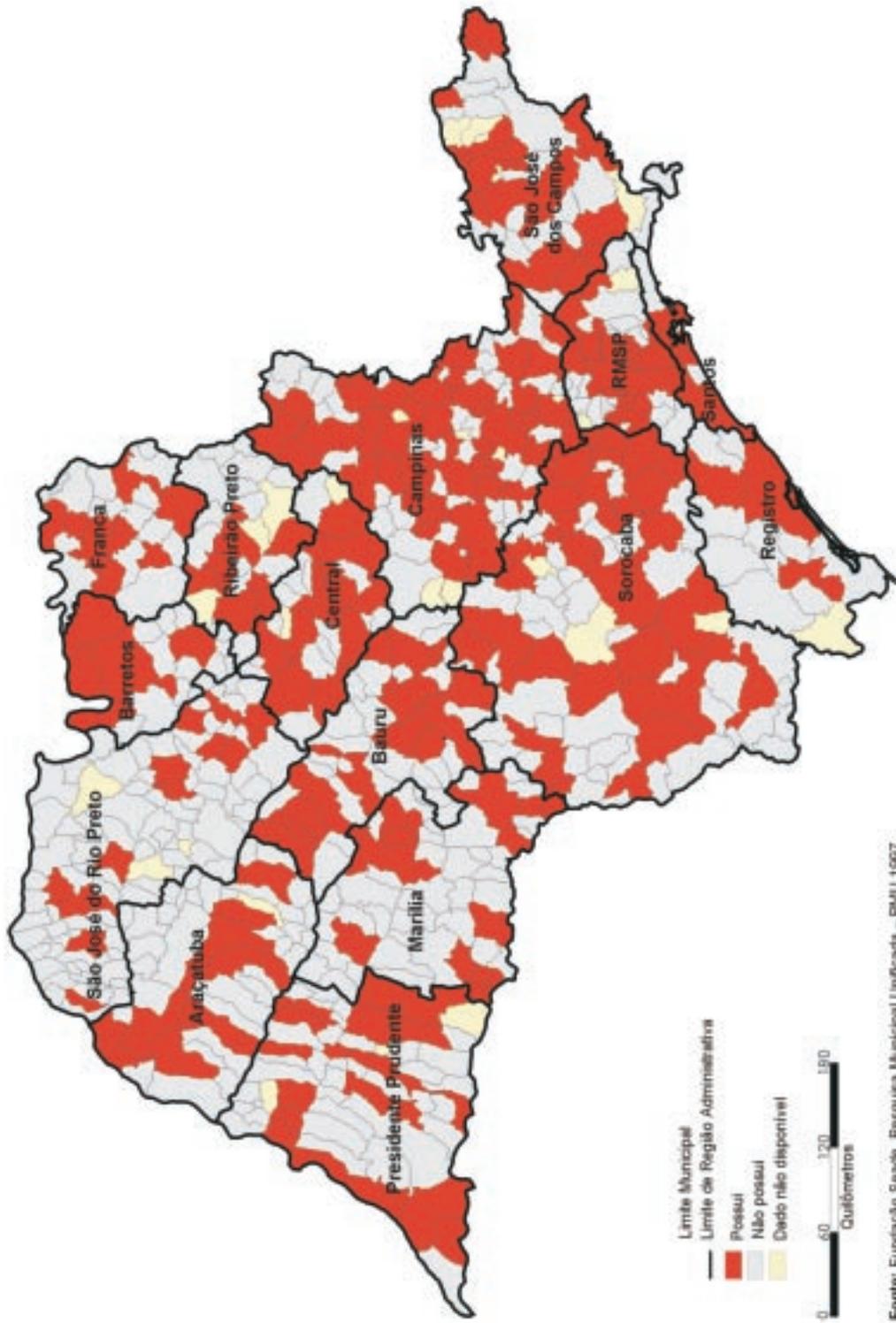
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 6
Existência de Cinemas
1997



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada - PMU 1997.

Mapa 7
Existência de Bandas e Fanfarras
1997



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Escolas de Samba

Um dos maiores emblemas da cultura nacional, as escolas de samba, estão presentes somente em 17% dos municípios paulistas, uma minoria das cidades. Também é reduzida a parcela de população paulista que reside em cidades onde há escolas de samba: 35%. Surpreende o fato de apenas 23% da população que vive na RMSP ter acesso em suas cidades a escolas de samba – abaixo da média estadual. Várias regiões apresentam proporções acima da média estadual e acima dos 50%. Porém, há regiões como Araçatuba (com apenas 4% de sua população com acesso a escolas de samba em suas próprias cidades), Registro, São José do Rio Preto e Presidente Prudente que se situam abaixo da média estadual.

Não chega a 2% a quantidade de municípios com menos de 10 mil habitantes que possuem escolas de samba. A presença de escolas de samba cresce proporcionalmente ao tamanho populacional das cidades, assim como acontece com os demais equipamentos e atividades culturais.

Tabela 13
População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Escolas de Samba
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os} Abs.	12.194.615	107	11.467.112	508	10.920.111	29	34.581.838	644
	%	35,26	16,61	33,16	78,88	31,58	4,50	100,00	100,00
RMSP	N ^{os} Abs.	3.822.433	17	3.081.430	20	9.888.466	2	16.792.329	39
	%	22,76	43,59	18,35	51,28	58,89	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	47.524	2	187.458	11	7.238	1	242.220	14
	%	19,62	14,29	77,39	78,57	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	740.136	6	173.496	2	411.527	0	1.325.159	8
	%	55,85	75,00	13,09	25,00	31,05	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	1.081.261	11	552.121	23	184.834	5	1.818.216	39
	%	59,47	28,21	30,37	58,97	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	1.193.103	16	1.038.631	60	30.594	3	2.262.328	79
	%	52,74	20,25	45,91	75,95	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	2.664.297	27	2.066.983	57	228.695	6	4.959.975	90
	%	53,72	30,00	41,67	63,33	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	551.320	2	359.652	20	67.034	3	978.006	25
	%	56,37	8,00	36,77	80,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	509.205	6	397.484	33	-	-	906.689	39
	%	56,16	15,38	43,84	84,62	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	194.643	4	1.018.648	89	20.122	3	1.233.413	96
	%	15,78	4,17	82,59	92,71	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	25.107	1	622.169	41	4.339	1	651.615	43
	%	3,85	2,33	95,48	95,35	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	216.380	2	517.910	48	25.203	3	759.493	53
	%	28,49	3,77	68,19	90,57	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	297.725	4	547.979	47	-	-	845.704	51
	%	35,20	7,84	64,80	92,16	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	309.333	4	444.627	20	52.059	2	806.019	26
	%	38,38	15,38	55,16	76,92	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	220.047	3	168.038	16	-	-	388.085	19
	%	56,70	15,79	43,30	84,21	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	322.101	2	290.486	21	-	-	612.587	23
	%	52,58	8,70	47,42	91,30	0,00	0,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 14
Distribuição Percentual dos Municípios,
por Situação de Existência de Escolas de Samba, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	106	16,43	508	78,76	31	4,81	645	100,00
Até 10.000	5	1,65	283	93,40	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	13	11,02	100	84,75	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	33	28,21	79	67,52	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	21	42,86	25	51,02	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	19	57,58	13	39,39	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	15	60,00	8	32,00	2	8,00	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Grupos Folclóricos

Em 19% das cidades paulistas existem grupos folclóricos, o que abrange 56% de toda a população do Estado. A RMSP tem um contingente populacional acima da média estadual vivendo em cidades onde existem esses grupos, assim como a Região de São José do Campos (77%). A Região Administrativa Central e as regiões de Presidente Prudente e Bauru apresentam proporções muito inferiores à média estadual: 3%, 8% e 9%, respectivamente.

Tabela 15
População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Grupos Folclóricos
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	N ^{os} Abs.	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os} Abs.	19.277.601	120	14.652.532	496	651.705	29	34.581.838	645
	%	55,74	18,60	42,37	76,90	1,88	4,50	100,00	100,00
RMSP	N ^{os} Abs.	13.007.973	14	3.752.769	23	31.587	2	16.792.329	39
	%	77,46	35,90	22,35	58,97	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	96.780	3	138.202	10	7.238	1	242.220	14
	%	39,96	21,43	57,06	71,43	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	488.433	4	836.726	5	-	-	1325159	9
	%	36,86	44,44	63,14	55,56	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	1.356.734	17	276.648	17	184.834	5	1.818.216	39
	%	74,62	43,59	15,22	43,59	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	317.751	10	1.913.983	66	30.594	3	2.262.328	79
	%	14,05	12,66	84,60	83,54	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	2.488.843	24	2.242.437	60	228.695	6	4.959.975	90
	%	50,18	26,67	45,21	66,67	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	172.597	6	738.375	16	67.034	3	978.006	25
	%	17,65	24,00	75,50	64,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	80.753	5	825.936	34	-	-	906689	39
	%	8,91	12,82	91,09	87,18	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	295.558	11	917.733	82	20.122	3	1.233.413	96
	%	23,96	11,46	74,41	85,42	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	124.591	4	522.685	38	4.339	1	651.615	43
	%	19,12	9,30	80,21	88,37	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	60.677	3	673.613	47	25.203	3	759.493	53
	%	7,99	5,66	88,69	88,68	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	207.688	9	638.016	42	-	-	845704	51
	%	24,56	17,65	75,44	82,35	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	27.217	1	726.743	23	52.059	2	806.019	26
	%	3,38	3,85	90,16	88,46	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	160.933	4	227.152	15	-	-	388085	19
	%	41,47	21,05	58,53	78,95	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	391.073	5	221.514	18	-	-	612587	23
	%	63,84	21,74	36,16	78,26	0,00	0,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

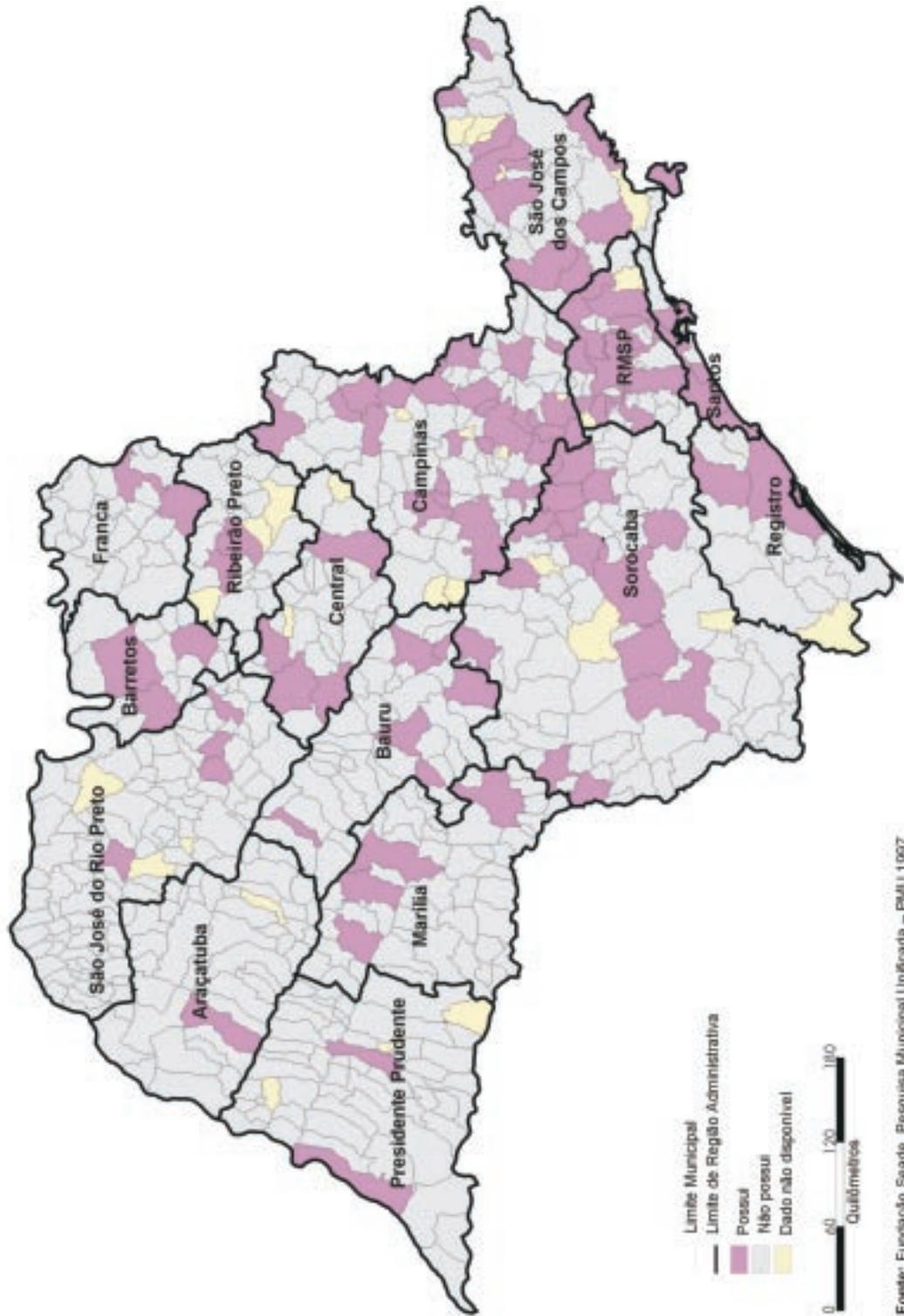
Todas as cidades com mais de 20 mil habitantes possuem grupos folclóricos em proporções superiores à média estadual.

Tabela 16
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Grupos Folclóricos, segundo Estrato Populacional Estado de São Paulo 1997

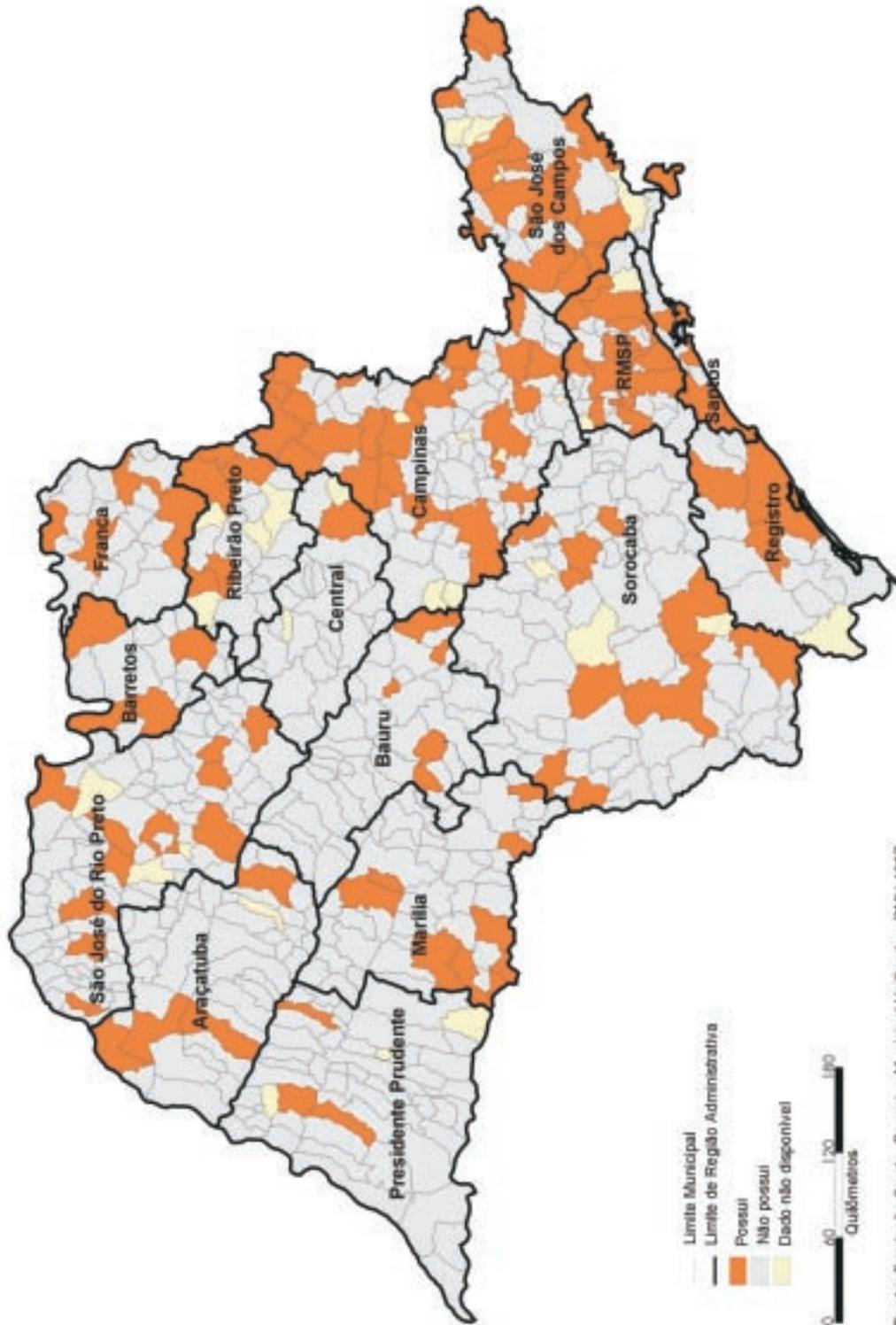
Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	120	18,60	496	76,90	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	21	6,93	267	88,12	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	21	17,80	92	77,97	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	35	29,91	77	65,81	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	20	40,82	26	53,06	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	10	30,30	22	66,67	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	13	52,00	12	48,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 8
Existência de Escolas de Samba
1997



Mapa 9
Existência de Grupos Folclóricos
1997



Bens Tombados pelo Iphan e Condephaat

Apenas 16% dos municípios paulistas possuem algum patrimônio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ou pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), o que corresponde a 102 municípios em todo o Estado.

A RMSP e as regiões de Santos e São José dos Campos possuem as maiores proporções de cidades com patrimônio histórico tombados no Estado de São Paulo.

Tabela 17

**Número de Municípios, por Situação de Existência de Patrimônios Históricos
Tombados pelo Iphan e Condephaat
Regiões Administrativas
1999**

Regiões Administrativas		Número de Municípios		Total
		Possuem	Não Possuem	
Estado de São Paulo	N^{os}-Abs.	102	543	645
	%	15,81	84,19	100,00
Reg. Met. de São Paulo	N ^{os} Abs.	19	20	39
	%	48,72	51,28	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	4	10	14
	%	28,57	71,43	100,00
RA de Santos	N ^{os} -Abs.	7	2	9
	%	77,78	22,22	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	22	17	39
	%	56,41	43,59	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} -Abs.	13	66	79
	%	16,46	83,54	100,00
RA de Campinas	N ^{os} -Abs.	18	72	90
	%	20,00	80,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} -Abs.	5	20	25
	%	20,00	80,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} -Abs.	1	38	39
	%	2,56	97,44	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	-	96	96
	%	-	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	1	42	43
	%	2,33	97,67	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	2	51	53
	%	3,77	96,23	100,00
RA de Marília	N ^{os} -Abs.	4	47	51
	%	7,84	92,16	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	4	22	26
	%	15,38	84,62	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	-	19	19
	%	-	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} -Abs.	2	21	23
	%	8,70	91,30	100,00

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan; Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – Condephaat; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.

Instrumentos Legais Municipais de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico e Turístico

Apenas 22% dos municípios do Estado de São Paulo possuem instrumentos legais municipais de preservação do patrimônio, seja ele histórico, artístico, arqueológico ou turístico. Nesses municípios vivem 69% da população paulista.

A RMSP e as regiões de Santos e São José dos Campos são as que possuem, proporcionalmente, mais municípios que implantaram tais instrumentos legais de preservação.

As propostas de municípios que possuem instrumentos legais de preservação elevam-se proporcionalmente à quantidade de seus habitantes.

Tabela 18

Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Patrimônios Históricos Tombados pelo Iphan e Condephaat, segundo Estrato Populacional Estado de São Paulo 1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	144	22,33	472	73,18	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	22	7,26	266	87,79	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	23	19,49	90	76,27	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	37	31,62	75	64,10	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	25	51,02	21	42,86	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	17	51,52	15	45,45	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	20	80,00	5	20,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

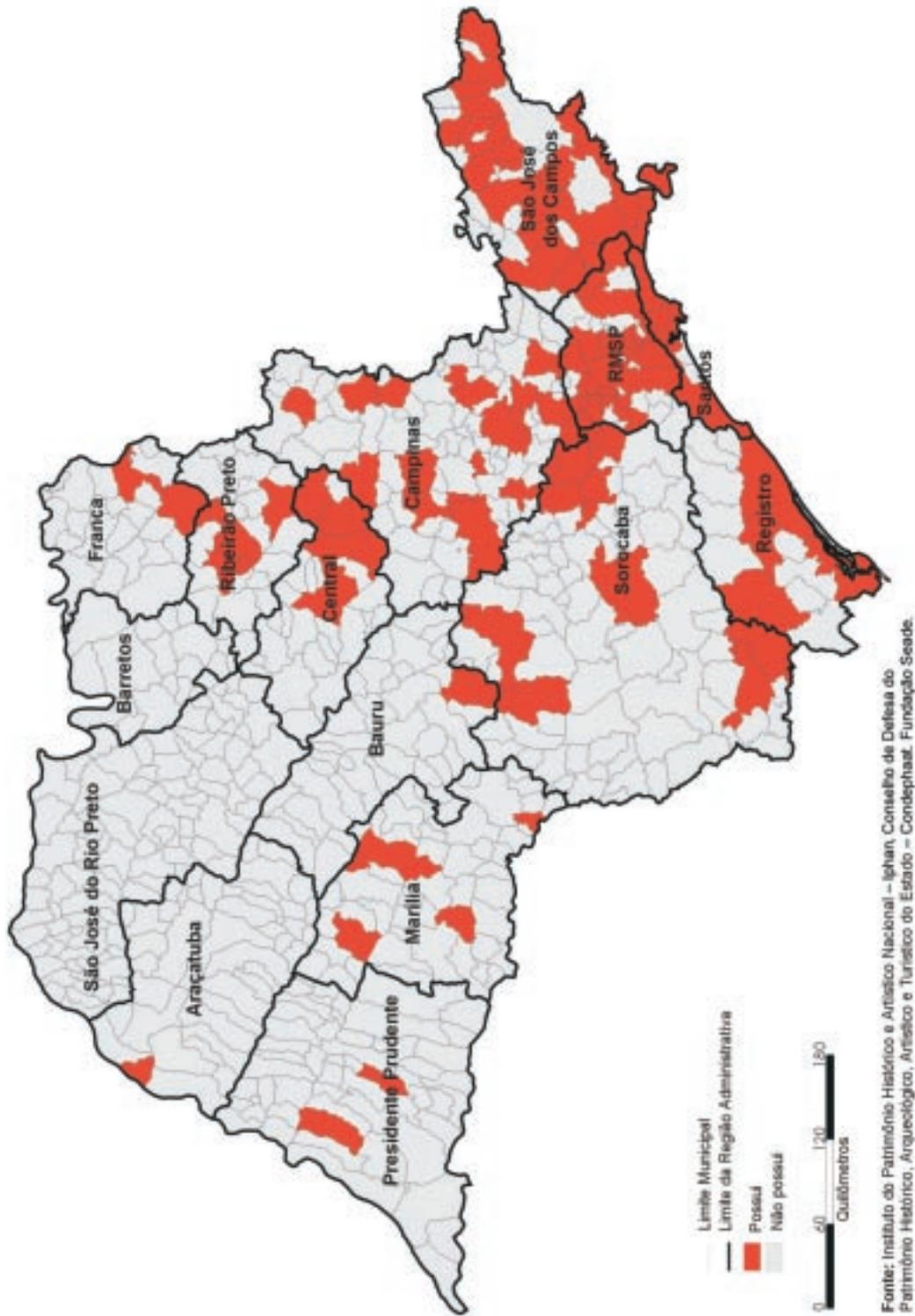
Tabela 19

População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Instrumentos Legais Municipais de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico e Turístico Regiões Administrativas 1997

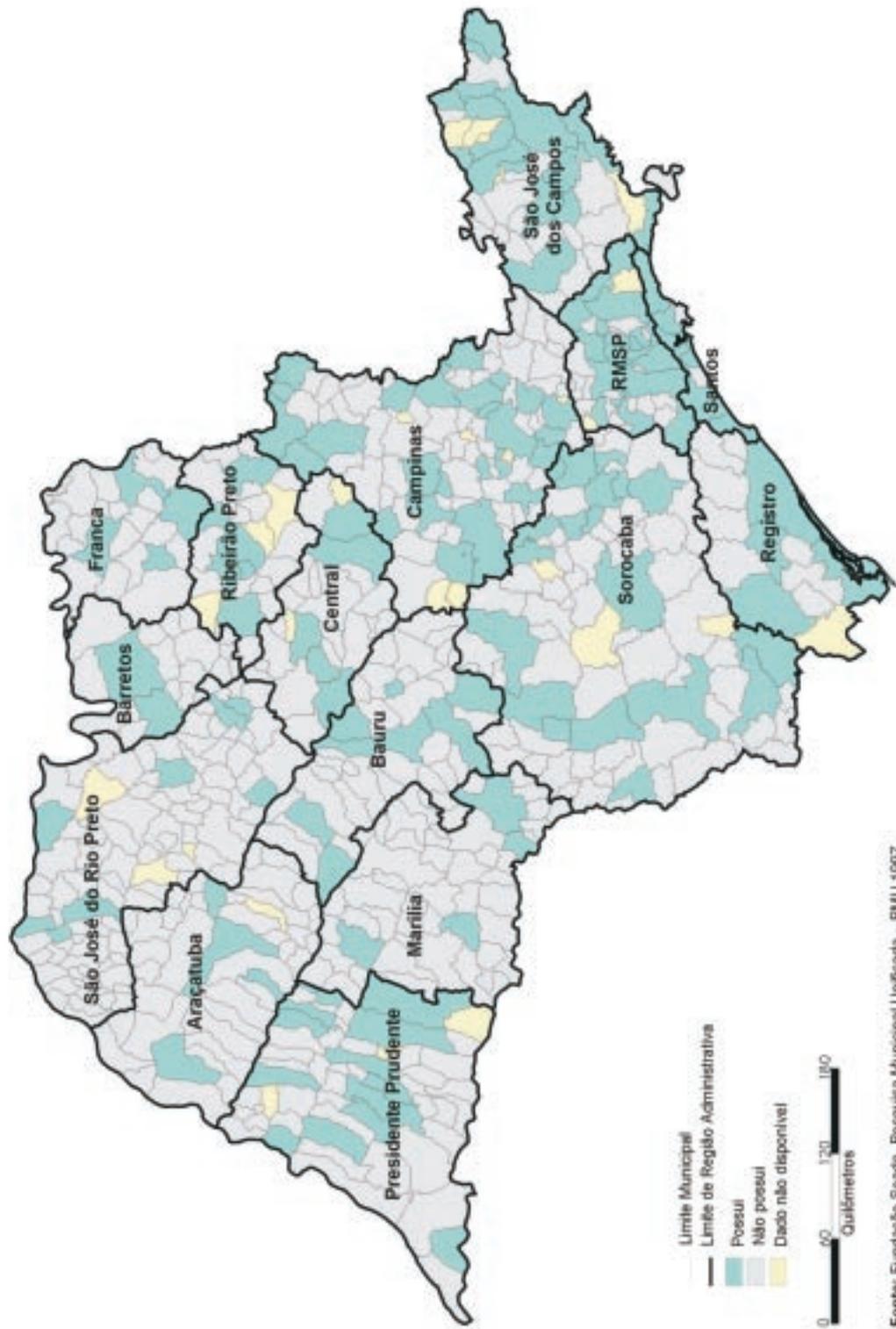
Regiões Administrativas	N ^{os} Abs.	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os} Abs.	24.026.927	144	9.903.206	472	651.705	29	34.581.838	645
	%	69,48	22,33	28,64	73,18	1,88	4,50	100,00	100,00
RMSP	N ^{os} Abs.	14.140.908	17	2.619.834	20	31.587	2	16.792.329	39
	%	84,21	43,59	15,60	51,28	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	102.506	5	132.476	8	7.238	1	242.220	14
	%	42,32	35,71	54,69	57,14	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	1.068.002	7	257.157	2	0	0	1.325.159	9
	%	80,59	77,78	19,41	22,22	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	1.106.213	16	527.169	18	184.834	5	1.818.216	39
	%	60,84	41,03	28,99	46,15	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	1.344.118	19	887.616	57	30.594	3	2.262.328	79
	%	59,41	24,05	39,23	72,15	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	2.799.792	26	1.931.488	58	228.695	6	4.959.975	90
	%	56,45	28,89	38,94	64,44	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	655.309	6	255.663	16	67.034	3	978.006	25
	%	67,00	24,00	26,14	64,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	468.527	8	438.162	31	0	0	906.689	39
	%	51,67	20,51	48,33	79,49	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	526.325	8	686.966	85	20.122	3	1.233.413	96
	%	42,67	8,33	55,70	88,54	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	234.203	4	413.073	38	4.339	1	651.615	43
	%	35,94	9,30	63,39	88,37	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	439.542	13	294.748	37	25.203	3	759.493	53
	%	57,87	24,53	38,81	69,81	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	272.995	4	572.709	47	0	0	845.704	51
	%	32,28	7,84	67,72	92,16	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	330.857	5	423.103	19	52.059	2	806.019	26
	%	41,05	19,23	52,49	73,08	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	146.635	2	241.450	17	0	0	388.085	19
	%	37,78	10,53	62,22	89,47	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	390.995	4	221.592	19	0	0	612.587	23
	%	63,83	17,39	36,17	82,61	0,00	0,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 10
Bens Tombados pelo Iphan e Condephaat
1997



Mapa 11
Existência de Instrumentos Legais Municipais de Preservação do Patrimônio
Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico e Turístico
1997



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

**Órgão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico,
Arquitetônico, Arqueológico e Turístico**

Apenas 15% das cidades do Estado de São Paulo possuem algum órgão municipal de preservação de seus patrimônios históricos, artísticos, arquitetônicos, arqueológicos e turísticos, reunindo 58% da população do Estado. A RMSP e a de São José dos Campos são as que possuem o maior número de municípios que sediam tais órgãos de preservação.

Tabela 20

**População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Órgão Municipal de
Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico,
Arqueológico e Turístico
Regiões Administrativas
1997**

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os} Abs.	20.084.387	98	13.845.746	518	651.705	29	34.581.838	645
	%	58,08	15,19	40,04	80,31	1,88	4,50	100,00	100,00
RMSP	N ^{os} Abs.	12.126.001	10	4.634.741	27	31.587	2	16.792.329	39
	%	72,21	25,64	27,60	69,23	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	29.688	2	205.294	11	7.238	1	242.220	14
	%	12,26	14,29	84,76	78,57	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	411.527	1	913.632	8	-	-	1325159	9
	%	31,05	11,11	68,95	88,89	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	1.181.711	12	451.671	22	184.834	5	1.818.216	39
	%	64,99	30,77	24,84	56,41	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	890.756	11	1.340.978	65	30.594	3	2.262.328	79
	%	39,37	13,92	59,27	82,28	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	2.553.621	19	2.177.659	65	228.695	6	4.959.975	90
	%	51,48	21,11	43,90	72,22	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	485.576	3	425.396	19	67.034	3	978.006	25
	%	49,65	12,00	43,50	76,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	473.043	5	433.646	34	-	-	906689	39
	%	52,17	12,82	47,83	87,18	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	482.042	9	731.249	84	20.122	3	1.233.413	96
	%	39,08	9,38	59,29	87,50	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	218.126	2	429.150	40	4.339	1	651.615	43
	%	33,47	4,65	65,86	93,02	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	310.259	6	424.031	44	25.203	3	759.493	53
	%	40,85	11,32	55,83	83,02	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	203.210	6	642.494	45	-	-	845704	51
	%	24,03	11,76	75,97	88,24	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	145.950	4	608.010	20	52.059	2	806.019	26
	%	18,11	15,38	75,43	76,92	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	155.505	3	232.580	16	-	-	388085	19
	%	40,07	15,79	59,93	84,21	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	417.372	5	195.215	18	-	-	612587	23
	%	68,13	21,74	31,87	78,26	0,00	0,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

São muito poucos os municípios com até 20 mil habitantes que possuem órgãos de preservação (não chegam a 10%). A proporção dos que os possuem aumenta conforme cresce o tamanho de suas populações.

Tabela 21

Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Órgão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico e Turístico, segundo Estrato Populacional Estado de São Paulo 1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	98	15,19	518	80,31	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	17	5,61	271	89,44	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	9	7,63	104	88,14	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	29	24,79	83	70,94	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	13	26,53	33	67,35	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	15	45,45	17	51,52	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	15	60,00	10	40,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Consórcios Intermunicipais nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação

Em todo o Estado de São Paulo, apenas 5% dos municípios participam de consórcios intermunicipais nas áreas de cultura, turismo ou comunicações. Esses municípios reúnem somente 7% da população total do Estado. Em três regiões administrativas não há município algum que realize esse tipo de consórcio: Santos, Araçatuba e Presidente Prudente.

Tabela 22

População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Consórcios Intermunicipais nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação Regiões Administrativas 1997

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N ^{os} Abs.	2.358.737	32	31.571.396	584	651.705	29	34.581.838	645
	%	6,82	4,96	91,29	90,54	1,88	4,50	100,00	100,00
RMS	N ^{os} Abs.	1.178.091	5	15.582.651	32	31.587	2	16.792.329	39
	%	7,02	12,82	92,80	82,05	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	51.096	3	183.886	10	7.238	1	242.220	14
	%	21,09	21,43	75,92	71,43	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	-	-	1.325.159	9	-	-	1325159	9
	%	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	106.732	5	1.526.650	29	184.834	5	1.818.216	39
	%	5,87	12,82	83,96	74,36	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	12.238	2	2.219.496	74	30.594	3	2.262.328	79
	%	0,54	2,53	98,11	93,67	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	708.058	8	4.023.222	76	228.695	6	4.959.975	90
	%	14,28	8,89	81,11	84,44	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	2.756	1	908.216	21	67.034	3	978.006	25
	%	0,28	4,00	92,86	84,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	51.950	1	854.739	38	-	-	906689	39
	%	5,73	2,56	94,27	97,44	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	30.917	2	1.182.374	91	20.122	3	1.233.413	96
	%	2,51	2,08	95,86	94,79	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	-	-	647.276	42	4.339	1	651.615	43
	%	0,00	0,00	99,33	97,67	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	-	-	734.290	50	25.203	3	759.493	53
	%	0,00	0,00	96,68	94,34	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	2.692	1	843.012	50	-	-	845704	51
	%	0,32	1,96	99,68	98,04	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	78.097	2	675.863	22	52.059	2	806.019	26
	%	9,69	7,69	83,85	84,62	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	101.496	1	286.589	18	-	-	388085	19
	%	26,15	5,26	73,85	94,74	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	34.614	1	577.973	22	-	-	612587	23
	%	5,65	4,35	94,35	95,65	0,00	0,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Não há relação entre o tamanho das cidades, em termos populacionais, e a existência de consórcios.

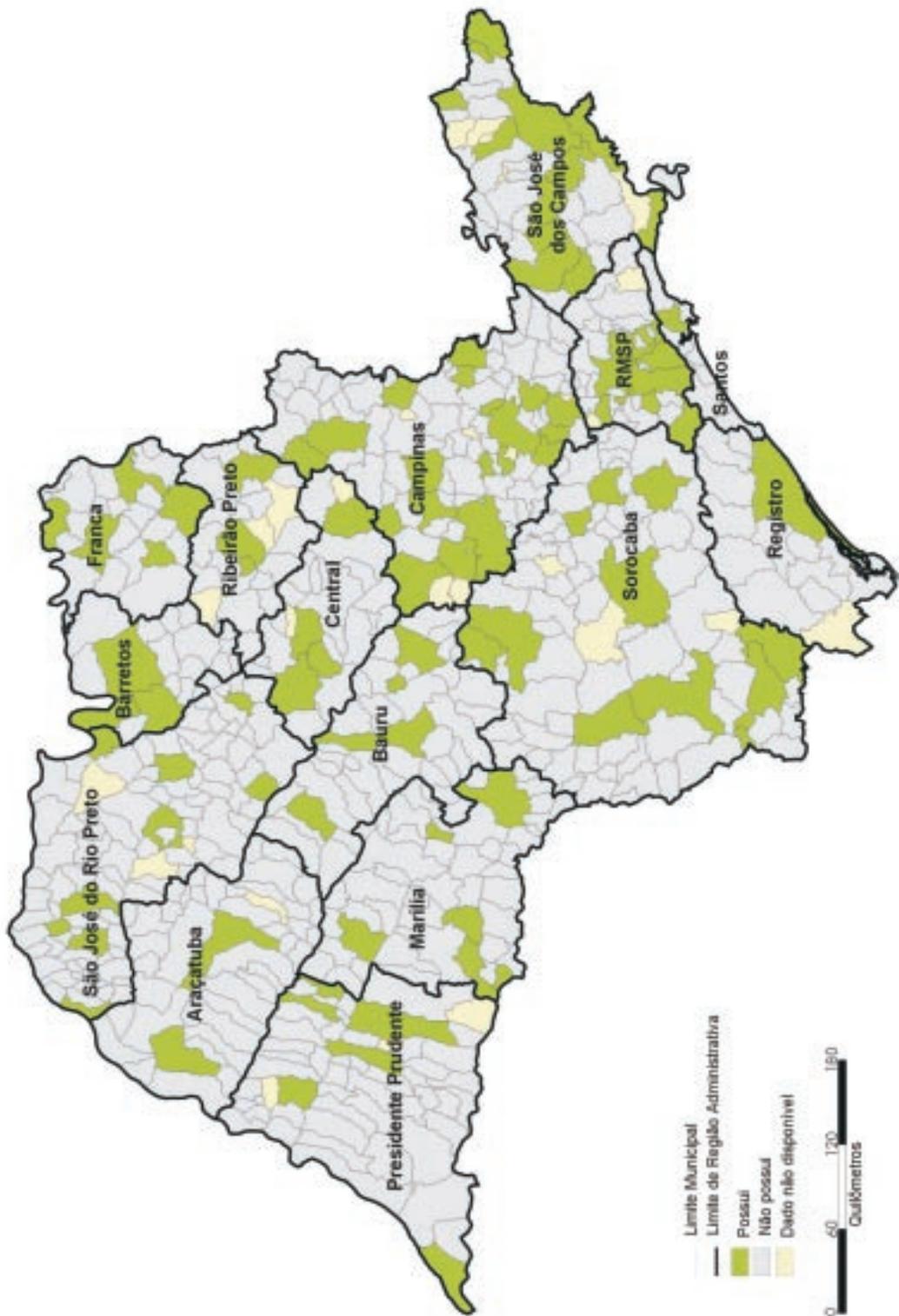
Tabela 23

Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Consórcios Intermunicipais nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação, segundo Estrato Populacional Estado de São Paulo 1997

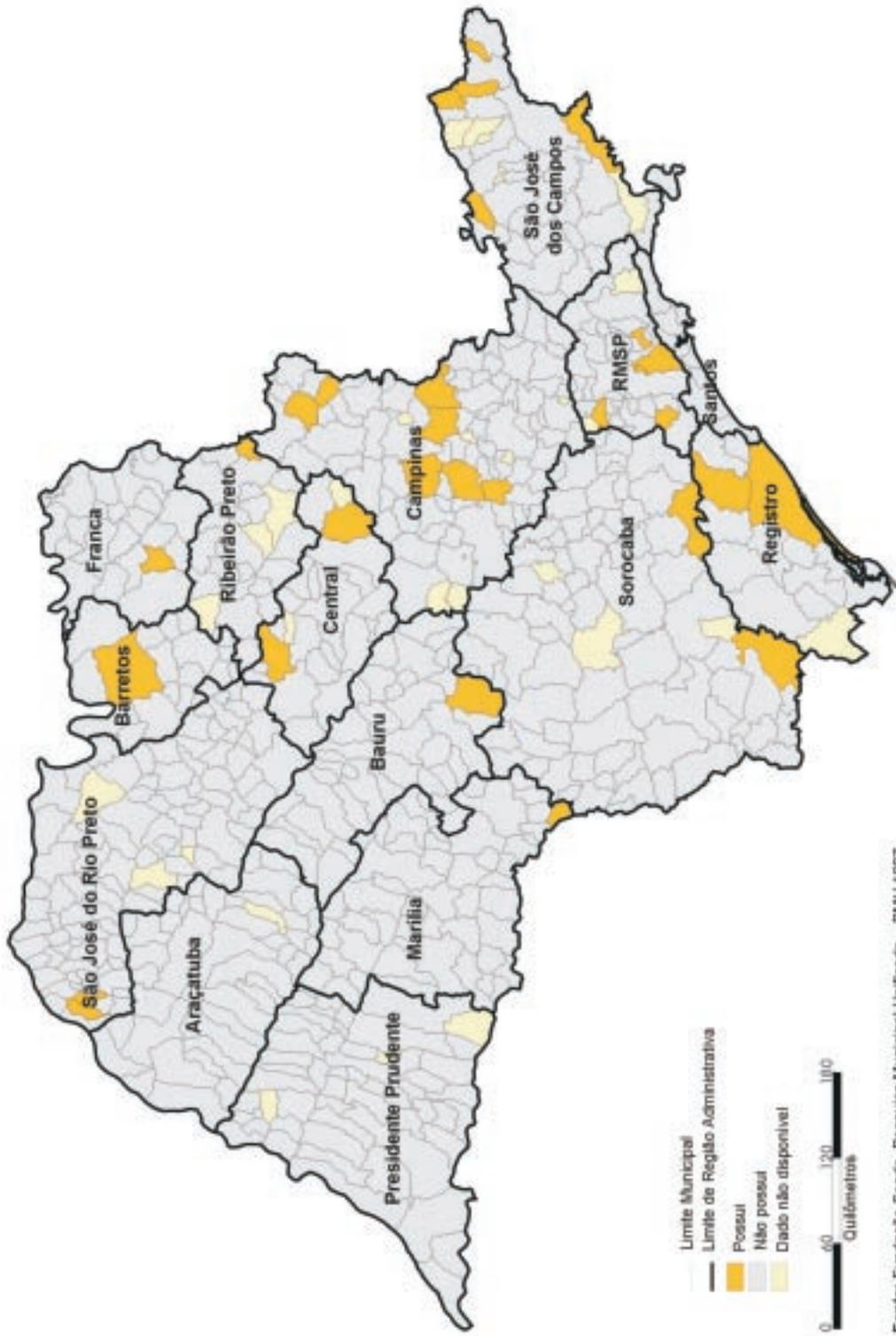
Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	32	4,96	584	90,54	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	9	2,97	279	92,08	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	3	2,54	110	93,22	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	7	5,98	105	89,74	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	7	14,29	39	79,59	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	3	9,09	29	87,88	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	3	12,00	22	88,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 12
Existência de Órgão Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico e Turístico
1997



Mapa 13
Existência de Consórcios Intermunicipais nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação
1997



Convênios de Cooperação Técnica nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação

Em apenas 6% dos municípios de São Paulo há convênios de cooperação técnica nas áreas de cultura, turismo e comunicação. Na RMSP e nas regiões de Registro, Santos e Campinas, esses convênios são proporcionalmente mais frequentes que nas demais. Na região de São José do Rio Preto – que reúne 96 municípios – e na de Araçatuba não há sequer um município que tenha firmado algum convênio desse tipo. Não há relação entre a quantidade de habitantes das cidades e a existência desse tipo de convênio.

Tabela 24

População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Convênios de Cooperação Técnica nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação Regiões Administrativas 1997

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{os} Abs.	4.111.224	39	29.818.909	577	651.705	29	34.581.838	645
	%	11,89	6,05	86,23	89,46	1,88	4,50	100,00	100,00
Reg. Met. de São Paulo	N ^{os} Abs.	1.070.843	4	15.689.899	33	31.587	2	16.792.329	39
	%	6,38	10,26	93,43	84,62	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{os} Abs.	29.688	2	205.294	11	7.238	1	242.220	14
	%	12,26	14,29	84,76	78,57	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{os} Abs.	281.189	1	1.043.970	8	-	-	1325159	9
	%	21,22	11,11	78,78	88,89	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{os} Abs.	516.073	2	1.117.309	32	184.834	5	1.818.216	39
	%	28,38	5,13	61,45	82,05	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{os} Abs.	120.691	3	2.111.043	73	30.594	3	2.262.328	79
	%	5,33	3,80	93,31	92,41	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{os} Abs.	1.316.907	11	3.414.373	73	228.695	6	4.959.975	90
	%	26,55	12,22	68,84	81,11	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{os} Abs.	15.838	1	895.134	21	67.034	3	978.006	25
	%	1,62	4,00	91,53	84,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{os} Abs.	141.661	3	765.028	36	-	-	906689	39
	%	15,62	7,69	84,38	92,31	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{os} Abs.	-	-	1.213.291	93	20.122	3	1.233.413	96
	%	0,00	0,00	98,37	96,88	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{os} Abs.	-	-	647.276	42	4.339	1	651.615	43
	%	0,00	0,00	99,33	97,67	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{os} Abs.	99.313	3	634.977	47	25.203	3	759.493	53
	%	13,08	5,66	83,61	88,68	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{os} Abs.	137.756	3	707.948	48	-	-	845704	51
	%	16,29	5,88	83,71	94,12	0,00	0,00	100,00	100,00
RA Central	N ^{os} Abs.	30.938	3	723.022	21	52.059	2	806.019	26
	%	3,84	11,54	89,70	80,77	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{os} Abs.	73.412	1	314.673	18	-	-	388085	19
	%	18,92	5,26	81,08	94,74	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{os} Abs.	276.915	2	335.672	21	-	-	612587	23
	%	45,20	8,70	54,80	91,30	0,00	0,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

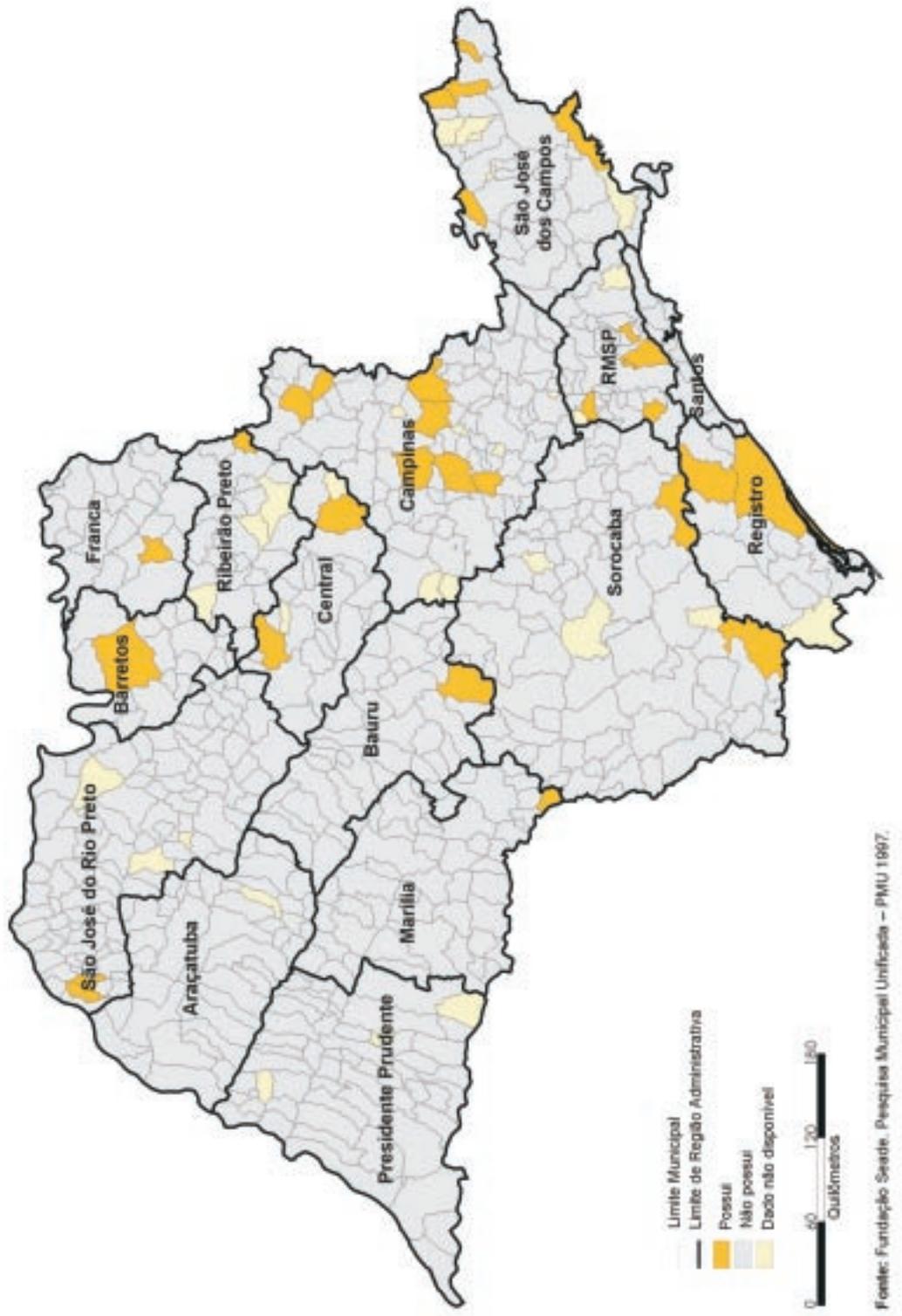
Tabela 25

Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Convênios de Cooperação Técnica nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação, segundo Estrato Populacional Estado de São Paulo 1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	39	6,05	577	89,46	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	6	1,98	282	93,07	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	6	5,08	107	90,68	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	13	11,11	99	84,62	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	5	10,20	41	83,67	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	2	6,06	30	90,91	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	7	28,00	18	72,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 13
Existência de Consórcios Intermunicipais nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação
1997



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

*Convênios de Parceria com o Setor Privado nas Áreas de Cultura,
Turismo ou Comunicação*

A Lei de Incentivo à Cultura e a Lei do Audiovisual permitem às empresas deduzir do imposto de renda parte das contribuições a projetos culturais. Impulsionadas por esse incentivo, vem crescendo o número de empresas privadas interessadas em investir na cultura. Segundo o artigo de Maria Delith Balaban – “Os Indicadores Quantitativos da Cultura”, entre 1995 e 1997, cresceu de 200 para mais de mil o número de empresas que participaram de projetos culturais em troca dos incentivos. Porém, em comparação com outros países, ainda pode ser considerada bastante restrita a participação dos particulares no fomento cultural. Apenas 3% dos municípios, os quais reúnem 6% da população total do Estado, realizam convênios de parceria com a iniciativa privada para as áreas de cultura, turismo e comunicações.

O maior percentual de municípios que estabeleceram esse tipo de convênio está entre as cidades com 50 a 100 mil habitantes.

Tabela 26

**População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Convênios de
Parceria com o Setor Privado nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação
Regiões Administrativas
1997**

Regiões Administrativas		Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
		População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios
Estado de São Paulo	N^{abs} Abs.	2.104.781	22	31.825.352	594	651.705	29	34.581.838	645
	%	6,09	3,41	92,03	92,09	1,88	4,50	100,00	100,00
RMSP	N ^{abs} Abs.	-	-	16.760.742	37	31.587	2	16.792.329	39
	%	0,00	0,00	99,81	94,87	0,19	5,13	100,00	100,00
RA de Registro	N ^{abs} Abs.	3.572	1	231.410	12	7.238	1	242.220	14
	%	1,47	7,14	95,54	85,71	2,99	7,14	100,00	100,00
RA de Santos	N ^{abs} Abs.	-	-	1.325.159	9	-	-	1.325.159	9
	%	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. dos Campos	N ^{abs} Abs.	34.436	2	1.598.946	32	184.834	5	1.818.216	39
	%	1,89	5,13	87,94	82,05	10,17	12,82	100,00	100,00
RA de Sorocaba	N ^{abs} Abs.	69.363	2	2.162.371	74	30.594	3	2.262.328	79
	%	3,07	2,53	95,58	93,67	1,35	3,80	100,00	100,00
RA de Campinas	N ^{abs} Abs.	1.456.649	10	3.274.631	74	228.695	6	4.959.975	90
	%	29,37	11,11	66,02	82,22	4,61	6,67	100,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	N ^{abs} Abs.	-	-	910.972	22	67.034	3	978.006	25
	%	0,00	0,00	93,15	88,00	6,85	12,00	100,00	100,00
RA de Bauru	N ^{abs} Abs.	-	-	906.689	39	-	-	906.689	39
	%	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	100,00
RA de S. J. do Rio Preto	N ^{abs} Abs.	-	-	1.213.291	93	20.122	3	1.233.413	96
	%	-	-	98,37	96,88	1,63	3,13	100,00	100,00
RA de Araçatuba	N ^{abs} Abs.	13.521	1	633.755	41	4.339	1	651.615	43
	%	2,07	2,33	97,26	95,35	0,67	2,33	100,00	100,00
RA de Pres. Prudente	N ^{abs} Abs.	50.488	2	683.802	48	25.203	3	759.493	53
	%	6,65	3,77	90,03	90,57	3,32	5,66	100,00	100,00
RA de Marília	N ^{abs} Abs.	88.911	1	756.793	50	-	-	845.704	51
	%	10,51	1,96	89,49	98,04	-	-	100,00	100,00
RA Central	N ^{abs} Abs.	-	-	753.960	24	52.059	2	806.019	26
	%	-	-	93,54	92,31	6,46	7,69	100,00	100,00
RA de Barretos	N ^{abs} Abs.	73.412	1	314.673	18	-	-	388.085	19
	%	18,92	5,26	81,08	94,74	-	-	100,00	100,00
RA de Franca	N ^{abs} Abs.	314.429	2	298.158	21	-	-	612.587	23
	%	51,33	8,70	48,67	91,30	-	-	100,00	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

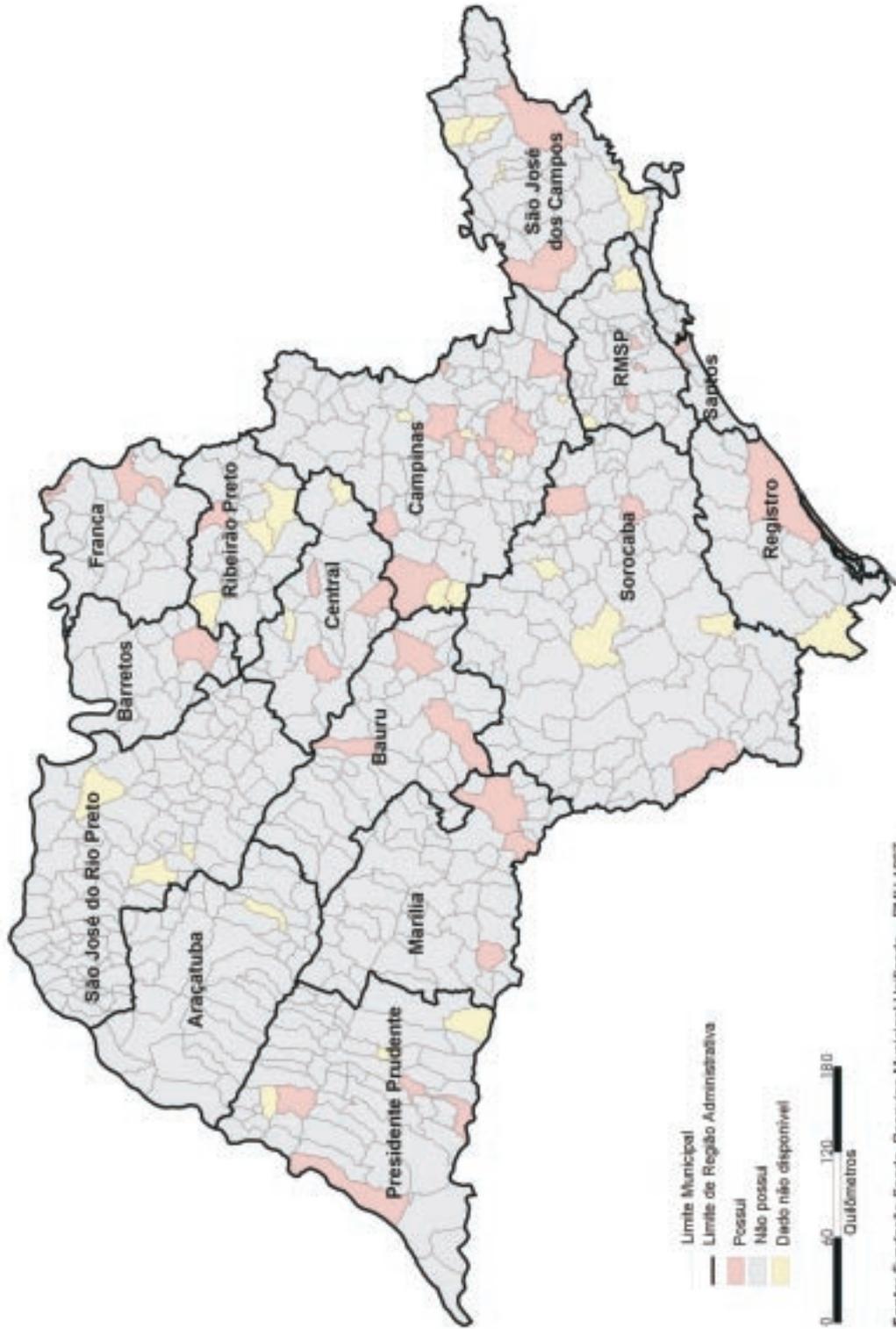
Tabela 27

**Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Convênios de Parceria com o Setor Privado nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997**

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{abs}	%	N ^{abs}	%	N ^{abs}	%	N ^{abs}	%
Total	22	3,41	594	92,09	2	4,50	645	100,00
Até 10.000	2	0,66	286	94,39	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	5	4,24	108	91,53	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	6	5,13	106	90,60	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	6	12,24	40	81,63	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	1	3,03	31	93,94	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	2	8,00	23	92,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 14
Existência de Convênios de Cooperação Técnica nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação
1997



Tendências e Desafios

Os dados dos municípios paulistas aqui reunidos podem ser considerados como um primeiro e importante mapeamento da situação da cultura no Estado de São Paulo. Sua análise permite inúmeras reflexões sobre os desafios a serem enfrentados nos próximos anos, com o objetivo de assegurar os direitos culturais dos cidadãos.

Porém, as reflexões não podem desconsiderar características culturais intrínsecas como relativismo, dinamismo e diversidade. Assim, nem sempre encontraremos parâmetros técnicos ou recomendações, nacionais ou internacionais, para a distribuição e a concentração de equipamentos e promoção de atividades nas diferentes áreas da cultura.

Esse fato, entretanto, está longe de diminuir a importância dos dados reunidos aqui, mas apenas relativiza e especifica o campo de análise. Se, em relação a alguns recursos, podemos afirmar com segurança que cada município deveria contar com pelo menos um, como uma biblioteca pública por exemplo (interessante observar que de todos os equipamentos analisados é o mais presente nos municípios, 76% do total) ou até encontrar parâmetros para sua implantação, em outros, já é mais difícil chegar a um número fixo desejável, para cada município como nos itens que se referem aos bens tombados, às bandas ou a grupos folclóricos por habitante.

Com relação aos equipamentos pesquisados (bibliotecas, centros culturais e casas de cultura, cinemas, museus, teatros) constata-se que, além de existir uma carência no Estado, os equipamentos estão concentrados nas regiões com maior contingente populacional (por exemplo: 79% da população reside em municípios que possuem centro cultural ou cerca de 70% dos municípios com mais de 50 mil habitantes possuem centros culturais).

Uma análise preliminar poderia concluir que a maior parte da população está provida dos vários recursos culturais abordados, mas não se pode deixar de considerar também a má distribuição dos equipamentos em cada região, e nas regiões entre si (algumas se destacam pela carência em todas as áreas, como a Região Administrativa de Registro).

No que diz respeito às bibliotecas, sempre com o objetivo de democratizar o acesso ao livro e estimular a leitura, a proposta de uma biblioteca pública por município pode ser o grande desafio: se não há nos municípios mais carentes, menores ou mais distantes dos grandes centros – onde a dificuldade em investir em infra-estrutura é maior –, não se deve desconsiderar a alternativa das bibliotecas volantes, as quais fazem circular acervos mínimos em veículos apropriados. A frequência com que se apresenta o equipamento sugere também uma avaliação da rede pública de bibliotecas, verificando a necessidade de modernização, de atualização de acervos, de treinamento de funcionários além de integração com as bibliotecas públicas das unidades escolares, uma vez que 80% do público das bibliotecas públicas no Brasil é constituído por estudantes.

A ausência de salas de cinema em 89% dos municípios paulistas é significativa e impõe um complexo desafio, tão grande quanto o de aumentar a presença dos filmes brasileiros no circuito por meio de incentivos à produção cinematográfica. Destarte, nem sempre esses espaços conseguem manter a qualidade da projeção. A concorrência com o vídeo e a televisão é desleal e desregulamentada, agravada pelas dificuldades de distribuição dos filmes para os cinemas. O desafio maior é devolver ao público o acesso à cultura cinematográfica, que inclui sua identidade com a forma de exibição e fruição e o retorno do público às salas de cinema por meio de ingressos mais acessíveis. A ampliação da demanda do público tende a aumentar a demanda por salas e sua manutenção.

O mesmo desafio se coloca para os teatros. Muitos foram obrigados a reduzir a frequência de apresentações para concentrar o público. Com o apoio das leis de incentivo em vigor esse quadro foi um pouco modificado. O número e o leque de opções das montagens teatrais aumentaram: os espetáculos passaram a disputar o calendário apertado dos equipamentos disponíveis nos grandes centros, insuficientes principalmente na Região Metropolitana de São Paulo – apesar de 61,6% de seus municípios possuírem teatros, de longe o maior índice de concentração no Estado.

Além dos espetáculos itinerantes das companhias, não se pode deixar de assinalar que a representação teatral é a manifestação de arte cênica de maior tradição no país e até hoje a mais presente em todas as regiões, seja sob a forma de teatro popular, de bonecos, infantil ou clássico. Portanto, se 79,5% das cidades paulistas não possuem teatros – aumentando essa carência para 90% nos municípios com até 10 mil habitantes –, isso não significa que não existam grupos teatrais amadores nesses locais. Entretanto suas apresentações devem ocorrer em condições precárias ou improvisadas, representando uma importante demanda por equipamentos.

A carência de museus nos municípios paulistas (76%) representa um empecilho ao processo de construção de identidade das comunidades. Anteriormente, a imobilidade das instituições justificava essa situação. Hoje, o quadro é diferente. Com as mudanças conceituais da museografia – o aparecimento de diferentes tipologias de museus, a abertura a projetos educacionais, a valorização e a divulgação dos acervos – o afluxo de público tende a crescer. O desafio maior é atualizar as estruturas existentes, aproximando-as dos novos conceitos, e multiplicar novas unidades nas regiões, segundo suas especificidades culturais. Nesse processo, o museu deve ser visto como um instrumento que colabora para a construção da identidade de cada comunidade, e não somente como um local de acolhida de pacotes prontos de eventos para atrair um grande público. Entre os equipamentos analisados é o menos presente em municípios com até 10 mil habitantes (pouco mais de 4%).

Os centros culturais podem ser considerados os mais adequados para implantação em cidades menores ou nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos. Talvez por isso, depois da biblioteca, seja o item mais encontrado em 16,5 % das cidades com até 10 mil habitantes. Em um centro cultural é possível reunir uma combinação de biblioteca, sala de exposições, pequeno auditório, oficinas e ateliês, de acordo com as necessidades locais. Observa-se nas cidades uma tendência para a instalação desses equipamentos em construções históricas, como antigas estações de estrada de ferro desativadas, galpões industriais e casarões. Apesar dessa desigualdade, 63% dos municípios paulistas ainda não contam com centros culturais.

O patrimônio cultural é um desafio à parte. Pode-se observar que os 312 bens tombados pelo Estado de São Paulo concentram-se em 102 municípios. Esse fato está relacionado diretamente à situação dos órgãos de preservação que não têm estrutura para conduzir o inventário de conhecimento, previsto como uma das formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro na Constituição de 1988. O inventário representa o maior desafio para Estados e municípios: é a partir dele que se descobrirá o patrimônio, desenhando o seu perfil e a sua identidade. Desse modo, será possível decidir o quê e como preservar para as gerações futuras. A abertura conceitual em relação à abrangência do patrimônio cultural, consolidada no texto da constituição, aumenta o leque de eleição do patrimônio a ser preservado, demandando novos instrumentos de proteção. A tendência é a modificação da situação atual, quando se observa que a maior parte do patrimônio protegido concentra-se nas regiões

de ocupação mais antiga do Estado (Santos e São José dos Campos). Tal abertura também possibilita situar certas manifestações do folclore – festas como o carnaval ou mesmo as bandas tradicionais – no âmbito mais abrangente do patrimônio cultural, criando as condições necessárias para que possam continuar vivas nos seus locais de origem. Importante notar que as manifestações de folclore, presentes em apenas 19% das cidades paulistas, também são encontradas em 77% das cidades da região de São José dos Campos, porcentagem muito superior àquela de regiões de ocupação mais recente do Estado, como Presidente Prudente (3%).

Finalmente, chama a atenção o fato de apenas uma média de 5,5% dos municípios paulistas participarem de consórcios intermunicipais e convênios de cooperação técnica na área cultural. As associações, consórcios e as mais diferentes modalidades de parcerias, tanto com o setor público como com o privado, deveriam ser estimuladas, apoiadas e orientadas, pois são o melhor caminho para se enfrentar com sucesso os inúmeros desafios para o século XXI.

Esporte

Conceituação, Aspectos mais Importantes e sua Função Social

O esporte é um poderoso instrumento de ação social que, devidamente utilizado e promovido, pode ter importância decisiva na melhoria da qualidade de vida da sociedade paulista no século XXI.

Ao tratarmos do esporte neste capítulo, não devemos considerá-lo apenas como elemento de competição e conquista de resultados, mas também como a atividade física fundamental no desenvolvimento do indivíduo.

Nunca o esporte foi tão importante para a sociedade como neste momento em que presenciemos o desequilíbrio comportamental das pessoas, com a conseqüente banalização da violência. Muitos são os fatores que conduzem a esse estado de coisas: a disseminação do uso de drogas, o desemprego, a miséria, a falta de segurança, entre outros. O mais sério de todos, no entanto, é a falta de educação e cultura.

A solução da criança e do adolescente passa, necessariamente, pela ocupação do seu tempo ocioso. O preenchimento desse tempo deve ocorrer com alguma atividade que seja do agrado do jovem. Não adianta impor-lhe algo que não o satisfaça. Para isso, só existem duas alternativas: o esporte e a cultura.

Há que se desprezar o argumento de que não existem espaços adequados para as atividades culturais e esportivas. Basta transformar os terrenos baldios, a própria via pública, os gigantescos espaços dos parques públicos, os salões paroquiais, os salões de festas dos prédios e tantos outros espaços existentes nas escolas, nos quartéis e nos clubes comunitários, em locais apropriados para esse fim.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem 21 Centros Educacionais e Esportivos sem ocupação plena e mais 200 Clubes Desportivos Municipais, localizados em bairros periféricos, a maior parte deles 100% ocioso durante os dias úteis. Isso significa que, embora haja carência de equipamentos esportivos e de lazer em São Paulo, os existentes não estão sendo devidamente utilizados e que, antes de se pensar em novos investimentos, deve-se estabelecer programas para ocupação do que já existe.

Considerando a escassez de recursos nos orçamentos públicos, deve-se buscar o apoio das empresas e dos demais segmentos organizados da sociedade. O caminho é o esporte, mas a solução só virá se houver um esforço conjugado de todos.

Pode-se afirmar que investir no esporte é investir no futuro. Certamente, uma geração forjada no campo esportivo será uma geração sadia e operosa. Investir em esporte é economizar em saúde, segurança, justiça e promoção social.

Divisão de Responsabilidades: Setor Público e Setor Privado

Por ter caráter eminentemente social e ser direito garantido pela Constituição, o esporte, a princípio, é atribuição do Estado. Importa é saber de que forma deve atuar o setor público para cumprir essa obrigação constitucional e qual a contribuição que se deve esperar do setor privado.

É muito comum verificarmos nos discursos e propostas de candidatos a cargos públicos, especialmente aos de natureza executiva, a intenção de sediar grandes eventos, como a Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos, subordinando a eles, a construção de majestosas instalações esportivas (às vezes com capacidade para público superior à população do município) como metas prioritárias de seus planos de governo.

Ainda que algumas dessas propostas possam ser aceitáveis, nenhuma delas, na verdade, se enquadra entre as prioridades de uma ação governamental.

Diz a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 217:

“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

- I. a autonomia das autoridades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
- IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.”

Como se vê, o dever precípua é a cada cidadão o direito de ter acesso à prática desportiva, priorizando o desporto educacional como destinatário dos recursos públicos. É a democratização do esporte.

Ao estabelecer que a destinação de recursos públicos para a promoção do desporto de alto rendimento se limita a casos específicos, a Constituição brasileira remete para o setor privado a responsabilidade por sua manutenção. É correta essa postura, uma vez que, salvo raríssimas exceções, esse segmento está profissionalizado e reúne as principais figuras de cada modalidade, podendo com isso despertar o interesse dos grandes patrocinadores.

Os casos específicos contidos no dispositivo constitucional são a participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais e as competições brasileiras dos desportos de criação nacional.

O Decreto nº 2.574, de 29/04/98, que regulamenta a Lei nº 9.615, de 24/03/98 (Lei Pelé), prevê ainda – expressamente – como responsabilidade do Estado:

- a) a destinação de recursos ao desporto de criação nacional;
- b) a destinação de recursos à capacitação de recursos humanos;
- c) o apoio aos projetos de pesquisa, documentação e informação;
- d) o apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional com a finalidade de

- promover sua adaptação ao trabalho de mercado quando deixar a atividade;
- e) o apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

O Papel do Esporte na Sociabilidade dos Grupos

O Esporte e o Jovem. Esporte na Escola e Esporte Comunitário

O esporte é um componente indispensável à formação do jovem, tanto por seu caráter educativo e recreativo, quanto por sua relevância no desenvolvimento físico e mental.

Por isso, é na escola que a criança deve ter a oportunidade de se iniciar no esporte, de conhecer a prática esportiva e, de livre e espontânea vontade, optar ou não por ela. A participação do jovem na educação esportiva deve ser voluntária, mas a sua oferta deveria ser obrigatória. Tão importante é a educação esportiva – ou o desporto educacional, como quer a Constituição Federal – que se lhe atribui, como já foi visto, a prioridade na destinação dos recursos públicos. O estranho é que nem sequer a educação física (*celula mater* do esporte), esta sim curricular, é devidamente ministrada nos estabelecimentos públicos de ensino. A educação física e o esporte na escola estão à mercê de alguns abnegados professores de educação física.

A escola é a base do desenvolvimento do esporte. O exemplo mais eloquente dessa assertiva é o desempenho esportivo cubano. Com o “slogan”: “Esporte, direito de todos”, Cuba privilegia a prática esportiva na escola, oferecendo ao jovem, já no Ensino Fundamental, o aprendizado alternativo de nove modalidades esportivas. Diga-se, de passagem, que suas instalações esportivas são bastante modestas. Com essa massificação, os cubanos unem o útil ao agradável: usam o esporte como fator de educação e saúde e, ao mesmo tempo, forjam campeões. O mais importante para nós deve ser a primeira parte, mas é inevitável que da quantidade resulte a qualidade. Esse é um problema a ser enfrentado. Os projetos futuros serão ineficazes se não houver uma política pela educação física e o esporte na escola.

O esporte comunitário ou o desporto de participação, como muitos o chamam, praticado de forma voluntária, também contribui para a saúde, educação e integração social do jovem. Medidas devem ser tomadas, inclusive legislativas, para preservar as áreas públicas destinadas ao esporte e ao lazer, nos pequenos e médios municípios, impedindo que ocorra com eles a experiência negativa dos grandes centros urbanos, onde a especulação imobiliária e a falta de previsão exterminaram aquelas áreas.

A Atividade Física e o Idoso

O esporte propriamente dito não é a atividade mais recomendável ao idoso, a não ser para aqueles que sempre o praticaram e dispõem de uma estrutura física já adaptada. Assim mesmo, essas pessoas devem priorizar os esportes que não provocam confronto físico.

A atividade física, exercida de forma controlada e moderada, é vital para o idoso. É fator de saúde, de recreação, de inserção social e de melhoria da qualidade de vida. A dança e práticas orientais, como yoga e tai-chi-chuan, são os mais recomendados.

O progresso da ciência, da medicina e dos próprios métodos de aplicação da atividade física fazem prever, para o próximo século, um considerável aumento na idade média da vida do ser humano. A ampliação da longevidade é um importante motivo para se estabelecerem programas e se criarem espaços para atendimento da terceira idade.

A vantagem é que, pela natureza das atividades a serem desenvolvidas, os espaços exigidos (salões, pátios, etc.) envolvem reduzidos investimentos e são perfeitamente adaptáveis em recintos já existentes para outras finalidades.

A grande dificuldade do idoso é a capacidade de mobilização, daí a importância da criação de clubes da terceira idade, onde ele possa se reunir e desenvolver suas atividades.

A Atividade Física e o Trabalhador

A figura do trabalhador se confunde com o conjunto da sociedade. Aqui, consideramos o trabalhador sob a ótica da organização sindical e do seu local de trabalho.

No primeiro caso, é fundamental que os sindicatos, com apoio do poder público, concentrem maior atenção numa política de esportes para os sindicalizados, ampliando as instalações esportivas a eles dedicadas e promovendo atividades esportivas que permitam maior integração das diversas categorias. Como parte dessa política, é importante que se disseminem programas de atividades físicas e compensatórias nos próprios locais de trabalho. Trata-se de introduzir práticas já adotadas em países mais desenvolvidos, como o Japão, e com algumas raras experiências (bem-sucedidas) no Brasil, através das quais o trabalhador (na indústria, no comércio ou na área de serviços) é instruído a realizar exercícios, antes e até durante o período de trabalho, para compensar certas posturas ou esforços físicos continuados decorrentes da atividade laborial. Além de contribuir para a saúde e o bem-estar do trabalhador, esta iniciativa favorece a produção, pois amplia a capacidade produtiva do empregado.

O Esporte de Rendimento

O esporte de rendimento é aquele de natureza formal, praticado de maneira organizada, que persegue a excelência e que tem na conquista do resultado positivo seu objetivo final. É o estágio maior do esportista praticante. A base de formação desse verdadeiro esportista varia de país para país: nos Estados Unidos são as universidades, no Japão são as empresas, na antiga União Soviética era o exército e no Brasil são os clubes particulares, agora identificados pela legislação como “entidades de prática desportiva”.

Juntamente com as entidades regionais de administração do desporto (federações esportivas estaduais), as entidades nacionais de administração do desporto (confederações esportivas), as ligas regionais e nacionais, o Comitê Paraolímpico e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), as entidades de prática desportiva compõem o Sistema Nacional do Desporto, que tem a finalidade de promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento. Este é um segmento que, tanto na parte profissional quanto na amadora (no pouco que resta dela), tem apresentado problemas de organização bem como de conduta ética e moral, conforme exaustivamente noticiado pela mídia. Na medida em que, por força da lei, a atribuição é do setor privado, fica difícil a intervenção do poder público, embora ela seja necessária, a não ser por mecanismos legais e por provocação do Ministério Público e da Justiça.

Desconsiderando-se essa questão, a maior contribuição que o setor público pode oferecer a esse segmento é levar a cabo a sua tarefa de democratizar a prática esportiva. Aumentando a base de praticantes, maior será a descoberta de talentos. E é na descoberta de talentos que o setor público de São Paulo dispõe de duas experiências vitoriosas. Uma em âmbito municipal (na

Capital), com a campanha “Adote um atleta” e o decorrente trabalho do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, e outra em âmbito estadual, com o Projeto Futuro, da Secretaria de Esportes e Turismo, que tem revelado valores de projeção internacional. Essas experiências deveriam ser levadas para o interior do Estado, onde vicejam os talentos.

Outra contribuição que o setor privado espera do setor público é a concessão de incentivos fiscais para o esporte de rendimento, assunto que merece reflexão.

O Esporte e o Deficiente Físico

Se o esporte e a atividade física são de importância vital para as pessoas saudáveis, o que dizer para o portador de deficiência? Exceto por algumas tímidas iniciativas do setor público, as principais iniciativas de atendimento ao deficiente estão nas mãos da iniciativa privada. Esse talvez seja o segmento da população (10%) mais marginalizado, especialmente os de origem mais humilde e baixo poder aquisitivo. Portanto, é indispensável enumerar necessidades, pois os deficientes precisam de tudo, a começar por atenção.

Instalações Esportivas

Os principais tipos de equipamentos esportivos e as atividades mais relevantes desenvolvidas pelos municípios, no campo do esporte, no Estado de São Paulo, serão, a seguir analisados, utilizando os critérios, para mapas e tabelas, já descritos na unidade sobre cultura (ver “Equipamentos e Atividades Culturais”). Os dados que se seguem também são da PMU 1997.

Estádio Esportivo Público

No Estado de São Paulo, 440 municípios possuem estádios esportivos públicos. Os 176 municípios que declaram não possuir esses equipamentos abrigam 2,4 milhões de habitantes. A Região Administrativa (RA) que tem maior número de municípios com estádios esportivos é Campinas (15%), seguida de São José do Rio Preto (13%) e a Região de Sorocaba (11%). Elas englobam 4,5 milhões, 1 milhão e 1,8 milhão de habitantes, respectivamente.

Se observada a distribuição dos municípios que não possuem estádios esportivos públicos, novamente se destacam as RAs de São José do Rio Preto e Sorocaba. E as regiões que possuem as maiores parcelas populacionais residindo em municípios sem estádios públicos são Sorocaba e Santos.

Tabela 28
População e Número de Municípios,
por Situação de Existência de Estádios Esportivos Públicos
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem				Não Possuem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%										
Estado de São Paulo	31.589.568	100,00	440	100,00	2.340.565	100,00	176	100,00	651.705	100,00	29	100,00
RMSP Paulo	16.298.501	51,59	29	6,59	462.241	19,75	8	4,55	31.587	4,85	2	6,90
RA de Registro	104.029	0,33	5	1,14	130.953	5,59	8	4,55	7.238	1,11	1	3,45
RA de Santos	1.020.183	3,23	4	0,91	304.976	13,03	5	2,84	-	-	-	-
RA de S.J. dos Campos	1.379.746	4,37	24	5,45	253.636	10,84	10	5,68	184.834	28,36	5	17,24
RA de Sorocaba	1.830.758	5,80	48	10,91	400.976	17,13	28	15,91	30.594	4,69	3	10,34
RA de Campinas	4.479.577	14,18	67	15,23	251.703	10,75	17	9,66	228.695	35,09	6	20,69
RA de Ribeirão Preto	861.720	2,73	15	3,41	49.252	2,10	7	3,98	67.034	10,29	3	10,34
RA de Bauru	893.146	2,83	34	7,73	13.543	0,58	5	2,84	-	-	-	-
RA de S.J. do Rio Preto	1.057.151	3,35	58	13,18	156.140	6,67	35	19,89	20.122	3,09	3	10,34
RA de Araçatuba	578.837	1,83	25	5,68	68.439	2,92	17	9,66	4.339	0,67	1	3,45
RA de Pres. Prudente	677.632	2,15	39	8,86	56.658	2,42	11	6,25	25.203	3,87	3	10,34
RA de Marília	801.135	2,54	39	8,86	44.569	1,90	12	6,82	-	-	-	-
RA Central	739.577	2,34	21	4,77	14.383	0,61	3	1,70	52.059	7,99	2	6,90
RA de Barretos	348.268	1,10	16	3,64	39.817	1,70	3	1,70	-	-	-	-
RA de Franca	519.308	1,64	16	3,64	93.279	3,99	7	3,98	-	-	-	-

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 29
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Estádios
Esportivos Públicos, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	440	68,22	176	27,29	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	164	54,13	124	40,92	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	86	72,88	27	22,88	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	96	82,05	16	13,68	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	42	85,71	4	8,16	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	27	81,82	5	15,15	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	25	100,00	-	-	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

A presença de estádios públicos é maior nos municípios de maior porte. Mais de 40% dos municípios com até 10 mil habitantes não possuem estádios esportivos públicos.

Ginásio Esportivo Público

Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, 430 possuem ginásios esportivos públicos. Os 186 municípios que não possuem ginásios esportivos públicos abrigam 1,1 milhão de habitantes. As RAs que têm o maior número de municípios carentes desses ginásios são as de São José do Rio Preto, Sorocaba, Araçatuba e Presidente Prudente. As RAs em que os maiores contingentes populacionais residem em municípios sem esse equipamento são a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e as RAs de São José do Rio Preto e Sorocaba.

Tabela 30
População e Número de Municípios,
por Situação de Existência de Ginásios Esportivos Públicos
Regiões Administrativas
1997

Estado de São Paulo	32.787.576	100,00	430	100,00	1.142.557	100,00	186	100,00	651.705	100,00	29	100,0
RMSP	16.475.202	50,25	33	7,67	285.540	24,99	4	2,15	31.587	4,85	2	6,9
RA de Registro	160.476	0,49	8	1,86	74.506	6,52	5	2,69	7.238	1,11	1	3,4
RA de Santos	1.325.159	4,04	9	2,09	-	-	-	-	-	-	-	-
RA de S.J. dos Campos	1.558.465	4,75	22	5,12	74.917	6,56	12	6,45	184.834	28,36	5	17,2
RA de Sorocaba	2.104.753	6,42	54	12,56	126.981	11,11	22	11,83	30.594	4,69	3	10,3
RA de Campinas	4.685.741	14,29	76	17,67	45.539	3,99	8	4,30	228.695	35,09	6	20,6
RA de Ribeirão Preto	879.444	2,68	15	3,49	31.528	2,76	7	3,76	67.034	10,29	3	10,3
RA de Bauru	876.765	2,67	30	6,98	29.924	2,62	9	4,84	-	-	-	-
RA de S.J. do Rio Preto	1.014.308	3,09	45	10,47	198.983	17,42	48	25,81	20.122	3,09	3	10,3
RA de Araçatuba	574.615	1,75	21	4,88	72.661	6,36	21	11,29	4.339	0,67	1	3,4
RA de Pres. Prudente	670.137	2,04	29	6,74	64.153	5,61	21	11,29	25.203	3,87	3	10,3
RA de Marília	784.869	2,39	35	8,14	60.835	5,32	16	8,60	-	-	-	-
RA Central	720.781	2,20	18	4,19	33.179	2,90	6	3,23	52.059	7,99	2	6,9
RA de Barretos	373.007	1,14	16	3,72	15.078	1,32	3	1,61	-	-	-	-
RA de Franca	583.854	1,78	19	4,42	28.733	2,51	4	2,15	-	-	-	-

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

A existência de ginásios esportivos públicos cresce conforme aumenta o porte dos municípios. Entre os numerosos municípios com até 10 mil habitantes, apenas 40% possuem este equipamento, enquanto, entre os municípios com população acima de 200 mil habitantes, 96% os possuem.

Tabela 31
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Ginásios Esportivos Públicos, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
TOTAL	430	66,67	186	28,84	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	120	39,60	168	55,45	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	98	83,05	15	12,71	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	110	94,02	2	1,71	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	46	93,88	-	-	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	32	96,97	-	-	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	24	96,00	1	4,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Quadra Poliesportiva Coberta Pública

Em todo o Estado, há apenas 180 municípios que possuem quadra poliesportiva pública coberta. Os 436 municípios que não possuem abrigam 10 milhões de habitantes. As maiores parcelas dos municípios que não a possuem encontram-se nas regiões de São José do Rio Preto, Sorocaba e Campinas. Os maiores contingentes populacionais de municípios sem quadras poliesportivas cobertas públicas encontram-se na RMSP e nas regiões de Campinas e Sorocaba.

Tabela 32
População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Quadras Poliesportivas Cobertas Públicas
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem				Não Possuem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%								
Estado de São Paulo	23.961.037	100,00	180	100,00	9.969.096	100,00	436	100,00	651.705	100,00	29	100,0
RMSP	14.659.704	61,18	18	10,00	2.101.038	21,08	19	4,36	31.587	4,85	2	6,9
RA de Registro	68.208	0,28	2	1,11	166.774	1,67	11	2,52	7.238	1,11	1	3,4
RA de Santos	509.816	2,13	2	1,11	815.343	8,18	7	1,61	-	-	-	-
RA de S. J. dos Campos	1.066.419	4,45	14	7,78	566.963	5,69	20	4,59	184.834	28,36	5	17,2
RA de Sorocaba	1.021.729	4,26	16	8,89	1.210.005	12,14	60	13,76	30.594	4,69	3	10,3
RA de Campinas	3.489.827	14,56	37	20,56	1.241.453	12,45	47	10,78	228.695	35,09	6	20,6
RA de Ribeirão Preto	130.992	0,55	6	3,33	779.980	7,82	16	3,67	67.034	10,29	3	10,3
RA de Bauru	236.344	0,99	11	6,11	670.345	6,72	28	6,42	-	-	-	-
RA de S. J. do Rio Preto	609.186	2,54	23	12,78	604.105	6,06	70	16,06	20.122	3,09	3	10,3
RA de Araçatuba	344.826	1,44	12	6,67	302.450	3,03	30	6,88	4.339	0,67	1	3,4
RA de Pres. Prudente	371.624	1,55	10	5,56	362.666	3,64	40	9,17	25.203	3,87	3	10,3
RA de Marília	296.863	1,24	11	6,11	548.841	5,51	40	9,17	-	-	-	-
RA Central	557.743	2,33	7	3,89	196.217	1,97	17	3,90	52.059	7,99	2	6,9
RA de Barretos	231.960	0,97	5	2,78	156.125	1,57	14	3,21	-	-	-	-
RA de Franca	365.796	1,53	6	3,33	246.791	2,48	17	3,90	-	-	-	-

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

A existência de quadras poliesportivas cobertas públicas varia conforme o porte dos municípios: aqueles de maior porte são os que mais possuem esse equipamento.

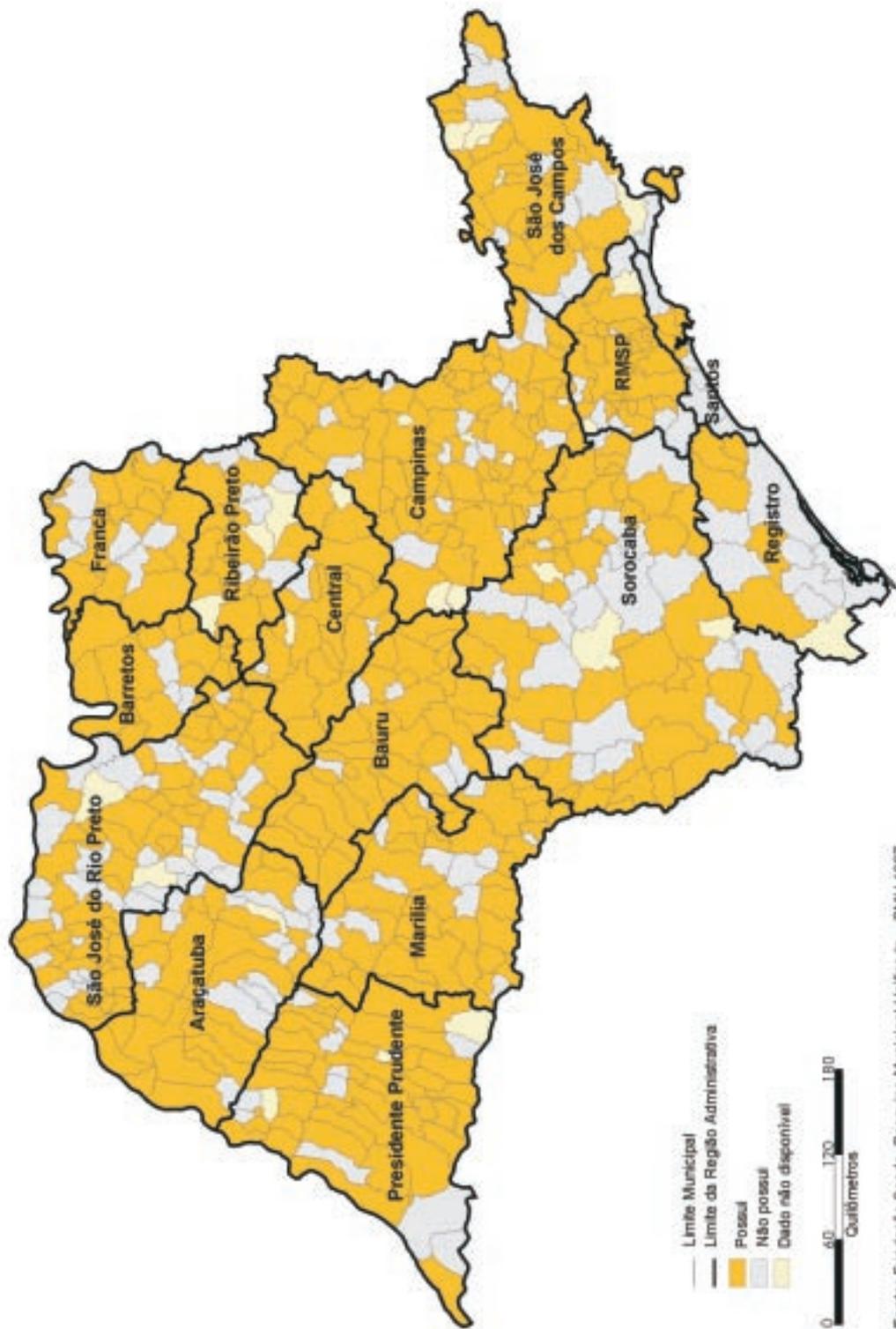
Tabela 33

**Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Quadras Poliesportivas Cobertas Públicas, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997**

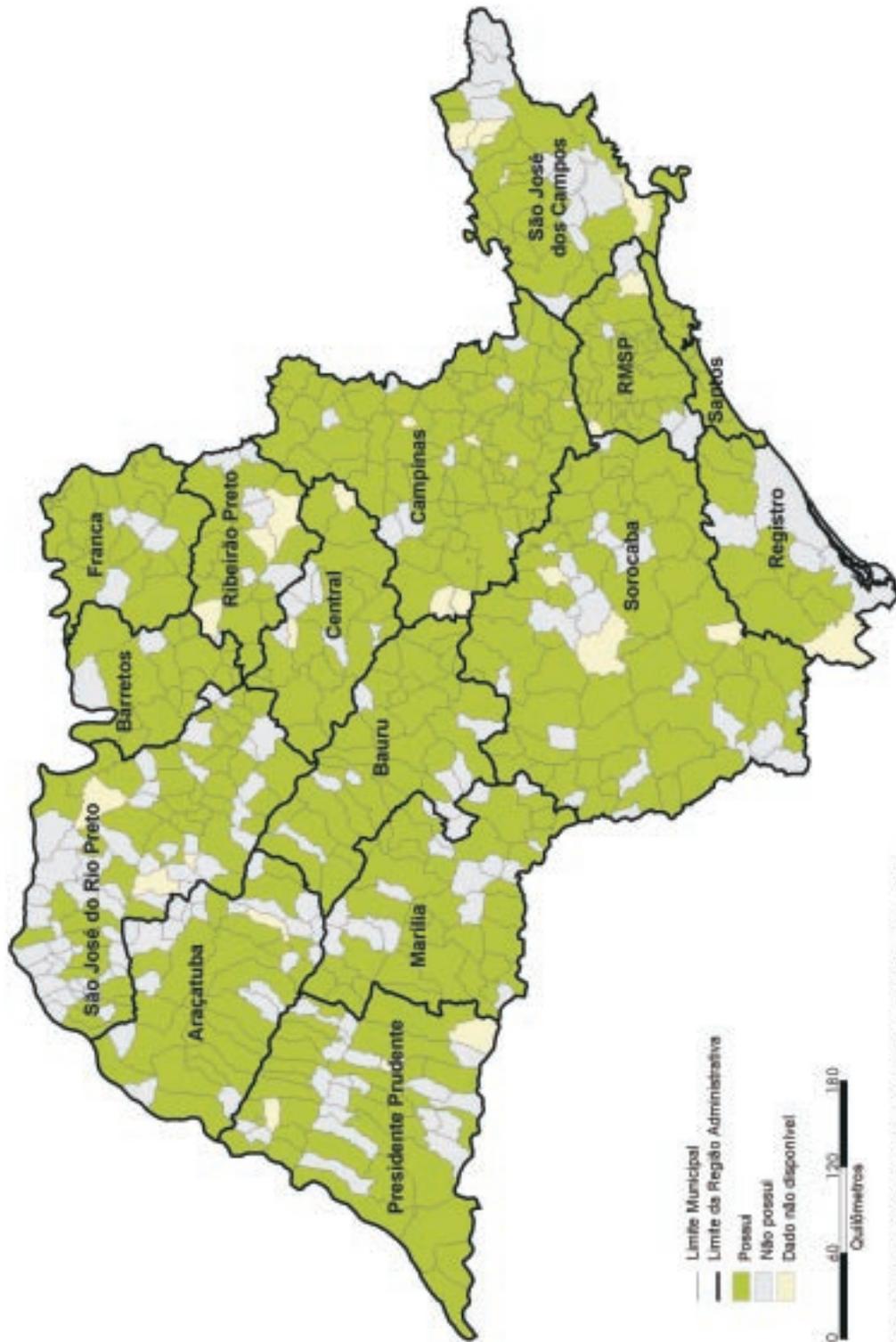
Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	180	27,91	436	67,60	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	51	16,83	237	78,22	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	27	22,88	86	72,88	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	38	32,48	74	63,25	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	25	51,02	21	42,86	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	22	66,67	10	30,30	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	17	68,00	8	32,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

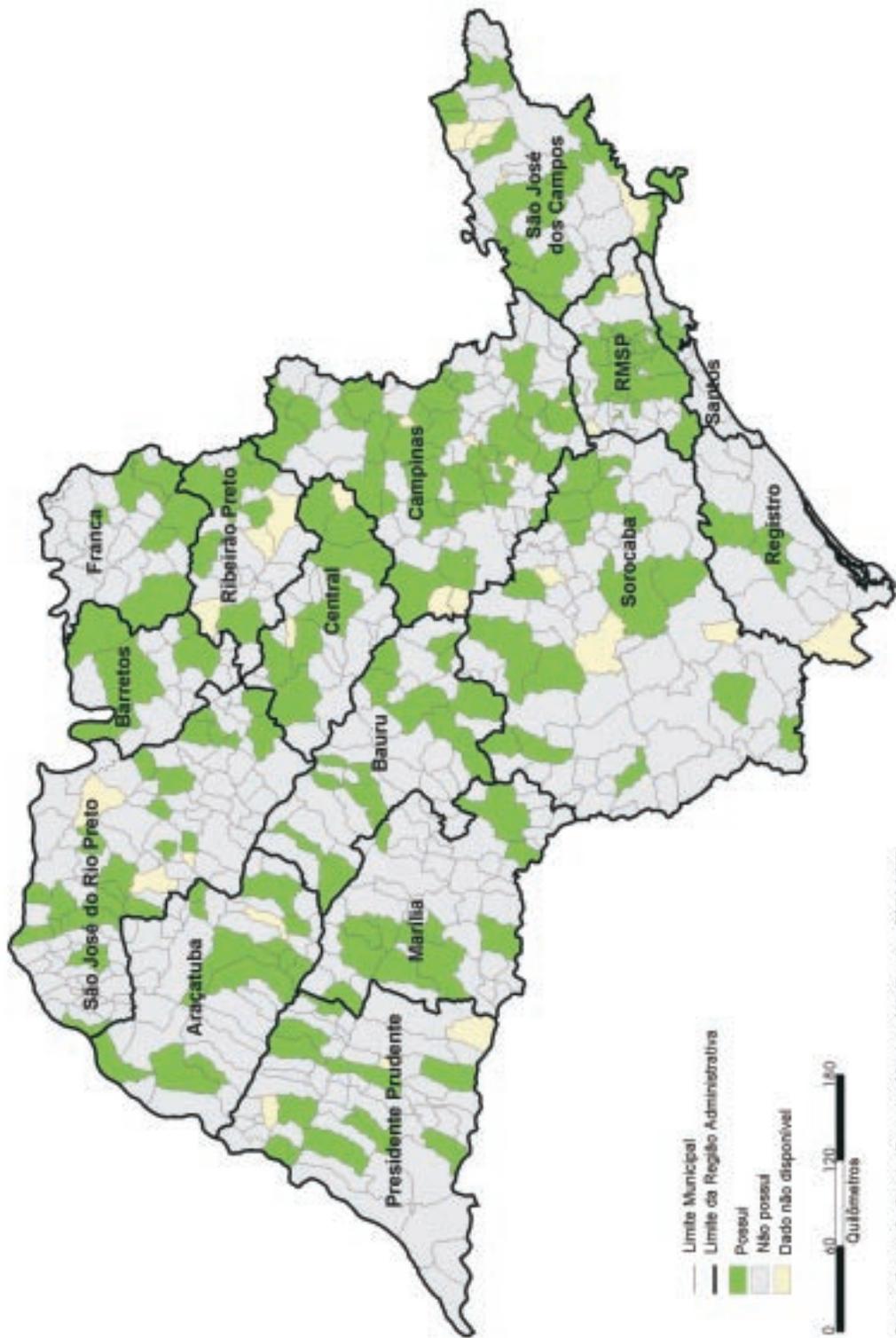
Mapa 16
Existência de Estádios Esportivos Públicos
1997



Mapa 17
Existência de Ginásios Esportivos Públicos
1997



Mapa 18
Existência de Quadra Poliesportiva Coberta Pública
1997



Quadra Poliesportiva Descoberta Pública

De todos os municípios do Estado, 345 possuem quadras poliesportivas descobertas públicas. Os 271 municípios que declaram não as possuir abrigam 4,8 milhões de habitantes.

A RA que tem o maior número de municípios sem esses equipamentos é a de São José do Rio Preto, seguida da de Sorocaba e da de Campinas. A região que aglutina o maior percentual de população sem acesso a quadras descobertas é a RMSP, seguida das regiões de Campinas e de Sorocaba.

Tabela 34
População e Número de Municípios, por Situação de Existência
de Quadras Poliesportivas Descobertas Públicas
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem				Não Possuem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%										
Estado de São Paulo	29.095.547	100,00	345	100,00	4.834.586	100,00	271	100,00	651.705	100,00	29	100,00
PMSP	15.101.874	51,90	23	6,67	1.658.868	34,31	14	5,17	31.587	4,85	2	6,90
RA de Registro	88.220	0,30	4	1,16	146.762	3,04	9	3,32	7.238	1,11	1	3,45
RA de Santos	1.043.970	3,59	8	2,32	281.189	5,82	1	0,37	-	-	-	-
RA de S. J. dos Campos	1.275.070	4,38	18	5,22	358.312	7,41	16	5,90	184.834	28,36	5	17,24
RA de Sorocaba	1.819.821	6,25	42	12,17	411.913	8,52	34	12,55	30.594	4,69	3	10,34
RA de Campinas	4.301.817	14,79	56	16,23	429.463	8,88	28	10,33	228.695	35,09	6	20,69
RA de Ribeirão Preto	805.759	2,77	15	4,35	105.213	2,18	7	2,58	67.034	10,29	3	10,34
RA de Bauru	738.229	2,54	20	5,80	168.460	3,48	19	7,01	-	-	-	-
RA de S. J. do Rio Preto	907.025	3,12	42	12,17	306.266	6,33	51	18,82	20.122	3,09	3	10,34
RA de Araçatuba	458.556	1,58	18	5,22	188.720	3,90	24	8,86	4.339	0,67	1	3,45
RA de Pres. Prudente	590.550	2,03	31	8,99	143.740	2,97	19	7,01	25.203	3,87	3	10,34
RA de Marília	642.855	2,21	27	7,83	202.849	4,20	24	8,86	-	-	-	-
RA Central	586.050	2,01	15	4,35	167.910	3,47	9	3,32	52.059	7,99	2	6,90
RA de Barretos	281.400	0,97	13	3,77	106.685	2,21	6	2,21	-	-	-	-
RA de Franca	454.351	1,56	13	3,77	158.236	3,27	10	3,69	-	-	-	-

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

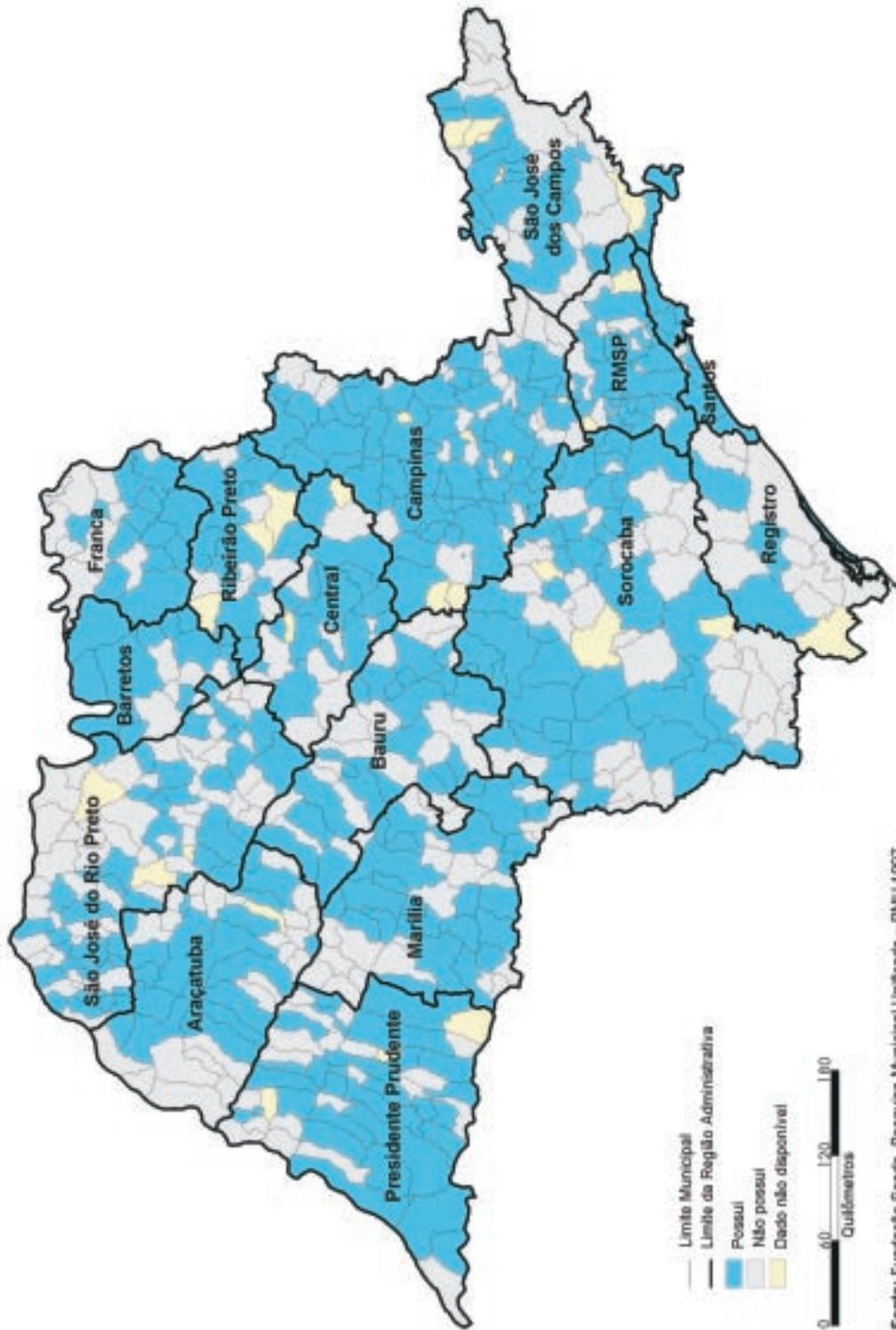
Entre os municípios de menor porte é menos freqüente a existência de quadras descobertas. Nos municípios com mais de 10 mil habitantes, a maioria possui esse equipamento.

Tabela 35
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Quadras
Poliesportivas Descobertas Públicas, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	345	53,49	271	42,02	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	125	41,25	163	53,80	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	59	50,00	54	45,76	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	74	63,25	38	32,48	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	37	75,51	9	18,37	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	29	87,88	3	9,09	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	21	84,00	4	16,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 19
Existência de Quadra Poliesportiva Descoberta Pública
1997



Campos de Futebol Público

O Estado de São Paulo tem 205 municípios que não possuem nenhum campo de futebol público. São 3,6 milhões de habitantes residindo em municípios que não oferecem esse equipamento. Entretanto, 441 municípios paulistas possuem campo de futebol público.

A região de São José do Rio Preto é a que apresenta o menor número de municípios que não possuem campos de futebol, mas a região de Santos e a RMSP são as que possuem os maiores contingentes populacionais sem acesso a esse equipamento.

A presença de campos públicos de futebol é mais freqüente nos maiores municípios, variando de 52% nos municípios de até 10 mil habitantes a 88% nos municípios de mais de 200 mil habitantes.

Tabela 36
População e Número de Municípios,
por Situação de Existência de Campos de Futebol Públicos
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem				Não Possuem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%										
Estado de São Paulo	30.286.760	100,00	411	100,00	3.643.373	100,00	205	100,00	651.705	100,00	29	100,00
RMSP	16.090.736	53,13	30	7,30	670.006	18,39	7	3,41	31.587	4,85	2	6,90
RA de Registro	147.911	0,49	10	2,43	87.071	2,39	3	1,46	7.238	1,11	1	3,45
RA de Santos	560.749	1,85	5	1,22	764.410	20,98	4	1,95	-	-	-	-
RA de S. J. dos Campos	1.317.782	4,35	20	4,87	315.600	8,66	14	6,83	184.834	28,36	5	17,24
RA de Sorocaba	1.870.085	6,17	53	12,90	361.649	9,93	23	11,22	30.594	4,69	3	10,34
RA de Campinas	4.471.599	14,76	64	15,57	259.681	7,13	20	9,76	228.695	35,09	6	20,69
RA de Ribeirão Preto	887.719	2,93	17	4,14	23.253	0,64	5	2,44	67.034	10,29	3	10,34
RA de Bauru	720.276	2,38	25	6,08	186.413	5,12	14	6,83	-	-	-	-
RA de S. J. do Rio Preto	921.747	3,04	51	12,41	291.544	8,00	42	20,49	20.122	3,09	3	10,34
RA de Araçatuba	590.418	1,95	29	7,06	56.858	1,56	13	6,34	4.339	0,67	1	3,45
RA de Pres. Prudente	682.091	2,25	38	9,25	52.199	1,43	12	5,85	25.203	3,87	3	10,34
RA de Marília	605.807	2,00	28	6,81	239.897	6,58	23	11,22	-	-	-	-
RA Central	649.687	2,15	16	3,89	104.273	2,86	8	3,90	52.059	7,99	2	6,90
RA de Barretos	327.503	1,08	12	2,92	60.582	1,66	7	3,41	-	-	-	-
RA de Franca	442.650	1,46	13	3,16	169.937	4,66	10	4,88	-	-	-	-

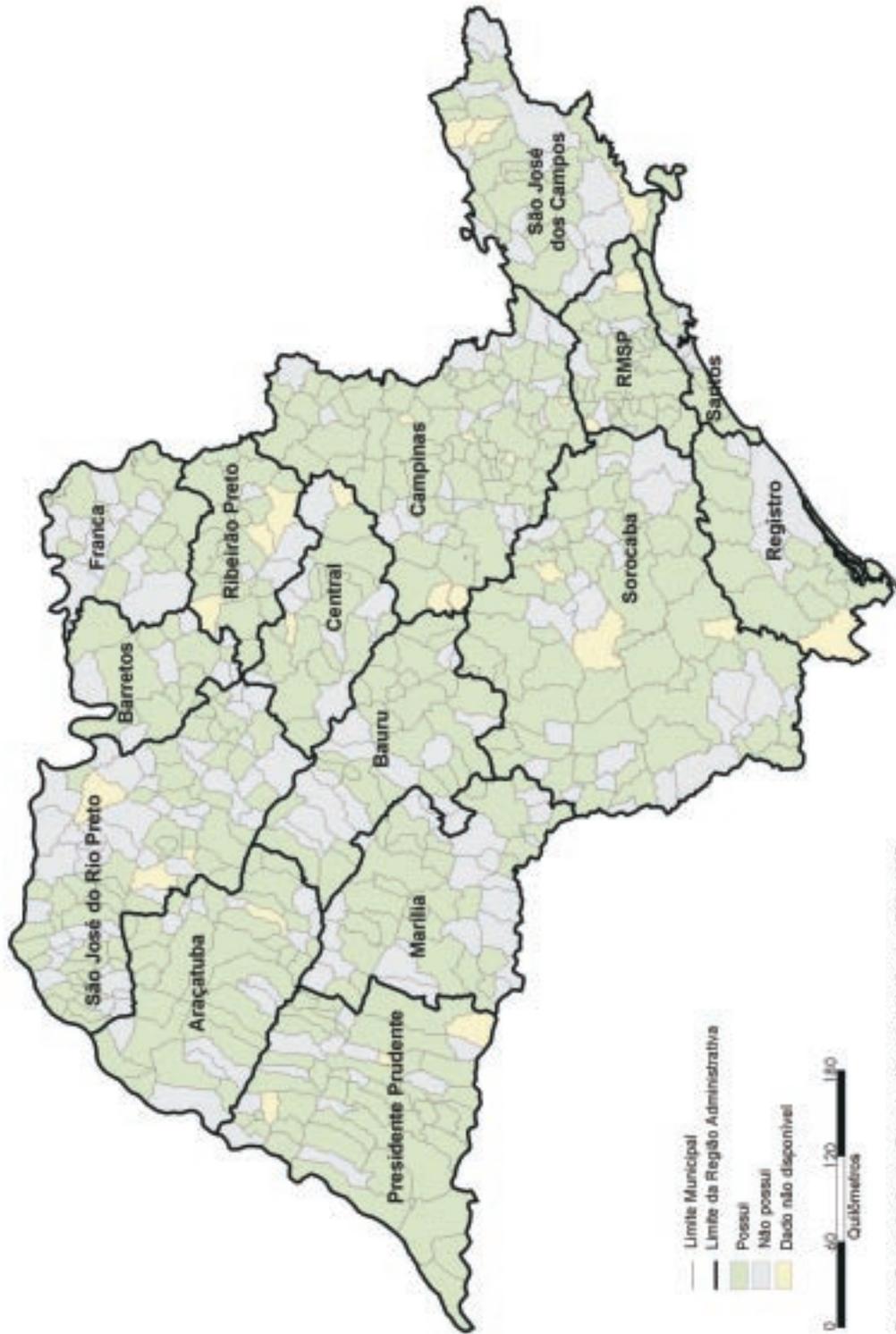
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 37
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Campos de
Futebol Públicos, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
TOTAL	411	63,72	205	31,78	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	158	52,15	130	42,90	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	78	66,10	35	29,66	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	85	72,65	27	23,08	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	39	79,59	7	14,29	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	29	87,88	3	9,09	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	22	88,00	3	12,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 20
Existência de Campo Público de Futebol
1997



Piscina Olímpica Pública

Apenas 46 municípios paulistas possuem piscinas olímpicas públicas. A maior parte dos municípios que não possuem esse equipamento está nas regiões de São José do Rio Preto, Sorocaba e Campinas.

As maiores parcelas populacionais de municípios que não têm piscinas olímpicas públicas residem na RMSP e nas regiões de Campinas e Sorocaba.

Considerando o porte dos municípios, a existência de piscinas olímpicas públicas é mais freqüente naqueles que possuem mais de 200 mil habitantes e nos que têm entre 50 e 100 mil habitantes. Apenas 16 municípios dentre os 441 que possuem até 20 mil habitantes têm piscina olímpica pública.

Tabela 38
População e Número de Municípios,
por Situação de Existência de Piscinas Olímpicas Públicas
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem				Não Possuem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%										
Estado de São Paulo	13.900.208	100,00	46	100,00	20.029.925	100,00	570	100,00	651.705	100,00	29	100,00
RMSP	10.483.721	75,42	2	4,35	6.277.021	31,34	35	6,14	31.587	4,85	2	6,90
RA de Registro	-	-	-	-	234.982	1,17	13	2,28	7.238	1,11	1	3,45
RA de Santos	-	-	-	-	1.325.159	6,62	9	1,58	-	-	-	-
RA de S. J. dos Campos	-	-	-	-	1.633.382	8,15	34	5,96	184.834	28,36	5	17,24
RA de Sorocaba	160.715	1,16	2	4,35	2.071.019	10,34	74	12,98	30.594	4,69	3	10,34
RA de Campinas	1.484.853	10,68	15	32,61	3.246.427	16,21	69	12,11	228.695	35,09	6	20,69
RA de Ribeirão Preto	467.929	3,37	2	4,35	443.043	2,21	20	3,51	67.034	10,29	3	10,34
RA de Bauru	55.507	0,40	2	4,35	851.182	4,25	37	6,49	-	-	-	-
RA de S. J. do Rio Preto	475.552	3,42	8	17,39	737.739	3,68	85	14,91	20.122	3,09	3	10,34
RA de Araçatuba	75.728	0,54	3	6,52	571.548	2,85	39	6,84	4.339	0,67	1	3,45
RA de Pres. Prudente	219.104	1,58	3	6,52	515.186	2,57	47	8,25	25.203	3,87	3	10,34
RA de Marília	186.783	1,34	4	8,70	658.921	3,29	47	8,25	-	-	-	-
RA Central	276.071	1,99	3	6,52	477.889	2,39	21	3,68	52.059	7,99	2	6,90
RA de Barretos	14.245	0,10	2	4,35	373.840	1,87	17	2,98	-	-	-	-
RA de Franca	-	-	-	-	612.587	3,06	23	4,04	-	-	-	-

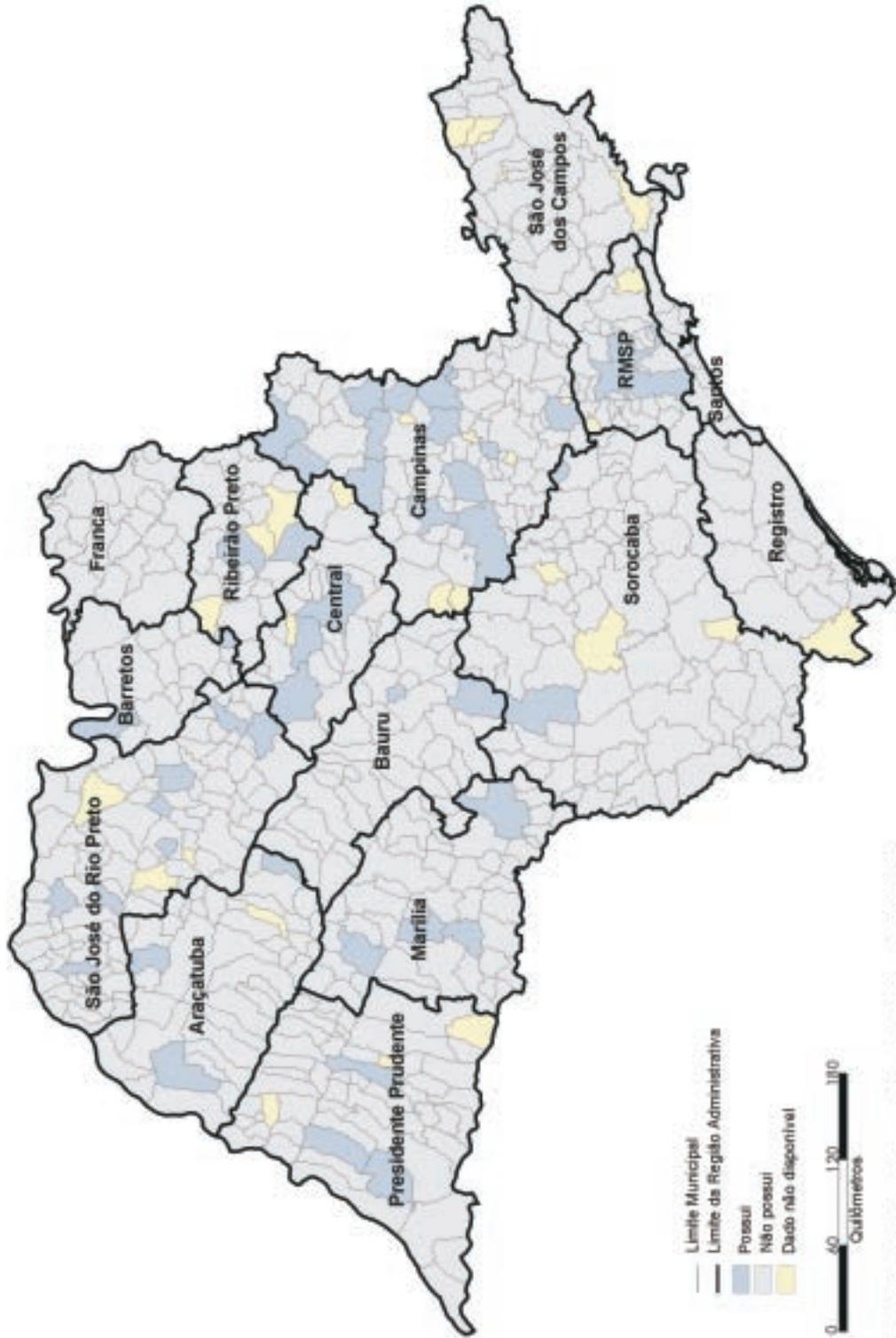
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

TABELA 39
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Piscinas
Olímpicas Públicas, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	46	7,13	570	88,37	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	13	4,29	275	90,76	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	3	2,54	110	93,22	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	7	5,98	105	89,74	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	12	24,49	34	69,39	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	4	12,12	28	84,85	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	7	28,00	18	72,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 21
Existência de Piscina Olímpica Pública
1997



Piscina Semi-Olímpica Pública

Apenas uma minoria dos municípios paulistas possui piscinas semi-olímpicas públicas: 229. Os 387 que não as possuem abrigam 9,2 milhões de habitantes. As regiões de São José do Rio Preto, Sorocaba e Campinas são as que têm o maior número de municípios sem piscinas semi-olímpicas públicas. A RMSP e as regiões de Sorocaba e Campinas são as que reúnem os maiores contingentes populacionais sem acesso a esse equipamento.

A existência de piscinas semi-olímpicas públicas é mais freqüente nos maiores municípios do que nos menores. Mais da metade dos municípios com mais de 50 mil habitantes possui piscinas semi-olímpicas.

Tabela 40
População e Número de Municípios,
por Situação de Existência de Piscinas Semi-Olímpicas Públicas
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem				Não Possuem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%										
Estado de São Paulo	24.715.237	100,00	229	100,00	9.214.896	100,00	387	100,00	651.705	100,00	29	100,00
RMSP	14.369.897	58,14	17	7,42	2.390.845	25,95	20	5,17	31.587	4,85	2	6,90
RA de Registro	60.955	0,25	2	0,87	174.027	1,89	11	2,84	7.238	1,11	1	3,45
RA de Santos	738.994	2,99	3	1,31	586.165	6,36	6	1,55	-	-	-	-
RA de S. J. dos Campos	775.349	3,14	7	3,06	858.033	9,31	27	6,98	184.834	28,36	5	17,24
RA de Sorocaba	1.031.875	4,18	22	9,61	1.199.859	13,02	54	13,95	30.594	4,69	3	10,34
RA de Campinas	3.661.483	14,81	44	19,21	1.069.797	11,61	40	10,34	228.695	35,09	6	20,69
RA de Ribeirão Preto	712.439	2,88	7	3,06	198.533	2,15	15	3,88	67.034	10,29	3	10,34
RA de Bauru	631.297	2,55	15	6,55	275.392	2,99	24	6,20	-	-	-	-
RA de S. J. do Rio Preto	731.414	2,96	29	12,66	481.877	5,23	64	16,54	20.122	3,09	3	10,34
RA de Araçatuba	335.663	1,36	10	4,37	311.613	3,38	32	8,27	4.339	0,67	1	3,45
RA de Pres. Prudente	311.371	1,26	20	8,73	422.919	4,59	30	7,75	25.203	3,87	3	10,34
RA de Marília	373.302	1,51	20	8,73	472.402	5,13	31	8,01	-	-	-	-
RA Central	384.058	1,55	13	5,68	369.902	4,01	11	2,84	52.059	7,99	2	6,90
RA de Barretos	196.268	0,79	10	4,37	191.817	2,08	9	2,33	-	-	-	-
RA de Franca	400.872	1,62	10	4,37	211.715	2,30	13	3,36	-	-	-	-

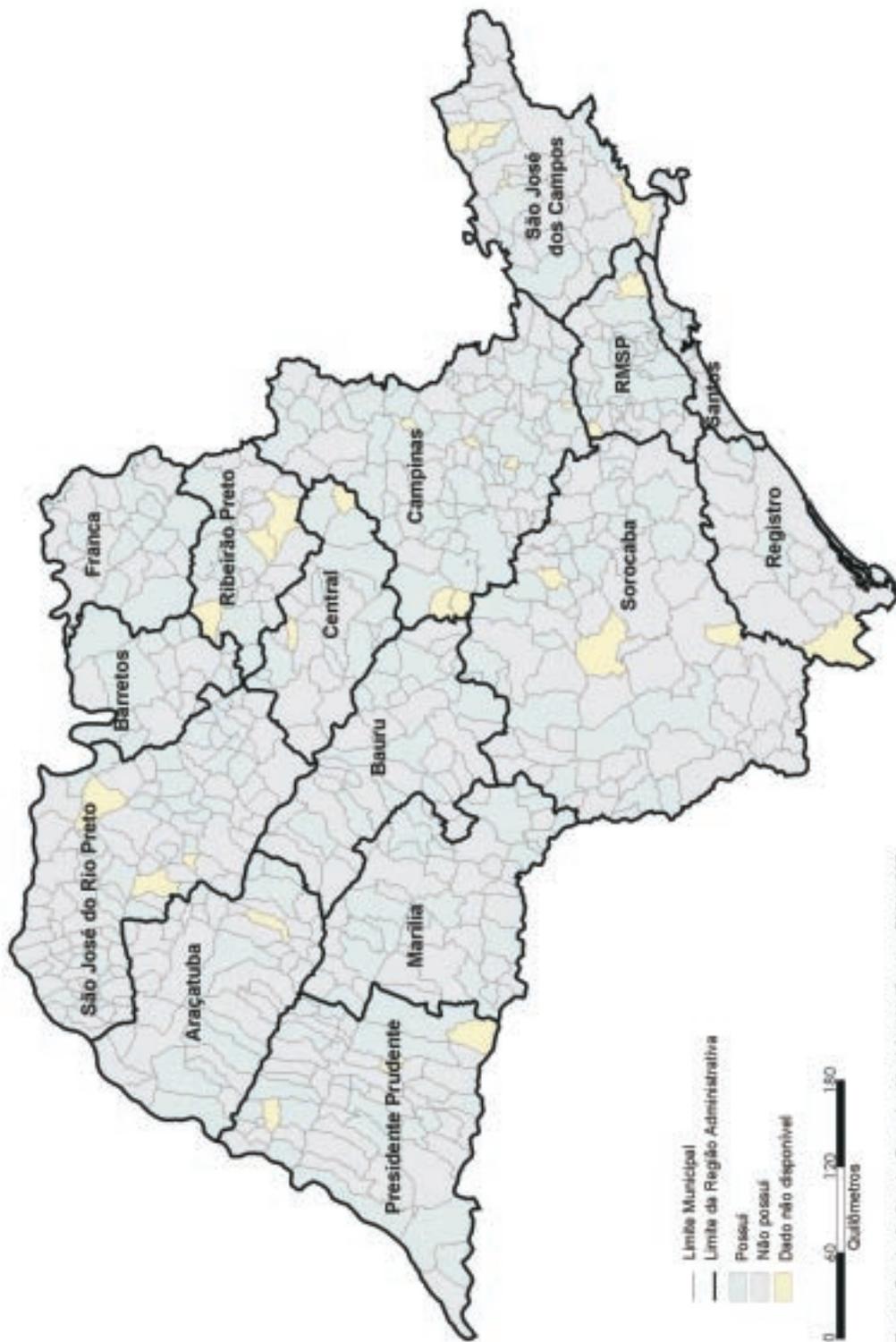
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 41
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Piscinas Semi-Olímpicas Públicas, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	229	35,50	387	60,00	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	77	25,41	211	69,64	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	45	38,14	68	57,63	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	45	38,46	67	57,26	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	25	51,02	21	42,86	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	18	54,55	14	42,42	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	19	76,00	6	24,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 22
Existência de Piscina Semi-Olímpica Pública
1997



Quadra de Tênis Pública

São muito poucos os municípios do Estado que possuem quadra de tênis pública, apenas 64 dos 645 existentes. Aqueles que não possuem nenhuma abrigam 18,4 milhões de habitantes.

As maiores parcelas de municípios que não possuem essas quadras encontram-se nas regiões de São José do Rio Preto, Campinas e Sorocaba. Os maiores contingentes populacionais sem acesso a esse equipamento em seus municípios de residência estão nas Ras de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos.

A existência de quadras de tênis públicas é mais freqüente nos municípios de maior porte (acima de 50 mil habitantes).

Tabela 42
População e Número de Municípios,
por Situação de Existência de Quadras de Tênis Públicas
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem				Não Possuem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%										
Estado de São Paulo	15.555.992	100,00	64	100,00	18.374.141	100,00	552	100,00	651.705	100,00	29	100,00
Reg. Met. de São Paulo	11.729.233	75,40	6	9,38	5.031.509	27,38	31	5,62	31.587	4,85	2	6,90
RA de Registro	-	-	-	-	234.982	1,28	13	2,36	7.238	1,11	1	3,45
RA de Santos	370.605	2,38	3	4,69	954.554	5,20	6	1,09	-	-	-	-
RA de S. J. dos Campos	169.642	1,09	3	4,69	1.463.740	7,97	31	5,62	184.834	28,36	5	17,24
RA de Sorocaba	500.272	3,22	8	12,50	1.731.462	9,42	68	12,32	30.594	4,69	3	10,34
RA de Campinas	1.430.105	9,19	15	23,44	3.301.175	17,97	69	12,50	228.695	35,09	6	20,69
RA de Ribeirão Preto	-	-	-	-	910.972	4,96	22	3,99	67.034	10,29	3	10,34
RA de Bauru	97.390	0,63	4	6,25	809.299	4,40	35	6,34	-	-	-	-
RA de S. J. do Rio Preto	122.613	0,79	6	9,38	1.090.678	5,94	87	15,76	20.122	3,09	3	10,34
RA de Araçatuba	105.692	0,68	2	3,13	541.584	2,95	40	7,25	4.339	0,67	1	3,45
RA de Pres. Prudente	84.950	0,55	4	6,25	649.340	3,53	46	8,33	25.203	3,87	3	10,34
RA de Marília	73.484	0,47	2	3,13	772.220	4,20	49	8,88	-	-	-	-
RA Central	504.463	3,24	6	9,38	249.497	1,36	18	3,26	52.059	7,99	2	6,90
RA de Barretos	93.939	0,60	4	6,25	294.146	1,60	15	2,72	-	-	-	-
RA de Franca	273.604	1,76	1	1,56	338.983	1,84	22	3,99	-	-	-	-

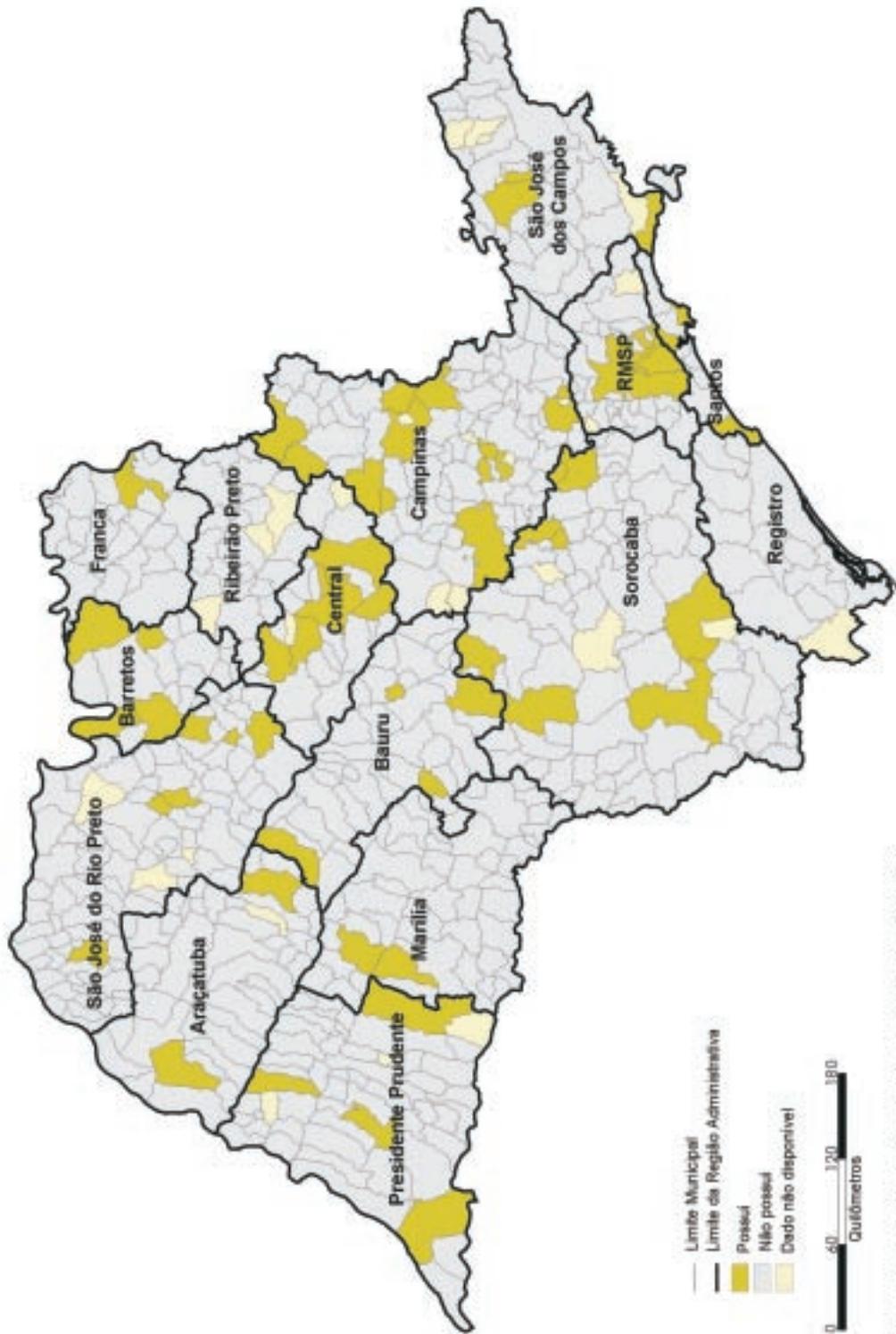
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 43
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Quadras de Tênis Públicas, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	64	9,92	552	85,58	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	8	2,64	280	92,41	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	8	6,78	105	88,98	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	17	14,53	95	81,20	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	14	28,57	32	65,31	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	9	27,27	23	69,70	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	8	32,00	17	68,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 23
Existência de Quadra de Tênis Pública
1997



Pista Pública de Atletismo

Em todo o Estado de São Paulo, apenas 139 municípios possuem pista de atletismo. Os 477 municípios que não possuem nenhuma abrigam 11,9 milhões de habitantes. São José do Rio Preto, Sorocaba e Campinas são as regiões com o maior número de municípios sem pista de atletismo, enquanto a RMSP e as regiões de Sorocaba e Santos são as que reúnem os maiores contingentes populacionais residindo em municípios que não oferecem esse equipamento público.

A tendência de os grandes municípios possuírem pistas de atletismo é maior do que a dos menores. Entre os municípios com menos de 20 mil habitantes somente 35 possuem pistas públicas de atletismo.

Tabela 44
População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Pistas Públicas de Atletismo
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem				Não Possuem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%										
Estado de São Paulo	22.067.649	100,00	139	100,00	11.862.484	100,00	477	100,00	651.705	100,00	29	100,00
RMSP	12.385.190	56,12	9	6,47	4.375.552	36,89	28	5,87	31.587	4,85	2	6,90
RA de Registro	21.408	0,10	1	0,72	213.574	1,80	12	2,52	7.238	1,11	1	3,45
RA de Santos	98.289	0,45	1	0,72	1.226.870	10,34	8	1,68	-	-	-	-
RA de S. J. dos Campos	857.974	3,89	7	5,04	775.408	6,54	27	5,66	184.834	28,36	5	17,24
RA de Sorocaba	849.929	3,85	14	10,07	1.381.805	11,65	62	13,00	30.594	4,69	3	10,34
RA de Campinas	3.785.764	17,16	34	24,46	945.516	7,97	50	10,48	228.695	35,09	6	20,69
RA de Ribeirão Preto	619.522	2,81	5	3,60	291.450	2,46	17	3,56	67.034	10,29	3	10,34
RA de Bauru	247.724	1,12	9	6,47	658.965	5,56	30	6,29	-	-	-	-
RA de S. J. do Rio Preto	678.551	3,07	10	7,19	534.740	4,51	83	17,40	20.122	3,09	3	10,34
RA de Araçatuba	470.173	2,13	10	7,19	177.103	1,49	32	6,71	4.339	0,67	1	3,45
RA de Pres. Prudente	422.653	1,92	10	7,19	311.637	2,63	40	8,39	25.203	3,87	3	10,34
RA de Marília	482.324	2,19	11	7,91	363.380	3,06	40	8,39	-	-	-	-
RA Central	583.779	2,65	10	7,19	170.181	1,43	14	2,94	52.059	7,99	2	6,90
RA de Barretos	223.708	1,01	5	3,60	164.377	1,39	14	2,94	-	-	-	-
RA de Franca	340.661	1,54	3	2,16	271.926	2,29	20	4,19	-	-	-	-

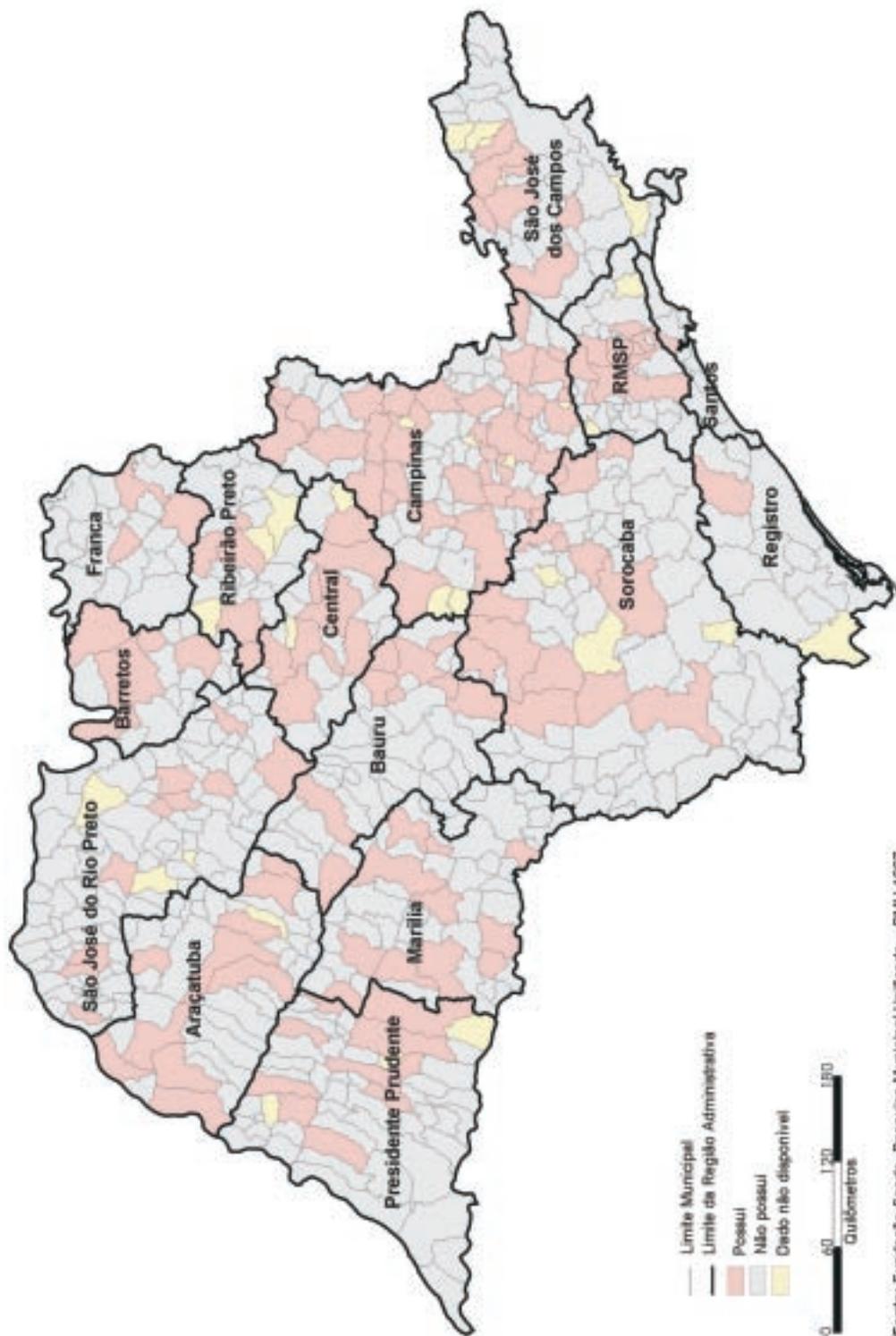
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 45
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Pistas Públicas de Atletismo, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	139	21,55	477	73,95	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	17	5,61	271	89,44	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	18	15,25	95	80,51	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	39	33,33	73	62,39	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	31	63,27	15	30,61	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	22	66,67	10	30,30	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	12	48,00	13	52,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 24
Existência de Pista Pública de Atletismo
1997



Projeto Esportivo Público

A maioria dos municípios do Estado possui algum projeto esportivo. São 366 municípios do total de 645. Os 250 municípios que não possuem projetos esportivos reúnem 4 milhões dos habitantes paulistas.

As maiores parcelas de municípios sem projetos esportivos estão nas regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba e Sorocaba. As regiões que abrigam os menores contingentes populacionais em cidades que não possuem projetos esportivos são a RMSP e a região de Sorocaba.

Entre os municípios de mais de 10 mil habitantes, a maioria possui projetos esportivos. O crescimento da frequência desses projetos, no entanto, não guarda relação direta com o porte dos municípios.

Tabela 46
População e Número de Municípios, por Situação de Existência de Projetos Esportivos Públicos
Regiões Administrativas
1997

Regiões Administrativas	Possuem				Não Possuem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%										
Estado de São Paulo	29.863.071	100,00	366	100,00	4.067.062	100,00	250	100,00	651.705	100,00	29	100,00
RMSP	15.581.508	52,18	26	7,10	1.179.234	28,99	11	4,40	31.587	4,85	2	6,90
RA de Registro	149.748	0,50	8	2,19	85.234	2,10	5	2,00	7.238	1,11	1	3,45
RA de Santos	1.279.438	4,28	7	1,91	45.721	1,12	2	0,80	-	-	-	-
RA de S. J. dos Campos	1.391.853	4,66	20	5,46	241.529	5,94	14	5,60	184.834	28,36	5	17,24
RA de Sorocaba	1.706.028	5,71	43	11,75	525.706	12,93	33	13,20	30.594	4,69	3	10,34
RA de Campinas	4.325.700	14,49	65	17,76	405.580	9,97	19	7,60	228.695	35,09	6	20,69
RA de Ribeirão Preto	821.945	2,75	14	3,83	89.027	2,19	8	3,20	67.034	10,29	3	10,34
RA de Bauru	700.677	2,35	25	6,83	206.012	5,07	14	5,60	-	-	-	-
RA de S. J. do Rio Preto	942.376	3,16	40	10,93	270.915	6,66	53	21,20	20.122	3,09	3	10,34
RA de Araçatuba	336.150	1,13	16	4,37	311.126	7,65	26	10,40	4.339	0,67	1	3,45
RA de Pres. Prudente	602.746	2,02	31	8,47	131.544	3,23	19	7,60	25.203	3,87	3	10,34
RA de Marília	648.092	2,17	28	7,65	197.612	4,86	23	9,20	-	-	-	-
RA Central	498.263	1,67	12	3,28	255.697	6,29	12	4,80	52.059	7,99	2	6,90
RA de Barretos	318.925	1,07	11	3,01	69.160	1,70	8	3,20	-	-	-	-
RA de Franca	559.622	1,87	20	5,46	52.965	1,30	3	1,20	-	-	-	-

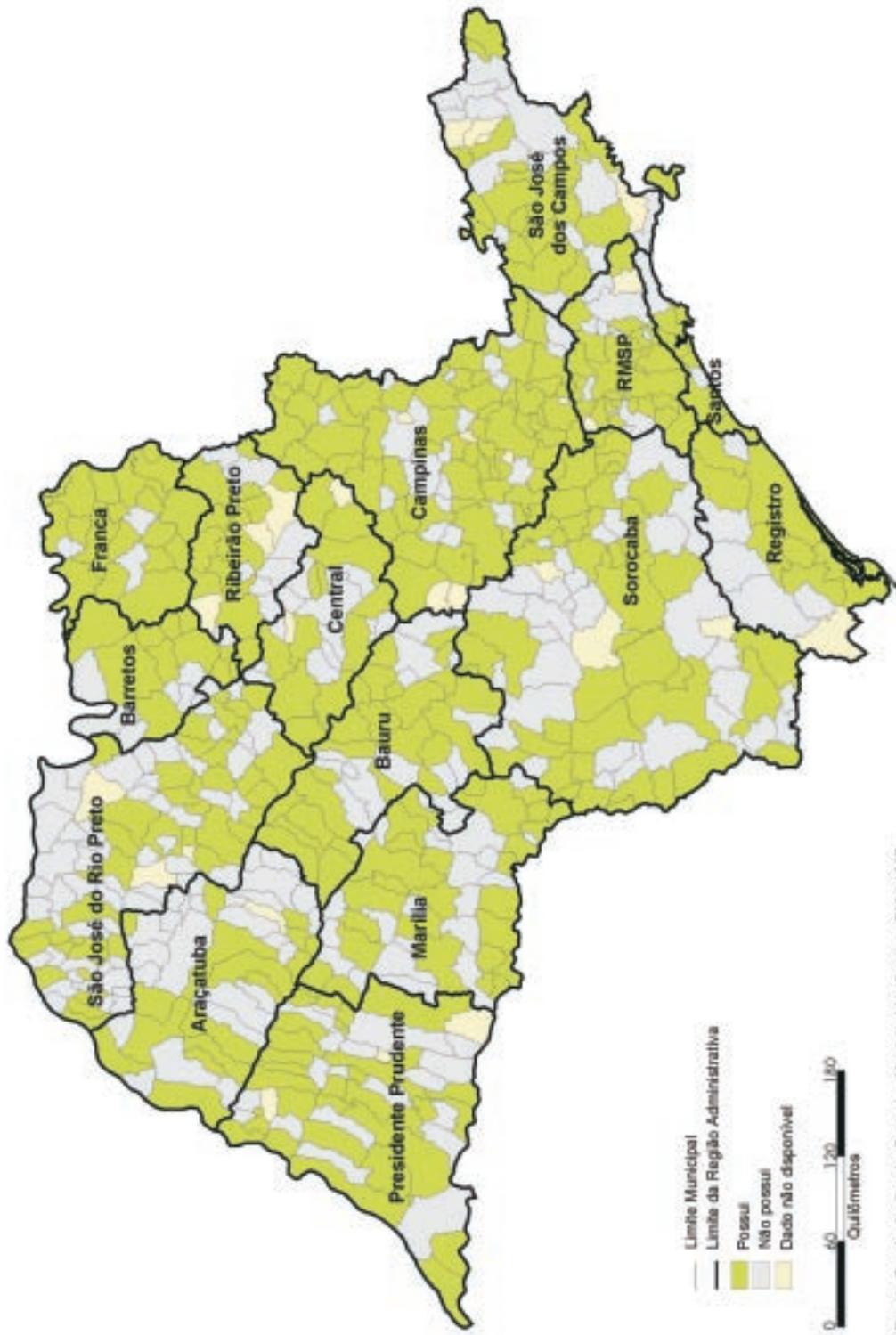
Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Tabela 47
Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Projetos Esportivos Públicos, segundo Estrato Populacional
Estado de São Paulo
1997

Estrato Populacional	Possuem		Não Possuem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	366	56,74	250	38,76	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	121	39,93	167	55,12	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	70	59,32	43	36,44	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	92	78,63	20	17,09	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	33	67,35	13	26,53	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	27	81,82	5	15,15	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	23	92,00	2	8,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 25
Existência de Projeto Esportivo Público
1997



Promoção e/ou Patrocínio de Festa do Peão de Boiadeiro, pela Prefeitura

Na maioria dos municípios paulistas as prefeituras promovem ou patrocinam festas do peão de boiadeiro: 390 dos 645 municípios paulistas. Porém a maior parte da população do Estado vive em cidades cujas municipalidades não as promovem. São 22,4 milhões, ou 64,8% do total.

As regiões de Campinas, Presidente Prudente, Sorocaba e São José do Rio Preto têm o maior número de municípios entre aqueles cujas prefeituras não promovem ou patrocinam esse tipo de evento. Porém é a RMSP que abriga o maior contingente populacional em cidades que não promovem ou patrocinam festas de peão de boiadeiro.

Não há relação proporcional entre porte do município e existência de promoção/patrocínio desses eventos. Os municípios de até 20 mil habitantes, no entanto, costumam realizar mais promoções do que aqueles com mais de 200 mil habitantes.

Tabela 48

População e Número de Municípios, por Situação de Promoção e/ou Patrocínio de Festa do Peão de Boiadeiro, pela Prefeitura Regiões Administrativas 1997

Regiões Administrativas	Promovem				Não Promovem				Não Disponível			
	População		Municípios		População		Municípios		População		Municípios	
	N ^{os} Abs.	%										
Estado de São Paulo	11.534.781	100,00	390	100,00	22.395.352	100,00	226	100,00	651.705	100,00	29	100,00
RMSP	2.668.824	23,14	21	5,38	14.091.918	62,92	16	7,08	31.587	4,85	2	6,90
RA de Registro	103.978	0,90	6	1,54	131.004	0,58	7	3,10	7.238	1,11	1	3,45
RA de Santos	939.636	8,15	4	1,03	385.523	1,72	5	2,21	-	-	-	-
RA de S. J. dos Campos	520.341	4,51	18	4,62	1.113.041	4,97	16	7,08	184.834	28,36	5	17,24
RA de Sorocaba	1.308.779	11,35	51	13,08	922.955	4,12	25	11,06	30.594	4,69	3	10,34
RA de Campinas	2.172.158	18,83	51	13,08	2.559.122	11,43	33	14,60	228.695	35,09	6	20,69
RA de Ribeirão Preto	284.933	2,47	14	3,59	626.039	2,80	8	3,54	67.034	10,29	3	10,34
RA de Bauru	323.698	2,81	25	6,41	582.991	2,60	14	6,19	-	-	-	-
RA de S. J. do Rio Preto	1.128.632	9,78	70	17,95	84.659	0,38	23	10,18	20.122	3,09	3	10,34
RA de Araçatuba	435.518	3,78	28	7,18	211.758	0,95	14	6,19	4.339	0,67	1	3,45
RA de Pres. Prudente	253.293	2,20	22	5,64	480.997	2,15	28	12,39	25.203	3,87	3	10,34
RA de Marília	594.401	5,15	32	8,21	251.303	1,12	19	8,41	-	-	-	-
RA Central	207.049	1,79	15	3,85	546.911	2,44	9	3,98	52.059	7,99	2	6,90
RA de Barretos	346.829	3,01	16	4,10	41.256	0,18	3	1,33	-	-	-	-
RA de Franca	246.712	2,14	17	4,36	365.875	1,63	6	2,65	-	-	-	-

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

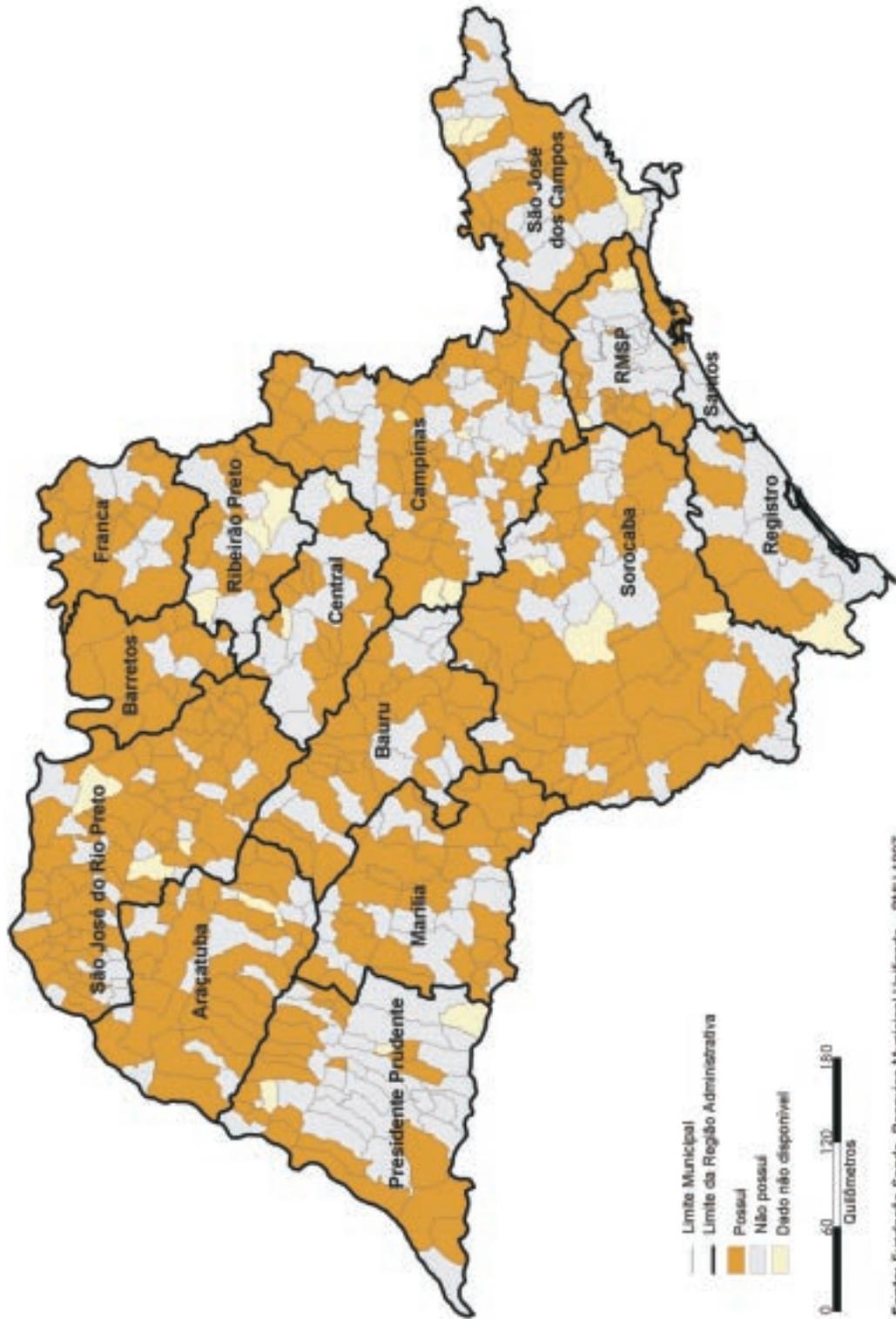
Tabela 49

Distribuição Percentual dos Municípios, por Situação de Existência de Promoção e/ou Patrocínio de Festa do Peão de Boiadeiro, pela Prefeitura, segundo Estrato Populacional Estado de São Paulo 1997

Estrato Populacional	Promovem		Não Promovem		Não Disponível		Total	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%
Total	390	60,47	226	35,04	29	4,50	645	100,00
Até 10.000	178	58,75	110	36,30	15	4,95	303	100,00
De 10.001 a 20.000	88	74,58	25	21,19	5	4,24	118	100,00
De 20.001 a 50.000	70	59,83	42	35,90	5	4,27	117	100,00
De 50.001 a 100.000	25	51,02	21	42,86	3	6,12	49	100,00
De 100.001 a 200.000	21	63,64	11	33,33	1	3,03	33	100,00
Acima de 200.000	8	32,00	17	68,00	-	-	25	100,00

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997.

Mapa 26
Promoção e/ou Patrocínio de Festa do Peão de Boiadeiro, pela Prefeitura
1997



Tendência e Desafios

O esporte, incluindo as atividades físicas e a cultura, é a atividade que mais ocupa o tempo livre das pessoas no mundo, ativa ou passivamente. Tem grande importância social e profissional, envolvendo todas as faixas etárias e segmentos da sociedade. Ampliar a função social do esporte profissional é um grande desafio que requer a articulação com todas as entidades e federações. O Quadro 1, anexo, apresenta as principais Federações Esportivas do Estado de São Paulo, seus endereços e telefones.

Com o advento da TV a cabo e da Internet, o esporte foi transformado (como nos Estados Unidos e Europa) em produto de marketing, o marketing esportivo, gerando riquezas e empregos. É o esporte visto como atividade econômica.

Num momento em que o desemprego é o mais grave problema social do país, o esporte se apresenta como alternativa geradora de postos de trabalho, diretos e indiretos. Cabe ao Estado traçar uma nova política de esporte que considere esse aspecto e que estabeleça mecanismos de investimentos na área (ex.: linhas de financiamento para construção de equipamentos esportivos).

O fomento da atividade esportiva e a conseqüente geração de novos postos de trabalho exigem especial preocupação com a capacitação de recursos humanos. A ampliação do mercado de trabalho no campo das atividades físicas e esportivas fez com que emergisse uma diversificação dessas áreas, fixando-se com mais clareza a natureza, o objetivo e as características da educação física e do esporte. Assim, a Escola de Educação Física da USP, que ministrava, até 1991, somente o curso de licenciatura em Educação Física, instituiu dois outros cursos: o bacharelado em Educação Física e o bacharelado em Esporte.

A valorização do profissional de Educação Física fez-se sentir, recentemente, com a regulamentação da profissão e a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física. Antiga reivindicação da categoria, essa medida certamente conduzirá à melhoria da qualificação profissional e dos serviços prestados.

No que tange à reivindicada criação de uma lei de incentivo ao esporte, nos moldes da Lei Rouanet, vale lembrar, como referência, a Lei nº 7.752, de 14/04/89 (Lei Thame), revogada no início do Governo Collor. Essa lei permitia abater da renda bruta ou deduzir como despesa operacional o valor dos investimentos, doações ou patrocínios realizados por meio de ou a favor de pessoa jurídica de natureza desportiva, com ou sem fins lucrativos.

Não se pode esquecer que a Lei Pelé e o Decreto nº 2.574/98, que a regulamenta, estabelecem a destinação de recursos da Loteria Esportiva Federal para o esporte, nas seguintes condições:

- a) 10% da arrecadação obtida em cada teste para pagamento, em parcelas iguais, às entidades de práticas desportivas constantes do teste, pelo uso de suas denominações, marcas e símbolos;
- b) 15% para o Indesp;
- c) a renda líquida de um dos testes, por ano, para o COB, para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais;
- d) nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, um segundo teste é destinado ao COB como recurso para a participação de delegações nacionais nesses eventos;
- e) o Comitê Paraolímpico Brasileiro também tem direito a rendas líquidas de testes, nas

mesmas condições acima indicadas para o COB. Além dos benefícios da Loteria Esportiva, a citada legislação concede às entidades de administração e de prática desportiva, bem como às ligas, o direito de explorar o jogo do bingo permanente ou eventualmente.

Lazer

Conceituação, Aspectos mais Importantes e Função Social

O lazer é a atividade que procura preencher, de forma agradável, o tempo livre do indivíduo. Por razões diversas, a tendência mundial é diminuir a carga horária de trabalho e ampliar o tempo livre das pessoas.

Houve época em que as jornadas de trabalho chegavam a 72 horas semanais. Atualmente, um indivíduo economicamente ativo e que não esteja desempregado divide a ocupação de seu tempo, da seguinte forma:

– Trabalho	21,7%
– Horas de sono	33,3%
– Alimentação	5,4%
– Higiene e vestuário	4,2%
– Transporte para o trabalho	4,1%
– Obrigações domésticas	2,0%
– Tempo livre nos dias úteis	8,2%
– Tempo livre nos fins de semana	17,2%
– Tempo livre nas férias	2,6%
– Tempo livre nos feriados	1,3%

Como se pode constatar, o tempo livre representa cerca de 1/3 da vida do homem moderno.

Frequentar um centro esportivo, desfrutar de área verde, dispor de condições para ir à praia ou pescar na represa passa a ser direito do cidadão, com igual peso ao direito à educação, à saúde, à casa própria, à segurança, de acesso ao mercado de trabalho, etc. Assim, o lazer passa a ser uma necessidade de todas as classes sociais.

O lazer tem várias identidades e posturas, confundindo-se muitas vezes com atividades que o incorporam: a cultura, o esporte e o turismo. Interessante notar que uma determinada atividade pode ou não ser considerada como lazer, dependendo das condições em que é praticada. O futebol praticado profissionalmente não é lazer. Passa a sê-lo, quando praticado como recreação.

Nas atividades de lazer, a participação pode ser interativa ou passiva. A interação coloca o indivíduo como participante direto do evento, tirando-o da condição de mero espectador.

A função social do lazer vem consagrada no parágrafo 3º, do artigo 217, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe: “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.”

Todas as considerações feitas a respeito da relevância do esporte e da cultura no trato da criança e do adolescente e no combate às drogas e à violência são extensivas ao lazer. Extensivas, também, são as observações referentes à criação e adaptação de novos espaços, como a ocupação de terrenos baldios, vias públicas (ruas de lazer), salões de festas, etc.

Divisão de Responsabilidades: Setor Público e Setor Privado

A estrutura de lazer é majoritariamente mantida pelo setor privado. Por se tratar de rentável atividade econômica, os investimentos privados são responsáveis pela maior parte dos equipamentos destinados ao lazer esportivo (estádios, clubes, etc.), ao lazer cultural (teatros, cinemas, casas de espetáculo, etc.), ao lazer turístico (rede hoteleira, meios de transporte, recintos de eventos, parques temáticos, etc.), além dos veículos de comunicação que geram lazer (rádio e TV).

Considerando que nem todos são acessíveis aos segmentos sociais mais carentes, cabe ao Estado, como prevê a Constituição Federal, suprir o atendimento, com iniciativas próprias, não apenas para a implantação de equipamentos, como também para a promoção de eventos populares.

O papel do Lazer na Sociabilidade dos Grupos

Lazer de Massa

Voltado para o consumo do grande público, tem forte significado social, principalmente nos eventos de caráter interativo, como acontece nas ruas de lazer esportivo ou cultural, além das caminhadas, dos passeios de bicicleta, campeonatos colegiais, jogos abertos ou regionais, concursos de artes plásticas, festivais musicais, bailes para a terceira idade, entre outras atividades do gênero.

Lazer Esportivo

Toda prática esportiva corresponde a um exercício de lazer, seja para o praticante (amador), seja para o assistente. É uma das melhores formas de aproximar e integrar as pessoas. Tanto é verdade que as empresas, ao realizarem festas de confraternização para seus funcionários, geralmente programam atividades de lazer esportivo.

Uma característica importante do lazer esportivo é a oportunidade para a improvisação, não dependendo de programações elaboradas ou condições especiais. É o caso do “racha” (futebol praticado na rua ou no quintal de casa), do futebol de botão, do *street-ball* (basquete praticado na rua em aro adaptado), etc.

Lazer Cultural

Toda produção cultural que não tenha caráter profissional é uma manifestação de lazer para quem produz e para quem aprecia. Múltiplas são as manifestações de lazer cultural, como a serena leitura de um livro, a visita às galerias de arte ou aos museus, a execução ou audição musical, a encenação protagonizada ou assistida, a dança executada ou apreciada, etc.

O lazer cultural é um eficaz instrumento de educação e de conquista da auto-estima, devendo ser intensamente estimulado junto às faixas mais jovens e segmentos mais humildes da população.

Tendências e Desafios

O extenso campo de atuação da chamada indústria do lazer, a par de sua importância na área social, tem atraído o interesse do setor privado. Este setor tem investido alta soma de recursos em novos equipamentos no Estado de São Paulo, como os parques temáticos Wet'n Wild e Hopi Hari, em Vinhedo, as salas de espetáculo Alfa Real, Via Funchal e Credicard Hall, na capi-

tal, e muitos outros empreendimentos em todo território paulista, gerando milhares de novos empregos.

Isso mostra a necessidade de promover a capacitação de recursos humanos, incentivando o crescimento da categoria dos técnicos em lazer, que, certamente, com a ampliação do tempo livre, também cumprirá importante papel no século XXI.

ANEXO

Quadro 1

Relação das Principais Federações Esportivas Paulistas

NOME	ENDEREÇO	TELEFONE (0XX11)
FEDERAÇÃO AQUÁTICA PAULISTA	R. MANOEL DA NÓBREGA, 1.361 – SÃO PAULO	884-7557
FEDERAÇÃO PAULISTA DE PUGILISMO	AV. NOVE DE JULHO, 40 – 4º AND. – SÃO PAULO	259-1573
FEDERAÇÃO PAULISTA DE AEROMODELISMO	R. CURITIBA, 290 – SÃO PAULO	884-2002
FEDERAÇÃO PAULISTA DE ATLETISMO	R. JOINVILLE, 307 – SÃO PAULO	884-1211
FEDERAÇÃO PAULISTA DE AUTOMOBILISMO	R. LUÍS GÓIS, 718 – SÃO PAULO	577-0522/275-2255
FEDERAÇÃO PAULISTA DE BASEBALL	R. DOS ESTUDANTES, 74 – 6º AND. – SÃO PAULO	279-4426/3277-4744
FEDERAÇÃO PAULISTA DE BASKETBALL	R. FREI CANECA, 1.407 – 4º AND. – SÃO PAULO	289-6842/251-0862
FEDERAÇÃO PAULISTA DE BILHAR	R. PAZ, 1.642 – SÃO PAULO	5181-0636
FEDERAÇÃO PAULISTA DE BOCHA	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 2º AND. – SÃO PAULO	3873-7595/3862-8245
FEDERAÇÃO PAULISTA DE CICLISMO	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 2º AND. – SÃO PAULO	3862-5378
FEDERAÇÃO PAULISTA DE CULTURISMO E MUSCULAÇÃO	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 4º AND. – SÃO PAULO	3675-1422
FEDERAÇÃO PAULISTA DE DAMAS	R. FORTUNATO, 286 – SÃO PAULO	3361-8460
FEDERAÇÃO PAULISTA DE ESGRIMA	R. ABÍLIO SOARES, 1.300 – SÃO PAULO	884-2482/3051-6067/ 3051-6068
FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL	AV. BRIG. LUÍS ANTONIO, 917 – 4º AND. – SÃO PAULO	3107-7551
FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL SALÃO	R. BENEF. PORTUGUESA, 24 – 2º AND. – SÃO PAULO	229-6550/3315-8855
FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL SOCIETY	R. BISSAU, 66 – SÃO PAULO	822-0028
FEDERAÇÃO PAULISTA DE GINÁSTICA	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 5º AND. – SÃO PAULO	3865-0739
FEDERAÇÃO PAULISTA DE GOLFE	R. CAP. FONSECA ROSA, 36 – SÃO PAULO	5641-0336

NOME	ENDEREÇO	TELEFONE (0XX11)
FEDERAÇÃO PAULISTA DE HANDEBOL	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 5º AND. – SÃO PAULO	2635765/3862-1400
FEDERAÇÃO PAULISTA DE HIPISMO	R. JOAQUIM NABUCO, 1.560 – SÃO PAULO	535-5703
FEDERAÇÃO PAULISTA DE HÓQUEI PATINAÇÃO	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 4º AND. – SÃO PAULO	2632225
FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 3º AND. – SÃO PAULO	3872-3314/262-5649
FEDERAÇÃO PAULISTA DE KARATÊ	R. ABÍLIO SOARES, 1.300 – SÃO PAULO	887-9880
FEDERAÇÃO PAULISTA DE LEVANTAMENTO DE PESO	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 5º AND. – SÃO PAULO	3872-0407
FEDERAÇÃO PAULISTA DE MOTOCICLISMO	R. DR. JESUÍNO MACIEL, 1.956 – SÃO PAULO	533-7664
FEDERAÇÃO PAULISTA DE PÁRA-QUEDISMO	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 3º AND. – SÃO PAULO	262-3824
FEDERAÇÃO PAULISTA DE PESCA LANÇAMENTO	R. GERMAINE BURCHARD, 451 – 3º AND. – SÃO PAULO	262-0627
FEDERAÇÃO PAULISTA DE SUMÔ	R. CONS. FURTADO, 263 S/53 – SÃO PAULO	6062463
FEDERAÇÃO PAULISTA DE TÊNIS	R. ABÍLIO SOARES, 1.480 – SÃO PAULO	3051-6688
FEDERAÇÃO PAULISTA DE TÊNIS DE MESA	R. GERMAINE BURCHARD, 451-4º AND. – SÃO PAULO	262-0077/3862-9623
FEDERAÇÃO PAULISTA DE TIRO AO ALVO	R. GERMAINE BURCHARD, 451-6º AND. – SÃO PAULO	262-1322
FEDERAÇÃO PAULISTA DE VOLLEY-BALL	R. ABÍLIO SOARES, 1.370 – SÃO PAULO	887-1039-887-2833
FEDERAÇÃO PAULISTA DE XADREZ	R. BARÃO DE ITAPETININGA, 255 – CJ.803 – SÃO PAULO	257-5783

